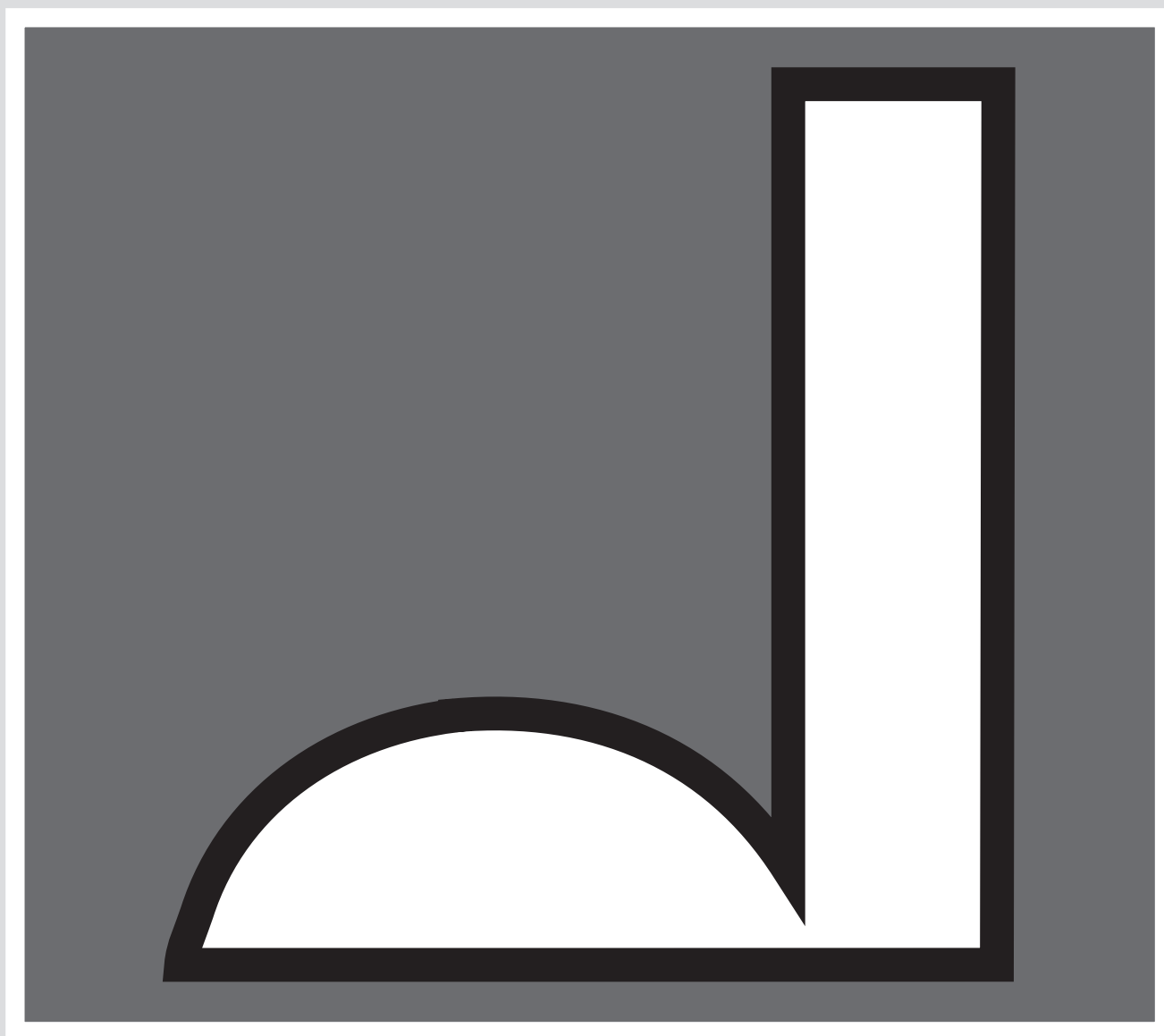




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 46 - SEXTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Álvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Moraes – PFL-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – PFL-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Lúcia Vânia VICE-LÍDERES LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Álvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá VICE-LÍDERES DO GOVERNO
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 2007

Aprova o ato que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Edéia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de dezembro de 2003, que outorga concessão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Edéia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Crixás Para Todos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crixás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 513, de 8 de novembro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Crixás para Todos a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crixás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 552, de 18 de novembro de 2005, que autoriza a Associação Cultural Beneficente e Comunitária Caminhos da Vida a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Atividade Lapão FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapão, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 553, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Rádio Comunitária Atividade Lapão FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lapão, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos/Rádio Comunitária São Domingos FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 57, de 4 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos/Rádio Comunitária São Domingos FM a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2007

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa Jorge Elias para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de abril de 2006, que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa Jorge Elias para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Fundação Marica Saraiva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Longá, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 102, de 16 de março de 2006, que autoriza a Fundação Marica Saraiva a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Longá, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 107, de 20 de março de 2006, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 2007

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de abril de 2006, que outorga concessão à Fundação Educacional Cultural Comunitária de Integração do Sudoeste de Minas para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Amigos – ACCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 81, de 16 de março de 2006, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Amigos – ACCA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 2007

Aprova o ato que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 238, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2007

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Centenário de Araras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 673, de 26 de dezembro de 2005, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 13 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Centenário de Araras Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 36, de 8 de fevereiro de 2006, que autoriza a Associação Barreirense de Cultura e Comunicação Social a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Barreiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 2007

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural do Santo Cristense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 42, de 8 de fevereiro de 2006, que autoriza a Associação Comunitária Cultural do Santo Cristense a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de abril de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 46ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE ABRIL DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 340, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando autorização para desempenhar missão no exterior nos dias 16 e 17 de abril, em reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul que discutirão a realização da primeira sessão legislativa, a ser realizada na cidade de Montevideu – Uruguai... 09606

Nº 341, de 2007, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000. 09606

Nº 342, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2003, que institui a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso continuado às pessoas carentes e dá outras providências..... 09607

Nº 343, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações que menciona. 09607

Nº 344, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao economista José Carlos de Assis, pelo lançamento, no dia 10 de abril de 2007, do livro *Moeda, Soberania e Trabalho*..... 09608

Nº 345, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. 09608

Nº 346, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de congratulações ao Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha, nomeado para a Arquidiocese de Mariana-MG..... 09609

1.2.2 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 173/2007, de 15 de fevereiro último, informando que o Requerimento nº 604, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, foi autuado naquela Corte sob o nº TC-004.670/2007-3

e encaminhado à unidade técnica competente para adoção das providências cabíveis. 09610

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena. 09610

Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona. 09611

1.2.4 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 7, de 2007-CN (nº 240-GP-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 130, de 2007-TCU (Plenário), bem como do respectivo Relatório, referente à auditoria no Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim – (TC nº 003.655/2003-0)... 09614

Nº 9, de 2007-CN (nº 174-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 222, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, referente ao monitoramento acerca do cumprimento das deliberações do TCU em relação ao acompanhamento do projeto de irrigação de Flores de Goiás – GO – (TC nº 003.586/2001-4).. 09614

Nº 10, de 2007-CN (nº 255-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 357, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e do voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de apoio a projetos de infraestrutura turística para o turismo religioso – Juazeiro do Norte – CE – (TC nº 008.744/2006-9). 09614

Nº 11, de 2007-CN (nº 314-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 417, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e do voto

que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª Etapa, no Estado do Ceará – Projeto REFORME/2004 – (TC nº 004.771/2004-1)..... 09614

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCONI PERILLO – Defesa de proposta de emenda à Constituição, que tem S. Exa. como primeiro signatário, dispondo sobre a criação de um fundo de segurança pública. 09614

SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Preocupação com decisão da Justiça Federal de Corumbá, que determinou a interrupção de projeto minero-siderúrgico da empresa MMX. 09617

SENADOR JONAS PINHEIRO – Críticas ao recuo do Governo sobre uso do FAT para renegociação das dívidas dos produtores rurais e de suas cooperativas, com as empresas privadas credoras. 09622

SENADOR MÁRIO COUTO – Manifestação de tristeza pela situação de calamidade pública por que passam os moradores da região da Rodovia Transamazônica no Pará, que se encontra em calamidade pública. Alerta para o abandono das estradas federais brasileiras. 09623

SENADOR VALTER PEREIRA, como Líder – Solidariedade ao pronunciamento do Senador Delcídio Amaral. Homenagem ao Senador Marco Maciel, indicado para integrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 09625

SENADOR NEUTO DE CONTO – Alerta no sentido de que a classe política deve assumir a reforma política, que hoje vem sendo feita por meio de decisões do Judiciário. 09657

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Reflexão acerca do impacto do efeito estufa e do aquecimento global sobre a agricultura do Nordeste. 09628

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Considerações sobre pleitos dos prefeitos baianos que vieram a Brasília. Defesa de mudanças no Fundeb, a fim de beneficiar os municípios. 09630

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Registro de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quando foram eleitos os novos dirigentes da Subcomissão de Assuntos Municipais, e o Senador Cícero Lucena como Presidente da referida subcomissão. 09632

SENADOR CÉSAR BORGES, como Líder – Registro da realização da 10ª Marcha de Prefeitos a Brasília e indignação pelo não cumprimento de promessa do Presidente Lula aos prefeitos..... 09636

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações acerca da 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios. 09636

SENADOR PAULO PAIM – Relato acerca da audiência pública realizada no Senado Federal sobre a crise no setor aéreo. Cumprimentos ao MEC pela realização de seminário idealizado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Defesa da aprovação de projeto da autoria de S. Exª que prevê o custeio de programas que vão garantir o acesso permanente no mercado de trabalho dos nossos jovens e adultos... 09639

SENADOR ROMEU TUMA – Registro do Manifesto pela Instituição de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida. 09640

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao governador do Piauí, que anunciou um secretariado composto de 65 integrantes. 09644

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à situação da segurança pública, da educação e da saúde no Brasil. Defesa da conclusão das obras do Porto de Luís Correia, no Piauí. 09646

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 246, de 2007-PLEN**, proferido pelo Senador Edison Lobão, Relator Revisor, favorável, tendo usado da palavra o Senador José Agripino, com os votos contrários dos democratas e dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Jayme Campos e José Agripino.À promulgação..... 09650

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Medida Provisória nº 346, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, após **Parecer nº 247, de 2007-PLEN**, proferido pelo Senador Sérgio Zambiasi, Relator Revisor, favorável, com o voto contrário dos Democratas, do Senador Jarbas Vasconcelos À promulgação..... 09655

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e

quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada em virtude da falta de acordo das lideranças.**.....

09665

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.**.....

09665

Item 4 (Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública. **Apreciação sobrestada.**...

09665

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.**.....

09665

Item 7 (Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**.....

09665

Item 8 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica). **Apreciação sobrestada.**...

09665

Item 9 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator **ad hoc**: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007. **Apreciação sobrestada.**.....

09666

Item 10 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica. **Apreciação sobrestada.**.....

09666

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos estados e municípios. **Apreciação sobrestada.**.....

09666

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). **Apreciação sobrestada.**....

09666

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. **Apreciação sobrestada.**.....

09667

Item 14

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. **Apreciação sobrestada.**.....

09667

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa

Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família. **Apreciação sobrestada**.....

09667

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. **Apreciação sobrestada**.....

09667

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. **Apreciação sobrestada**.....

09667

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. **Apreciação sobrestada**.....

09667

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea *b* do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho). **Apreciação sobrestada**.....

09667

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória. **Apreciação sobrestada**.....

09668

Item 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação sobrestada**.....

09668

Item 22

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. **Apreciação sobrestada**.....

09668

Item 23 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera

a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. **Apreciação sobrestada**.....

09668

Item 24 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”. **Apreciação sobrestada**.....

09668

1.3.1 – Pareceres

Nº 247-A, de 2007, da Mesa, acerca do Requerimento nº 303, de 2007, do Senador Tasso Jereissati, que solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia esclarecimento sobre os créditos extraordinários destinados a esse Ministério, conforme Medida Provisória nº 338, de 29 de dezembro de 2006, no período anual de 2003 a 2007.....

09669

Nº 247-B, de 2007, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 116, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca de providências para implantar no País o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia.....

09672

1.3.2 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 267, de 2007, do Senador Jayme Campos e outros Srs. Senadores, lido em sessão anterior, solicitando que o período do Expediente da sessão do dia 3 de maio próximo, seja dedicado à comemoração dos 142 anos de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. **Aprovado**.....

09674

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Apelo às lideranças pela votação de proposta de emenda à Constituição que estabelece limite anual para o pagamento de precatórios de estados e municípios.....

09674

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comunicação sobre decisão da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados de apoiar o acréscimo de um ponto percentual no Fundo de Participação dos municípios (FPM). Considerações acerca da prorrogação da CPMF.....

09675

SENADOR JAYME CAMPOS – Considerações acerca da 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios. Preocupação com o transporte escolar nos municípios.....

09676

SENADOR *EFRAIM MORAIS* – Solidariedade ao Senador Jayme Campos pela preocupação com o transporte escolar nos municípios. Protesto pela situação dos servidores aposentados do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). 09680

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Homenagem à cidade de Fortaleza-CE, que comemora 281 anos de sua fundação, no próximo dia 13 de abril. 09682

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Avaliação da 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios. 09685

SENADOR *GILVAM BORGES* – Apelo ao Governo Federal pela abertura de negociações com a Polícia Federal. 09687

1.3.4 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 388/2007, de 29 de março do corrente, encaminhando a relação dos membros daquela Casa que, em conformidade com o Ato Conjunto nº 2, de 2007, e de acordo com princípio da proporcionalidade partidária, deverão compor a Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. 09689

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Designação dos Senadores Raimundo Colombo, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Valter Pereira e Joaquim Roriz para comporem a Comissão Mista Especial criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2007, para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. 09690

1.3.6 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 340, de 2007, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 09690

1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada “*Governo não investe tudo o que deveria*”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 6 de janeiro último. 09690

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro da matéria intitulada “*Bush em visita*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 9 de março último. 09692

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Registro da matéria intitulada “*Governo derruba CPI do Apagão Aéreo*”, publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 21 de março último. 09693

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro da matéria intitulada “*PEC das agências preocupa o*

governo”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 22 de março último. 09694

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro do artigo intitulado “*Voar não é com os dinossauros*”, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 12 de fevereiro último. 09695

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Registro do falecimento de John W. Backus, líder de time de programação da IBM, ocorrido em 17 de março, nos EUA. 09696

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários ao estudo intitulado “*Mapa da Violência nos municípios*”, publicado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para Ciência, Educação e Cultura. 09696

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 105ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 7 de julho de 2006, e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 09698

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 12-4-2007

4 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ata da 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 11 de abril de 2007 09700

5 – ATO DE CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA DEFESA DA VIDA

Manifesto pela instituição de Frente Parlamentar contra a violência e pela defesa da vida. .. 09702

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 46ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, Neuto de Conto, Augusto Botelho, Gilvam Borges e Edison Lobão.

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/4/2007 07:35:03 até 12/4/2007 20:15:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
Bloco-PT	MS	DELGÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, e sob a coordenação de Dr^a Claudia Lira, eficiente secretária e executiva do Congresso.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 340, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 16 e 17 de abril do corrente em reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul que discutirão a realização da primeira sessão legislativa, que se realizará na ci-

dade de Montevideu, no Uruguai. Estarei ausente do País para participar do referido evento no período de 15 a 18 do corrente mês.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Ségio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

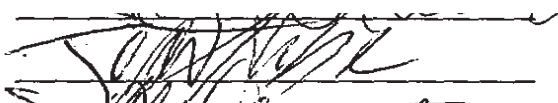
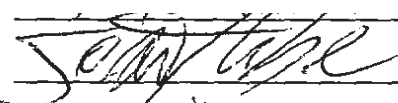
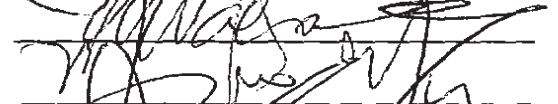
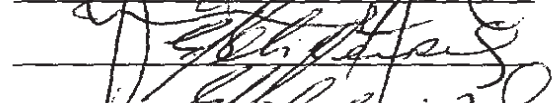
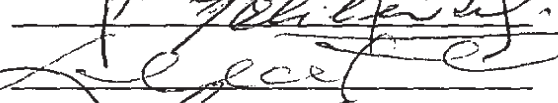
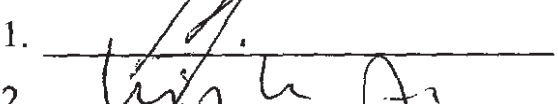
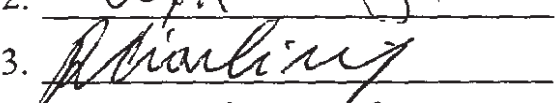
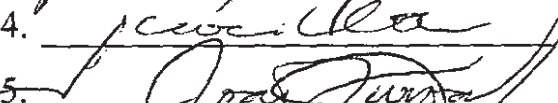
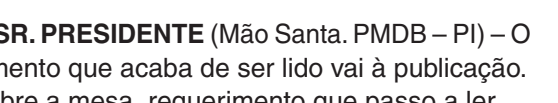
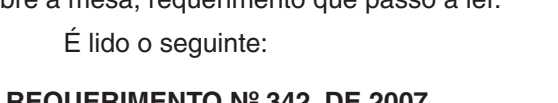
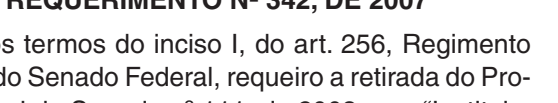
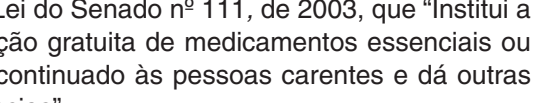
REQUERIMENTO Nº 341, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

01.	Edison Lobão	Edison Lobão
02.	De Almeida	Pedro Simon
03.	Barbosa	Leoneida Lima
04.	Alves	JAYME CAMPOS
05.	Alves	Marin Simão
06.	Holmes	Mão Santa
07.	Alves	Zambiasi
08.	Alves	GERALDO MENEZES
09.	Alves	Neuto de Conto
10.	Alves	JOSE VERRY
11.	Alves	EDUARDO SPILCY
12.	Alves	TIAO VIANA

13.		
14.		A.C. VALADARES
15.		MARNO MALTA
16.		VANILSON CRUZ
17.		Valer Pereira
18.		GABRIEL ALVES
19.		CÉSAR FORTES
20.		Osma Dias
21.		ROSEANA SARNEY
22.		CRISTINA
23.		Rosângela Ciachini
24.		INÁCIO AREND
25.		JOÃO DUCVAL
26.		HERSCILTO FORTES
27.		
28.		LUCIA VANIL

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 342, DE 2007

Nos termos do inciso I, do art. 256, Regimento Interno do Senado Federal, requero a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2003, que “Institui a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso continuado às pessoas carentes e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256 § 2º inciso II alínea **b** do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 343, DE 2007

Solicita informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, em conjugação com os arts. 215 e 216 do Re-

gimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhada ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitação de cópia dos estudos de avaliação dos impactos esperados, em decorrência da importação de café do Vietnã, sobre a cafeicultura brasileira.

Justificação

Se a articulação dos fabricantes brasileiros de café solúvel visando à importação do produto obtiver êxito, os prejuízos à cafeicultura capixaba serão inevitáveis. Por esse motivo, a recente possibilidade da importação de um milhão de sacas de café conilon, provenientes do Vietnã, trouxe grande inquietação aos produtores de café do Estado do Espírito Santo.

Os prejuízos que poderão advir dessa compra atingirão principalmente os pequenos produtores rurais do Estado, com reflexo sobre a renda e sobre a capacidade de pagamento desses agricultores, a partir da safra 2007/2008.

O acesso aos estudos técnicos oficiais ofereceria indispensável subsídio à tomada de decisão dos agentes envolvidos na atividade, diante de mais esse desafio que se apresenta à cafeicultura nacional. Assim sendo, solicito o envio de cópia dos estudos que, na iminência da decisão de autorizar a importação de café conilon do Vietnã, avaliam os impactos esperados sobre a cafeicultura brasileira, em especial sobre a economia rural do Espírito Santo onde predomina o cultivo do café conilon.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – **Magno Malta**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 344, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Economista José Carlos de Assis, pelo lançamento, no dia 10 de abril de 2007, do seu livro Moeda, Soberania e Trabalho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Economista José Carlos de Assis, pelo lançamento, no dia 10 de abril de 2007, de seu livro **Moeda Soberania e Trabalho**.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do autor e à Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Justificação

Por iniciativa da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, o Economista José Carlos de Assis lançou, no dia 10 de abril de 2007, seu livro **Moeda Soberania e Trabalho** – Uma Proposta Crítica de Integração da América do Sul.

José Carlos de Assis é uma dos mais brilhantes alunos da Professora Maria da Conceição Tavares. É detentor de muitas idéias das quais discordo, porém ressalvo ser o economista, uma das mais expressivas figuras do meio econômico, como analista sério da realidade brasileira e do Continente. Ele impõe-se perante a intelectualidade do País pela sua seriedade pública e notória competência. Por tudo isso e, no momento, pela bela contribuição que oferece com o lançamento de seu novo livro, é merecedor do voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 345, DE 2007

(Nº 25, DE 2007 – CRE)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado como art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), vinculada àquela Pasta, feitas a partir de 27 de março de 2006.

Justificação

A crise da aviação brasileira tem ultrapassado todos os limites. Adicionado a isso, aparecem diversas acusações de problemas na gestão da Infraero.

Trata-se de tema que se encontra sob análise da Comissão que temos a honra de presidir, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, inclusive, já realizou diversos debates e audiências sobre a matéria.

Assim, com o objetivo de ampliar as informações sobre a questão, de alta relevância, estamos apresentando o presente requerimento, solicitando ao Senhor

Ministro de Estado da Defesa o fornecimento de informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e assessoramento no âmbito da empresa, vinculada àquela Pasta, feitas a partir de 27 de março de 2006, data da posse do Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira na presidência da entidade.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. – **Wellington Salgado de Oliveira** – **César Borges** – **Leomar Quintanilha**, Presidente em exercício – **Mão Santa** – **Inácio Arruda** – **Romeu Tuma** – **Flexa Ribeiro** – **Marcelo Crivella** – **João Tenório**.

OF. nº 242/2007 – CRE

Brasília, 12 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Requerimento de Informação nº 25, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado na 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 12 de abril do corrente, em conjunto com a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para as medidas cabíveis.

Respeitosamente, – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 346, DE 2007

Requer voto de congratulações ao Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo da Arquidiocese de Vitória da Conquista – BA.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de congratulações ao Arcebispo Dom. Geraldo Lyrio Rocha, nomeado para a Arquidiocese de Mariana – MG.

Requeiro, também, que esse voto de congratulações seja levado ao conhecimento do Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha – Rua Leôncio Santos, 100 – Bairro Recreio – 45050-400 – Vitória da Conquista – BA.

Justificação

Sua Santidade o Papa Bento XVI nomeou em 11 do corrente mês, o novo arcebispo da cidade de Mariana, Dom Geraldo Lyrio Rocha, desde 2002 atuando na arquidiocese de Vitória da Conquista (BA).

Dom Geraldo assumirá a arquidiocese mais antiga de Minas. Rica em história, cultura, arte e tradições, Mariana foi criada em fevereiro de 1748 e abrange 79 municípios, com 132 paróquias e cerca de 200 padres.

Sucessor de Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Geraldo promete levar adiante a importante obra pastoral que seu predecessor realizou na arquidiocese, ao longo de mais de 18 anos, obra sempre marcada pela caridade, amor aos pobres e por uma grande sensibilidade pelas questões sociais.

Capixaba da cidade de Fundão, onde nasceu, em março de 1942, Dom Geraldo fez o seminário menor (ensino médio) em Vitória – ES e em Mariana – MG, o curso de Filosofia. Foi ordenado padre em 1967, depois de estudar Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, onde também se especializou em Liturgia no Pontifício Instituto Santo Anselmo.

Nomeado bispo em 1984, Dom Geraldo foi auxiliar de Vitória até 1990, quando assumiu a diocese de Colatina (ES), que dirigiu até janeiro de 2002. Como membro do Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB, foi responsável pelo setor de Liturgia entre 1995 e 2003. Foi também presidente do Departamento de Liturgia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), organismo do qual é atualmente vice-presidente.

Como titular desse cargo, o arcebispo nomeado de Mariana vai participar da 5ª Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, que o papa Bento XVI abrirá em Aparecida (SP) na tarde de 13 de maio. Dom Geraldo também está cotado para concorrer à presidência da CNBB, na próxima assembléia da entidade, na primeira semana de maio.

De tendência moderada, Dom Geraldo sempre foi fiel ao seu lema de bispo (**Opus fac evangelistae** – Faz a obra de um evangelista).

Por toda a sua trajetória iluminada pelo especial carinho que devotou aos pequenos, idosos, doentes, sofredores, abandonados, encarcerados, pobres e excluídos de toda a sorte, Dom Geraldo Lyrio Rocha é merecedor dos melhores votos de amplo sucesso em sua nova missão, e do voto de congratulações do Senado Federal, o que requeiro neste momento.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Gerson Camata**.

Requeiro, também, que esse voto de congratulações seja levado ao conhecimento de:

Sua Santidade Papa Bento XVI
Secretaria de Estado
Cidade do Vaticano – 00193

Presidente da CNBB – Cardeal Geraldo Majella Agnelo

SE/SUL – Quadra 801 – Conj. B
70401-900 – Brasília – DF

Arcebispo de Vitória Dom Luiz Mancilha Villela
Rua Soldado Abilho dos Santos, 47 Centro – Cidade Alta
29015-620 Vitória – ES

Núncio Apostólico Dom Lorenzo Baldisseri
Av. das Nações – Quadra 801 – Lote 1
70401-900 – Brasília – DF

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

- A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento lido vai ao arquivo. Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 173/2007, de 15 de fevereiro último, informando que o Requerimento nº 604, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, foi autuado naquela Corte sob o nº TC-004.670/2007-3 e encaminhado à unidade técnica competente para adoção das providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

- A informação foi encaminhada, em cópia, ao requerente.

O requerimento permanecerá na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a manifestação do Tribunal de Contas da União.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório e acompanhará a sua execução, devendo propor à autoridade competente as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões. (NR)”

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior, e o seu mérito indicar a progressão.

Parágrafo único. A decisão sobre progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, quando necessário. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo do presente projeto de lei é simples: restaurar o sistema vigente no Brasil antes da edição da equivocada Lei nº 10.792, de 2003 (especificamente as alterações que fez nos arts. 6º e 112 da Lei de Execução Penal – LEP). As alterações feitas por essa lei aos citados artigos da LEP resultaram na exclusão da análise do mérito do preso e da realização do exame criminológico por comissão técnica para a concessão de progressão de regime e de livramento condicional.

A mera comprovação do bom comportamento carcerário pelo diretor do estabelecimento penal, como acontece atualmente, não alcança a avaliação por técnico das áreas psiquiátrica, psicológica e social. Além disso, estimula a corrupção, com a “venda” de atestados de bom comportamento carcerário. Essa foi a saída paliativa que o governo encontrou para resolver temporariamente a crise penitenciária nacional, abrindo espaço nas prisões para o ingresso de novos criminosos.

O presente projeto de lei visa, portanto, restaurar o sistema anterior e trazer de volta a exigência de exame por técnicos habilitados para a concessão das benesses penais de progressão de regime, livramento condicional, indulto individual e comutação de pena aos presos.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senadora **Maria do Carmo Alves.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. *(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. *(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor. *(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitadas os prazos previstos nas normas vigentes. *(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

Brasília, 11 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO – Ibrahim Abi-Ackel.**

LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. (NR)

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitadas os prazos previstos nas normas vigentes.” (NR)

Brasília, 1º de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **LUIS INÁCIO LULA DA SILVA – Márcio Thomaz Rastos.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2007

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo período de cinco anos, os produtos classificados nos seguintes códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006:

I – 8708.95 (bolsas infláveis de segurança com sistema de insuflação – **airbags** – e suas partes); e

II – 9032.89.21 (controlador eletrônico para sistemas antibloqueantes de freio – ABS).

Art. 2º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Inobstante o alto índice de mortes por acidentes de trânsito no Brasil, o consumidor brasileiro não investe em segurança na hora de adquirir seu automóvel. Tome-se como exemplo o caso de dois importantes itens de segurança veicular: o sistema de freios ABS e o **airbag**.

O sistema de freios ABS (sistema de freios antitravamento) é um equipamento que evita o travamento

das rodas durante a frenagem e permite ao motorista manter a dirigibilidade do veículo em situações críticas. E item de série indispensável, por exigência do consumidor, nos modelos europeus e equipa mais de 70% dos veículos norte-americanos. No Brasil, o número de veículo equipados com o sistema é de cerca de 10% do total.

O **airbag** é um equipamento suplementar de retenção frontal para condutor e passageiros. E exigido pela quase totalidade dos europeus, por ser importante item na redução do número de vítimas fatais ou graves de acidentes de trânsito. No Brasil, em 2006, o **airbag** para motorista estava presente em cerca de 20% dos canos como equipamento de série e em 40% como opcional. O **airbag** duplo comparecia em 23% dos carros como item de série e em 37% como opcional.

Projeto de lei recentemente aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal – o PLS nº 115, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo – prevê o prazo de um ano para que os carros saiam das fábricas já equipados com **airbag**. Convertido em lei, o projeto deverá introduzir mudanças nesse comportamento e reduzir o grave quadro de acidentes de trânsito no País.

O brasileiro, entretanto, considera o **airbag**, assim como o sistema de freios ABS, um equipamento caro para os padrões nacionais. Some-se a esse obstáculo a carga tributária de cerca de 40% do total do preço do veículo, que toma o custo de dirigir com segurança proibitivo para a maioria dos brasileiros.

Com vistas a tornar mais acessível a aquisição de itens de segurança veicular, elaboramos este projeto de lei, que visa a isentar da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, às alíquotas de 5% e 15%, respectivamente, o **airbag** e suas partes e o controlador eletrônico para sistemas antibloqueantes de freio – ABS.

Tratando-se de produtos importados, estimou-se a renúncia fiscal decorrente da isenção de IPI ora proposta com base nos valores importados no ano de 2006, registrados no Sistema AliceWeb do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essa renúncia alcançaria 12,7 milhões de reais ao ano nos três exercícios seguintes à data de vigência da lei que resultar do projeto. A perda de receita, dada a sua pequena magnitude, poderia ser compensada pela expansão da arrecadação decorrente do crescimento econômico.

Com as medidas propostas, acreditamos estar contribuindo para uma perspectiva mais saudável para o trânsito brasileiro e introduzindo uma postura mais esclarecida do consumidor diante da questão da segurança de trânsito.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 6.006,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, e no § 1º do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002,

Decreta:

Art. 1º É aprovada a anexa Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Art. 2º A Tipi aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante do Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, com alterações posteriores.

Art. 3º A NCM constitui a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH) para todos os efeitos previstos no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.154, de 1º de março de 1971.

Art. 4º O enquadramento de veículos no Ex 1 e no Ex 2 relativos aos códigos nos 8702.10.00 e 8702.90.90 da Tipi, bem assim nas condições estabelecidas na Nota Complementar NC (87-3) ao Capítulo 87 da Tipi, está condicionado à manifestação da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda certificando que o veículo cumpre as exigências ali estabelecidas.

Art. 5º Fica a Secretaria da Receita Federal autorizada a adequar a Tipi, sempre que não implicar alteração de alíquota, em decorrência de alterações promovidas na NCM, pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, ao amparo do disposto no art. 2º, inciso III, alínea c, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003.

Parágrafo único. Aplica-se ao ato de adequação o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional – CTN.

Art. 6º No Anexo I da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, onde consta “8536.50.90 Ex 3” passa a referir-se a “8536.50.90 Ex 1”.

Art. 7º A tabela anexa ao Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, é aplicável exclusivamente

para fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 9º Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2007:

I – o art. 2º do Decreto nº 4.859, de 14 de outubro de 2003, e o art. 2º do Decreto nº 4.924, de 19 de dezembro de 2003;

II – os Decretos nºs 4.542, de 26 de dezembro de 2002, 4.679, de 24 de abril de 2003, 4.800, de 5 de agosto de 2003, 4.902, de 28 de novembro de 2003, 4.955, de 15 de janeiro de 2004, 5.058, de 30 de abril de 2004, 5.072, de 10 de maio de 2004, 5.173, de 6 de agosto de 2004, 5.282, de 23 de novembro de 2004, 5.298, de 6 de dezembro de 2004, 5.326, de 30 de dezembro de 2004, 5.466, de 15 de junho de 2005, 5.468, de 15 de junho de 2005, 5.552, de 26 de setembro de 2005, 5.618, de 13 de dezembro de 2005, 5.697, de 7 de fevereiro de 2006, 5.802, de 8 de junho de 2006, 5.804, de 9 de junho de 2006, 5.883, de 31 de agosto de 2006, e 5.905, de 21 de setembro de 2006.

Brasília, 28 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guido Mantega.**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2004

Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105. São equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos:

.....
VII – equipamento suplementar de retenção (**air bag**) frontal para o condutor e os passageiros do banco dianteiro;

VIII – barras de proteção lateral;

IX – arco de proteção superior, para os veículos indicados pelo Contran;

.....
§ 5º As exigências estabelecidas nos incisos VII a IX deste artigo serão progressivamente incorporadas aos veículos novos, fabricados, importados, montados ou encarregados a partir do primeiro ano após a defi-

nição, pelo Contran, das especificações técnicas pertinentes e do respectivo cronograma de implantação. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos tempos, os veículos vêm passando por grandes transformações. Muitas delas buscam incrementar a performance dos motores, o que tem sido possível graças ao contínuo avanço da tecnologia. Outras, ocorridas em paralelo, demonstram, por sua vez, uma preocupação crescente com a segurança dos veículos, entendendo-se que, quanto mais potentes, também mais seguros precisam ser para quem os utiliza.

Nesse contexto, diversos dispositivos de segurança vêm sendo gradativamente incorporados aos veículos. Assim é que recursos como **air bags**, carrocerias deformáveis com células de sobrevivência e barras de proteção nas portas, antes restritos aos modelos de luxo, já estão disponíveis mesmo para carros econômicos. Outros, todavia, capazes de atuar preventivamente no sentido de evitar o acidente – e não apenas de minimizar as suas conseqüências –, ainda permanecem à margem do grande público consumidor. Oferecidos como opcionais na maioria dos modelos, o consumidor tende a reagir negativamente à possibilidade de pagar pelos equipamentos, seja por questões de ordem financeira, seja por desconhecimento acerca de como um determinado componente pode atuar na prevenção de acidentes.

A tradicional alegação de que a inclusão de novos equipamentos onera o preço final do veículo esbarra na certeza de que, com a generalização do uso e a efetiva incorporação do componente às linhas de montagem, o custo do item agregado segue uma tendência natural de barateamento. É o que, em geral, se observa com qualquer produto que passe a ser produzido e comercializado em grande escala. Para ilustrar, tome-se o caso do cinto de segurança de três pontos. Inobstante o modelo ter sido reconhecido, já na década de 1970, como mais seguro do que a versão sub-abdominal, o custo era visto, à época, como impedimento à sua utilização em larga escala. Depois de se tornar obrigatório, cessaram os questionamentos acerca do custo do equipamento diante da segurança proporcionada.

Não há dúvida de que está em curso no Brasil um processo de conscientização em torno da importância da segurança dos veículos, evidente tanto na postura das montadoras – que aos poucos vão mudando o perfil dos modelos nacionais – quanto no interesse dos

consumidores – que começam a investir mais em itens de segurança. Não obstante, é necessário impulsionar o processo rumo à conquista definitiva de um padrão de segurança veicular capaz de reduzir os elevados índices de acidentes de trânsito e suas lamentáveis consequências para a sociedade brasileira.

É o que fazemos por meio da presente iniciativa, destinada a alterar a legislação de trânsito para incluir novos itens de segurança obrigatórios nos veículos. Tratando-se de tecnologia já perfeitamente dominada e testada pelos fabricantes – haja vista que os equipamentos propostos já integram muitos modelos, ou, pelo menos, estão disponíveis como opcionais para praticamente todos -, estamos certos de que a indústria automobilística poderá assumir a nova obrigação sem sobressaltos. Já do ponto de vista do consumidor, admite-se que os ganhos em termos de segurança mais do que compensarão o eventual impacto inicial do custo dos equipamentos sobre o preço do veículo. Ademais, pode-se esperar a progressiva diluição do referido impacto à medida que se generaliza a utilização dos equipamentos.

Certos da oportunidade da iniciativa e dos benefícios que dela poderão advir para a sociedade brasileira, esperamos contar com o apoio necessário a aprovação do Projeto de Lei que apresentamos.

Sala das Sessões, Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos,
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 7, de 2007-CN (nº 240-GP-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 130, de 2007-TCU (Plenário), bem como do respectivo relatório, referente à auditoria no Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim – (TC nº 003.655/2003-0).

Aviso nº 9, de 2007-CN (nº 174-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 222, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao moni-

toramento acerca do cumprimento das deliberações do TCU em relação ao acompanhamento do projeto de irrigação de Flores de Goiás – GO – (TC nº 003.586/2001-4).

Aviso nº 10, de 2007-CN (nº 255-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 357, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e do voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de apoio a projetos de infraestrutura turística para o turismo religioso – Juazeiro do Norte – CE – (TC nº 008.744/2006-9).

Aviso nº 11, de 2007-CN (nº 314-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 417, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e do voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª Etapa, no Estado do Ceará – Projeto REFORME/2004 – (TC nº 004.771/2004-1).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há oradores inscritos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É uma grata satisfação inscrevê-lo para uma comunicação inadiável, Senador Jonas Pinheiro, profundo conhecedor da agricultura brasileira.

Chamamos para usar da palavra o Senador Marconi Perillo, do PSDB do Estado de Goiás.

S. Ex^a, regimentalmente, dispõe de dez minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de Goiás.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das características marcantes do mundo pós-moderno é a velocidade com que os assuntos aparecem e desaparecem na mídia. Num piscar de olhos, os jornais, o rádio e a televisão são capazes de catalisar a atenção nacional e oferecer o combustível necessário para as multidões se mobilizarem e correrem às ruas. Mas, como uma rajada de vento impiedosa, as novas notícias e acontecimentos neste mundo global empurram, com força

descomunal, o ontem e o anteontem para o passado, para o esquecimento.

Na Páscoa passada, para um número considerável de famílias, não houve motivos para comemorar, para celebrar, porque a violência, marca indelével de grande parte das cidades brasileiras, arrancou-lhes entes queridos. Para um contingente cada vez maior de brasileiros, houve um lugar vazio à mesa, uma ausência marcante, alguém que poderia estar ali sentado, mas foi prematuramente levado por ato de violência: uma bala, uma faca, um porrete, um soco.

Para a família Fernandes, do Rio de Janeiro, não foi diferente, Sr. Presidente, porque, no dia 7 de abril, completaram-se dois meses do assassinato brutal do pequeno João Hélio, que não foi, decerto, a única criança vítima desse quadro aterrorizador, tão comum nas metrópoles brasileiras. Mas o João é o símbolo do extremo do extremo e reforça uma pergunta que não quer calar: como reverter esse quadro da violência banalizada, não só a que arrancou a vida de João Hélio, mas a que colocou na delinquência seus assassinos?

A violência de hoje, assim como tantos outros problemas vividos pelo Brasil contemporâneo, é resultado de um processo marcado pela ausência do Estado, como ente maior e guardião dos direitos e garantias fundamentais preconizados pela Lei Maior. A Constituição brasileira, segundo Ulysses Guimarães, é cidadã, mas, lamentavelmente, nem o Poder Público, nem a sociedade temos conseguido torná-la real e acessível a todos os brasileiros.

É verdade que a norma tem escopo programático, mas já é tempo de ver o Brasil em perspectiva e arrancarmos-nos desta apatia coletiva incapaz de lutar por um plano de combate efetivo à erva daninha que grassa no jardim da juventude, fazendo tantos de nossos cidadãos vítimas ou alvos da violência. Nem as crianças, Sr. Presidente, estão sendo poupadas.

Nós, na qualidade de Senadores, demos uma resposta à sociedade nesses últimos dias, alterando leis e discutindo a possibilidade de que uma série delas possa ser também implementada nas muitas comissões permanentes desta Casa. Entretanto, nós precisamos continuar nessa cruzada e criar condições para os governadores e prefeitos combaterem a violência na origem; precisamos criar condições para se canalizarem os recursos necessários à efetivação dos planos estratégicos elaborados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Hoje, Sr. Presidente, prefeitos e governadores estão de mãos atadas, até porque a União concentra hoje mais de 73% de todos os recursos provenientes de receitas, impostos, contribuições, cobranças em seu poder. E, no caso das cobranças e contribuições, Sr. Presiden-

te, Srs. Senadores, elas não são compartilhadas com os estados e municípios. Logo esses entes federativos que são os principais responsáveis pelo atendimento às demandas da sociedade no que concerne a habitação, saneamento, segurança pública, saúde, educação, infra-estrutura e logística. Prefeitos e governadores, então, estão de mãos atadas, amarradas pelo contingenciamento para o superávit primário dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e Proteção e do Fundo Penitenciário para financiar o sistema penitenciário nos Estados brasileiros. Por isso, apresentamos recentemente uma proposta de emenda à Constituição, com o intuito de criar um fundo de segurança pública, com a participação de União, Estados, Distrito Federal e municípios como gestores dos recursos.

Segundo esta PEC, Sr. Presidente, nós teríamos também a vinculação constitucional de recursos das três esferas – União, estados e municípios – para formar esse fundo, garantidor de recursos para custeio, manutenção e investimentos na área de segurança pública.

Hoje, apenas os Estados – e V. Ex^a, Sr. Presidente, sabe muito bem que o que estou falando é verdade, já que foi Governador do Estado do Piauí –, apenas os Governos Estaduais são obrigados, têm o dever de investir na segurança pública em favor do cidadão. Em Goiás, nos últimos dois anos, o Estado chegou a receber R\$3 milhões ao ano de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, enquanto se gasta isso por dia na manutenção, no custeio, nos investimentos e com o pessoal ativo e inativo na área de segurança pública.

Nosso intuito é permitir a articulação das secretarias estaduais e municipais de norte a sul, de leste a oeste, num mecanismo coeso, efetivo e eficaz de combate à violência, porque não é justo ver nossos prefeitos e governadores permanentemente de pires na mão aqui em Brasília; não é justo deixar os mais de cinco mil prefeitos isolados, ilhados e à mercê de bandidos de toda espécie.

É preciso fazer valer o pacto federativo, e esta tribuna é o local apropriado para debater este tema, já que esta Casa, de Rui Barbosa, é a Casa da Federação, responsável por discutir o fortalecimento do pacto federativo.

É preciso, repito, fazer valer o pacto federativo em todos os sentidos, porque a violência tem o tamanho do Brasil e, nessa dimensão, combatê-la ou trazê-la para níveis aceitáveis e toleráveis depende de políticas públicas conjugadas, consistentes, continuadas.

O caminho melhor é a criação de um autêntico sistema único de segurança pública capaz de envolver todos os entes federados, como é o caso do Sistema Único de Saúde e também da educação. A alternativa mais eficaz é o planejamento e o investimento em po-

lícia científica e investigativa, em institutos de criminalística e na produção de informações objetivas e sistematizadas sobre todas as modalidades de crimes.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, é necessário substituir as práticas antigas de investigação criminal pelas práticas científicas, com a utilização e o manejo das tecnologias mais modernas, a fim de que possamos ter resultados mais rápidos, mais eficientes e acabar de vez com a tortura neste País, tendo investigações que efetivamente cumpram seu papel, busquem e alcancem resultados que são de interesse da sociedade e efetivamente dêem condições para que o Estado possa punir aqueles que infringem as nossas leis.

Se quisermos, de fato, reduzir os alarmantes índices de insegurança que reinam em nossas cidades, será preciso dar prioridade ao combate não só do crime organizado, praticado por bandos e quadrilhas, mas também do pequeno delito, porta aberta para a criminalidade. Isso porque o latrocida de hoje e o homicida de amanhã pegaram a vereda do banditismo lá atrás, com o descuido ingênuo do transeunte, na ação rápida e certa do trombadinha.

O combate à violência não pode ser feito sem a valorização e a articulação das polícias militares e civis, dos serviços de inteligência e do amplo acesso às informações necessárias para desarticular os meliantes, prender os delinquentes e encarcerar os bandidos. O combate à violência não pode ser feito sem que Governo e sociedade o coloquem como uma das prioridades nacionais, de modo a se devolverem as ruas aos cidadãos, como espaço de convivência e lazer.

Essas ações podem e devem começar por uma operação de rastreamento sistemático do dinheiro do narcotráfico no Brasil e no exterior, moeda a moeda, centavo a centavo. Vamos bloquear os recursos das quadrilhas, encurralá-las da mesma forma como nos oprimem nas cidades e no campo, em casa e no trabalho. Vamos dar um soco certo na violência tão poderoso quanto a força opressora desse mal avassalador.

Sr. Presidente, essas são as respostas imediatas à violência que tanto demandam os protestos e manifestações Brasil afora. São respostas para agora, para hoje, uma cruzada de que todos nós precisamos participar. Entretanto, nada disso será eficaz se o Estado não subir o morro, se o Estado não entrar na favela e na periferia, com escolas, cultura, lazer, inclusão social, banco do povo, microcrédito, oportunidades, por meio da educação, da ciência e tecnologia, porque a violência é, sobretudo, o reflexo das populações abandonadas pelo Poder Público e sem acesso aos direitos e garantias constitucionais; a violência é também o reflexo da auto-estima baixa, da desesperança em dias melhores, das desigualdades sociais, das dis-

crepâncias regionais; a violência é produto da falta de eficiência, da inoperância do Poder Público no sentido de combater as mazelas sociais do País.

A vizinha Colômbia, Sr. Presidente, sobretudo Bogotá, que recebeu, recentemente, os governadores...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ... de Minas Gerais, de Brasília e do Rio de Janeiro para conhecer o sistema de segurança que foi implantado há cinco anos, certamente pode servir de exemplo. A redução do número de vítimas da violência por 100 mil pessoas/ano foi drástica em Bogotá, um país em que, até bem pouco tempo, era inimaginável pensar que pudesse haver uma política pública de segurança eficaz, que efetivamente pudesse reduzir a criminalidade, a violência e os índices de homicídios e de outros atentados à vida das pessoas.

Se na Colômbia foi possível, um país que até bem pouco tempo esteve muito envolvido com tráfico etc., por que no Brasil não podemos ter a competência de elaborar um conjunto de políticas públicas capazes de, efetivamente, dar as respostas que a sociedade quer, precisa e merece em relação à segurança, em relação à tranquilidade de seus cidadãos?

Se o quadro é de abandono e desprezo, natural que a violência campeie, natural que, num círculo vicioso e nefasto, produzam-se cada vez mais delinquentes. Isso é mostrado pelas pesquisas sobre a origem dos internos da Febem em São Paulo, na maioria oriundos de bairros marcados pela violência, que gera violência, banaliza o mal, banaliza a morte.

Se a Colômbia conseguiu relativo sucesso no combate à violência, Sr. Presidente, foi porque compreendeu a tríade desse imenso e alarmante problema: tolerância zero, acesso à educação e apoio à cultura. Se a Colômbia conseguiu reduzir os índices de criminalidade de Bogotá, foi porque compreendeu a importância de investir numa polícia eficiente, honesta e bem treinada, com auto-estima alta, num sistema educacional incluyente e no reforço da auto-estima por meio do apoio ao esporte, ao lazer, à cultura, à ciência e à tecnologia.

Não queremos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, a cada ano, centenas de famílias tenham de sentir a dor da família Fernandes e enfrentar o desespero de ver ceifada a vida de um ente querido. Não queremos, Sr. Presidente, que novos fatos aterradores continuem a prender nossa atenção nos efeitos da violência em vez de combatermos a causa e a origem. Não queremos que nossas crianças sejam vítimas nem algozes da violência banalizada. Não queremos que a dor de ontem seja a mesma dor de hoje e, sobretudo, de amanhã.

Sr. Presidente, como Governador de Goiás tive uma experiência que reputo da mais alta relevância: há três anos nenhum policial civil, militar ou bombeiro militar vai para ruas, começa a defender a sociedade, depois de aprovado em um concurso público, sem antes passar por um curso superior de gestão em segurança pública. Há mais de três anos, quando Governador, adotei essa sistemática de conduta no Estado de Goiás. Todos os policiais aprovados no concurso público de provas e títulos, antes de ganharem as ruas, antes de irem para as ruas defender os cidadãos, passam, por dois a três anos, pelo curso de formação superior em segurança pública. Lá eles lidam com antropologia jurídica, com sociologia jurídica, aprendem todos os aspectos relacionados à psicologia jurídica e quando vão para as ruas estão em condições de, efetivamente, defender os cidadãos, trabalhar em favor daqueles que merecem o respeito do Estado.

No Brasil e no mundo, os mais ricos, os mais poderosos podem pagar por segurança privada, por saúde privada e por educação privada, mas os pobres, as pessoas de classe média baixa e os excluídos não têm acesso a um serviço que, efetivamente, seja digno do papel do Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, entendemos que o Senado está cumprindo com o seu papel, com o seu dever, ao priorizar todos os projetos que alteram os Códigos, possibilitando ao Estado maior eficiência no combate à criminalidade e à violência.

Mais importante: aqui no Senado tramitam projetos importantíssimos no sentido de trabalhar a questão da segurança preventiva, no combate às causas da violência, às causas da criminalidade, viabilizando instrumentos de promoção da vida, de promoção do ser humano, assegurando seus direitos e garantias individuais, possibilitando acesso a uma educação de qualidade, a uma saúde de qualidade, a emprego, a inclusão social e a uma oportunidade na vida. Se o Brasil for capaz, efetivamente, de garantir igualdade de oportunidades, certamente, vamos ter muito menos violência no futuro.

Encerro este meu pronunciamento concitando todos a combatermos a violência num plano unificado e audacioso, porque a sociedade clama por soluções definitivas e duradouras, a sociedade clama pela paz e pelo convívio harmonioso entre brasileiros cidadãos e protegidos pelo direito e garantias constitucionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Parabenizamos V. Ex^a pelo pronunciamento atual sobre a violência e queríamos dizer que a situação é tão grave, Senador Marconi Perillo, que, em janeiro deste ano, houve 596 assassinatos no Rio de Janeiro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já estou na lista de oradores inscritos, mas gostaria, se V. Ex^a permitir, de falar pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já fez chegar à Mesa um documento assinado pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que pensei até ser V. Ex^a, pois V. Ex^a é um destaque, é a estrela do Partido dos Trabalhadores que brilha. Estamos alternando e V. Ex^a, como Líder do Governo, tem prioridade. V. Ex^a pode usar da palavra.

Pela ordem, com a palavra o Senador Valter Pereira.

Estamos seguindo a lista de inscritos, alternando com comunicações inadiáveis. Estão inscritos os Senadores Jonas Pinheiro e Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obviamente respeitando a prioridade do Líder Delcídio Amaral, que vai fazer um importante pronunciamento nesta tarde, eu gostaria de me inscrever como Líder do PMDB para fazer uma comunicação também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a tem que trazer o documento assinado pelo Líder.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu sou Vice-Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fará uso da palavra, por direito.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é mais do que isso tudo. V. Ex^a representa aqui o Ramez Tebet, extraordinário Senador que está no céu. Dizem que o Senado é um céu, mas ele está no céu verdadeiro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos ouvir o Senador Delcídio Amaral, do Estado do Mato Grosso do Sul, extraordinário Senador, a quem este Senado e a Pátria devem muito, pois ele presidiu com ímpar sabedoria e firmeza a CPI dos Correios.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, normalmente, não peço a palavra pela Liderança para falar de assuntos regionais, mas hoje fui instado a fazer este pronunciamento especialmente para destacar o que acontece em Mato Grosso do Sul, mais especificamente na minha cidade, Corumbá.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que, anteontem, a Justiça Federal de Corumbá, por deliberação do juiz Gilson Pessotti, determinou a interrupção do projeto minero-siderúrgico da MMX, em Corumbá. O juiz Pessotti atendeu à denúncia do Sr. Procurador da República Rui Maurício Ribas Rucinski, um procurador que compareceu a minha cidade, Sr. Presidente, há poucos meses e que, surpreendentemente, após o parecer exarado pelo juiz da 1ª Vara Federal de Corumbá, licenciou-se por dois meses.

É importante destacar que estou recebendo aqui, meu caro Presidente Senador Mão Santa, um comunicado a mim enviado pelo Movimento em Prol do Desenvolvimento de Corumbá e Ladário. Trata-se de um texto de duas páginas que peço à Mesa Diretora do Senado que incorpore a este meu discurso e ao discurso que eu vou entregar oficialmente à Mesa Diretora do Senado, que diz respeito a esse grave problema que estamos enfrentando.

Eu só gostaria de destacar um trecho, um pequeno trecho desse texto, que diz o seguinte:

Estamos, Senador, através deste manifesto, demonstrando o quanto estamos aflitos, incertos e inseguros em relação ao futuro do nosso povo e da nossa região. Nos angustia o atraso, a falta de qualidade de vida e, principalmente, a ausência de percepção aos anseios da população, legítima na busca do seu destino. E, por estes motivos, estamos mobilizados em prol do desenvolvimento dessa região.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento sustentável já é um paradigma aceito quase universalmente nas diversas dimensões sociais do nosso País. No entanto, sua implementação, ou seja, torná-lo realidade ainda representa um enorme desafio a essa mesma sociedade.

O Brasil vive um momento especial de sua história, em que os indicadores sinalizam o crescimento associado a variáveis sociais positivas. Os números apontam para a melhoria da qualidade de vida de populações historicamente desfavorecidas e para uma preocupação mais consistente com a questão ambiental, componente fundamental para a nossa sobrevivência.

Quero relatar aqui, Sr. Presidente, um caso especial – como eu disse aqui na abertura do meu discurso – na minha cidade natal, Corumbá, localizada, como todos sabem, no pantanal sul-mato-grossense. Ama-

nhã, haverá uma grande manifestação de indignação, fechando-se o comércio, em função dessas atitudes que acabei de relatar.

Corumbá é detentora dos maiores índices de desemprego no Estado de Mato Grosso do Sul. Nos últimos cinquenta anos, uma das suas grandes riquezas, as jazidas de minério de ferro, tem sido exploradas. Esse minério é reconhecido internacionalmente pela sua elevada qualidade.

Sempre exportada *in natura*, ou seja, sem valor agregado na região – prestem atenção –, a um preço atual de US\$45 a tonelada, nossa riqueza, expressa na base natural do País que domina a tecnologia na produção de aço, está diminuindo dia a dia.

Na região de Corumbá, estão presentes as maiores mineradoras do mundo: a Rio Tinto e a Vale do Rio Doce, que, sozinhas, exportarão, em 2007, mais de quatro milhões de toneladas de minério *in natura*.

Cumprе salientar, Sr. Presidente, que, conquanto a empresa Rio Tinto atenda às exigências constitucionais, a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 6, de 1995, ela ainda permanece no campo da ilegalidade, uma vez que a composição do seu capital e do seu conselho administrativo fere frontalmente a Lei nº 6.634, de 1979, ainda em vigor no ordenamento jurídico. Segundo a referida lei, 51% do capital deve pertencer a brasileiros e, hoje, a Rio Tinto não atende a essa exigência legal. Além do mais, é patente a falta de predominância de brasileiros na administração do empreendimento.

Afora as questões legais frontalmente feridas, há de se considerar outras questões que transcendem os aspectos legais a serem superados. Estamos nos referindo aos aspectos econômicos e sociais danosos ao País. Nessa questão, não devemos olvidar que, atualmente, aquela região tem funcionado como mera incubadora de um produto exportado de afogadilho, cuja agregação de valor só se verifica externamente, mais precisamente na Argentina. Em suma, além de ferir o ordenamento jurídico vigente, a atividade desenvolvida pela referida empresa não incorpora benefícios sociais e econômicos ao País, pois tem-se configurado como uma verdadeira orquestra de evasão de divisas, que tem prejudicado sobremaneira a arrecadação de tributos, com repercussões negativas na qualidade de vida dos brasileiros.

Nesse sentido, estaremos trabalhando, Sr. Presidente, a proposta de um projeto de lei, Senador Valter Pereira, a ser encaminhado a esta Casa para se corrigirem as graves distorções apresentadas e que têm representado verdadeiro prejuízo ao patrimônio social e econômico do País. Trata-se de exploração mineral, Sr. Presidente, sem nenhuma agregação de valor. Estão sentados em cima de uma mina, a Mina de Urucum, e não alavancam o de-

envolvimento da região nem agregam valor a um produto hoje fundamental para a economia mundial.

Daí é que vem o ponto principal, Sr. Presidente. A ousadia da Empresa MMX permitiu sonharmos com a mudança nesse cenário, levando para a região o projeto de instalação de um pólo minero-siderúrgico, com a aplicação de investimentos da ordem de mais de US\$200 milhões. Eu volto a repetir, Sr. Presidente: US\$200 milhões.

Um projeto dessa natureza significa agregar valor à matéria-prima, transformando-a em produto com valor de mercado mais elevado, e, assim, proporcionando ganhos em escala para a sociedade, governos e o País. Dos US\$45 por tonelada, passa-se a vender o minério com valor agregado superior a US\$200 por tonelada. Já falam, Senador Valter Pereira, em US\$300 a tonelada do ferro gusa no mercado mundial.

Sr. Presidente, quero destacar os números da empresa:

A MMX é a maior mineradora de Mato Grosso do Sul hoje, meu caro Senador Valter Pereira, e as outras já estão lá há décadas, simplesmente faturando em minério de ferro bruto, sem falar no manganês.

Com relação aos empregos, entre suas operações de mineração e siderurgia, a MMX já contratou 220 funcionários, dos quais 147 (67%) são locais.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a estava inscrito para uma comunicação inadiável enquanto aguardávamos o documento da Liderança, que já chegou. Então, V. Ex^a falará logo em seguida. E, usando o espírito da Lei e a sensibilidade, o orador que está na tribuna, pelo Regimento, tem direito a cinco minutos, mas já se passaram nove minutos e pode continuar tranqüilamente.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – O assunto que S. Ex^a traz é relevante...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a falará, porque está escrito, ali na Bandeira, Ordem e Progresso...

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Eu gostaria de participar da discussão que S. Ex^a está travando, que é...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, mas eu gostaria de obedecer ao Regimento, para dar o exemplo a este País.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Como queira V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, dando continuidade aos números da MMX, hoje existem 700 pessoas trabalhando na obra

da siderurgia, além dos investimentos em qualificação de mão-de-obra.

Os investimentos, Sr. Presidente, na mineração, já chegaram a R\$164 milhões, e ainda serão investidos mais R\$105 milhões até o final de 2007. Na implantação da operação de siderurgia, já foram investidos R\$202,4 milhões e ainda estão previstos investimentos da ordem de R\$557 milhões referentes à expansão da planta de ferro gusa para atividade de aciaria, sinterização e laminação, meu caro Presidente.

Sob o ponto de vista da tecnologia, preocupação que pautou, inclusive, as discussões ambientais desse projeto, só existem duas plantas de ferro gusa com o mesmo nível de tecnologia, observando a questão ambiental em operação no Brasil. Ou seja, uma fora de Mato Grosso do Sul e a outra da MMX, em Corumbá.

O projeto florestal, Sr. Presidente, é a principal discussão desse projeto da MMX. A MMX Metálicos Brasil Ltda., adquiriu duas fazendas em Mato Grosso do Sul – a Fazenda Correntes, que se localiza no Município de Dois Irmãos do Buriti, distante 350km de Corumbá, 300 km da siderúrgica da MMX e 90km de Campo Grande, e a Fazenda Jatiúca, que se encontra a 5km de Anastácio, 290km de Corumbá, 250km da siderúrgica da MMX e 150km de Campo Grande.

As fazendas representam 10% da área plantada total necessária para o abastecimento da planta de ferro gusa.

Com relação aos impostos, Sr. Presidente, com o crescimento da MMX agora, antes de entrar em operação, Corumbá passou de 7º para 5º Município em arrecadação de impostos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Com relação à área protegida – a reserva –, a empresa adquiriu 20 mil hectares na região do Pantanal, que serão transformados numa reserva particular do patrimônio natural, área considerada prioritária, contribuindo de forma positiva para a conservação do meu querido Pantanal.

Ressalte-se que a destinação da reserva natural é independente de processos de compensação e/ou licenciamento ambiental. É uma atitude pró-ativa, inédita da empresa, no sentido de conquistar, mais do que nunca, o bem-estar social daquela região.

Lamentavelmente, como eu disse inicialmente, Sr. Presidente, todo esse esforço foi barrado pela Justiça Federal, no dia de ontem, especialmente em razão desse senhor do Ministério Público, que foi para lá, conseguiu paralisar a obra e agora licenciou-se por dois meses. Acho até que ele não voltará mais a Corumbá. Ontem, suspenderam-se todas as licenças emitidas pelo Estado, colocando em dúvida a sua competência.

Registro que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul é competente, com pro-

fissionais competentes, que têm zelado principalmente pela questão ambiental e pelo desenvolvimento sustentável do meu Estado. Entendeu o juiz, em decisão precária, que o Ibama deveria ter sido responsável pela condução do processo. Ocorre, Sr. Presidente, que, no início do processo, o próprio Ibama, numa visão que acredito correta de descentralização, delegou ao Estado tal atribuição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este caso reflete os excessos que estão ocorrendo em Mato Grosso do Sul, meu Estado, e no restante do Brasil, desmotivando a iniciativa privada de investir, imobilizando o Governo na promoção do desenvolvimento e impedindo a sociedade de gozar os benefícios de tal desenvolvimento.

Não discuto aqui as exigências e os cuidados para com o meio ambiente, até porque possuímos uma legislação ambiental moderna, órgãos competentes e, mais ainda, tenho clareza da importância da necessidade de uma relação estreita e equilibrada entre empreendedores, sociedade e Governo.

Percebendo o desgaste, Sr. Presidente, que se avizinhava, tomamos inclusive a iniciativa de criar uma plataforma de diálogo para discutir um plano diretor ambiental para aquela região, juntando as ONG que lá atuam e as empresas, os empreendedores privados.

Esse é um exemplo extraordinário, saudado por todos os empreendedores e as organizações, principalmente as não-governamentais que atuam naquela área. Surpreendentemente, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a acabou de usar 15 minutos, que é o número do PMDB. Eu o convido para ser Líder do PMDB, estamos pensando em V. Ex^a, e lhe concedo mais um minuto em homenagem a Ramez Tebet.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Esse convite, para o Senador Delcídio, eu já fiz há algum tempo. V. Ex^a está reforçando agora, Sr. Presidente, mas ele já está convidado oficialmente pela Liderança do PMDB, pelo Presidente do Senado. Estamos aguardando sua decisão, Senador Delcídio. Não queremos tirá-lo do PT, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Jamais eu pensaria em passar na frente do meu Líder Valdir Raupp.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, agradeço-lhe as palavras carinhosas. Agradeço a V. Ex^{as} por terem se lembrado do meu nome, que sabem do meu respeito pelo PMDB.

Mas gostaria de concluir, Sr. Presidente, dizendo que, curiosamente, em relação a essa plataforma, as

mineradoras que não participaram são exatamente as que simplesmente extraem o minério e levam embora, via rio Paraguai, levam embora, para outro lugar; ou seja, exploram, e tem explorado sistematicamente as nossas riquezas minerais.

E eu, Sr. Presidente, quero deixar muito claro que fico surpreso, Senador Valter Pereira, com um Procurador que aparece e que vai embora. E, de certa maneira, numa atitude até “defensora” em relação àqueles que extraem o minério de ferro lá da nossa querida Urucum.

Será que não há algum movimento esquisito de gente que nunca agregou valor contra aqueles que vão valorizar, gerar emprego e, mais do que nunca, estimular o desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região? Essa é a pergunta para a qual o povo quer resposta.

Não tenho dúvida alguma, meu caro Senador Mão Santa, Presidente, tendo em vista que ontem conversei com o Governador André Puccinelli e com os Secretários Giroto e Carlito, que o Governo do Estado, por meio da Procuradoria do Estado, tomará as providências devidas junto ao Tribunal Regional Federal, para que venhamos a apresentar um agravo, suspendendo essa liminar. Tal liminar foi concedida em prejuízo de uma empresa que teve rigor absoluto para atender a todas as exigências ambientais, Senador Valter Pereira, avançando muito mais, muito além do que era obrigação dela, e absolutamente alinhado com o Ibama e com a Secretaria do Meio Ambiente e do Estado.

É por isso, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, que hoje a população de Corumbá está toda mobilizada. Amanhã, haverá uma paralisação com fechamento do comércio. Vamos aproveitar essa oportunidade para questionar aqueles que estão lá explorando o nosso minério e nada fazem pelo desenvolvimento do nosso Estado. A hora é agora! E não vamos admitir suspeitas manobras que tentam atrasar o desenvolvimento do nosso Estado. Chega! O Brasil quer crescer. O povo de Corumbá e de Ladário quer justiça, quer futuro, quer progresso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Mais um minuto em homenagem a sua mãe. Árvore boa dá bons frutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Mão Santa, eu só gostaria de...

Minha mãe deve estar me ouvindo agora lá no Pantanal e está cobrando porque ela enviou a V. Ex^a, de quem é grande admiradora, uns lenços bordados por ela. Ela ficou muito feliz em saber que o senhor os recebeu. Mais do que nunca, ela deseja ressaltar – ela é uma dessas lideranças que estão à frente dessa paralisação – a admiração e o carinho que tem por todos os Senadores e Senadoras, especialmente por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu agradeço e digo que aquelas é que são as verdadeiras mãos santas, as que fizeram os lenços. Eu convido V. Ex^a, sua esposa, sua mãe e sua família para conhecer as praias do Piauí, o Delta do meu Parnaíba. Deus lhe deu tanta riqueza no Mato Grosso do Sul, mas não lhe deu praia. Por isso, faça-lhes este convite.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT– MS)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Movimento em prol do desenvolvimento de Corumbá e Ladário

Exmo. Sr. Delcídio do Amaral Gómez

Senador da República Federativa do Brasil

Prezado Senador,

Mais uma vez clamamos ajuda para nosso povo e nossa terra.

Corumbá apresenta o maior índice de desemprego do Estado de Mato Grosso do Sul, nossos indicadores sócio-econômicos nos dão noção do quanto esta região está decadente economicamente, pois convivemos diariamente com a situação e a tristeza de famílias que sofrem as conseqüências deste problema.

Já demos demonstrações claras do quanto precisamos de desenvolvimento nesta região, de geração de emprego e renda, pois sem estes não saberemos o que será da nossa economia tão decadente e da nossa gente sem emprego. A decadência econômica desta região está refletida na deterioração da qualidade de vida da população e no desemprego.

Os projetos de exploração mineral que temos no Município e que estão se desenvolvendo tem em muito contribuído para que esta situação comece a se modificar. A implantação do Pólo Siderúrgico da MMX trouxe a nossa região a criação de dois mil empregos permanentes, aumento de arrecadação dos impostos municipais e investimentos de mais de R\$15.000.000,00 (Quinze milhões de Reais) no setor comercial e de serviços de Corumbá e Ladário no ano que passou.

E mais uma vez Senador, estamos vendo a tentativa de tirarem tudo isto da nossa região, nos deparamos agora com uma Liminar Judicial que cerceia os direitos de funcionamento desta empresa, paralisando tudo, fadando todo o desenvolvimento e empregos gerados em nossa região à nada.

Não podemos mais deixar que o desenvolvimento e o crescimento da região do Pantanal em particular dos Municípios de Corumbá e Ladário fiquem à mercê da vontade de ambientalistas e “canetadas” de autoridades ambientais.

As Empresas que estão investindo na região do Pantanal têm demonstrado conhecimento e preparo para enfrentar o desafio da sustentabilidade.

Estamos na era do Plano de Aceleração do Crescimento do Brasil e como explicamos este tipo de atitude em relação ao desenvolvimento da nossa região?

Estamos Senador através deste manifesto demonstrando o quanto estamos aflitos, incertos e inseguros em relação ao futuro do nosso povo e da nossa região. Nos angustia o atraso, a falta de qualidade de vida e, principalmente a ausência de percepção aos anseios da população, legítima na busca de seu destino. E, por estes motivos, estamos mobilizados em prol do desenvolvimento desta região.

E como cidadãos e amigos solicitamos o apoio de Excia. e dos demais senadores, pedindo que mais uma vez proteste conosco em prol do desenvolvimento da nossa região: pelo crescimento da economia e pelo emprego do povo pantaneiro.

Corumbá, 12 de abril de 2007.

Movimento em prol do desenvolvimento de Corumbá e Ladário

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando a lista de oradores e, com a aquiescência do Senador Valter Pereira, passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, também do Mato Grosso, primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável – Mato Grosso pai, Mato Grosso mãe e que sintetiza a sabedoria sobre os problemas de agricultura do Mato Grosso e do nosso País.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise de renda que se abateu sobre a agricultura nas últimas safras fez com que os produtores rurais aumentassem o nível

de endividamento não só com os agentes financeiros, mas também com as empresas privadas fornecedoras de insumos utilizados na produção, sobretudo com as que fornecem fertilizantes e corretivos de solo, defensivos e sementes.

Esse fato levou os produtores rurais e suas cooperativas a buscarem o apoio do Governo Federal para renegociar essas dívidas, de modo que isso pudesse ser feito com a intermediação do Banco do Brasil e com os recursos oriundos também de fontes específicas de outros agentes financeiros. A essa renegociação das dívidas com os fornecedores de insumos, nas safras

de 2004/2005 e 2005/2006, foi dado o nome de Financiamento de Recebíveis da Agropecuária.

Desde o final do ano passado, os representantes dos produtores rurais, com a adesão de Parlamentares e também com a adesão do Governador Blairo Maggi, vêm entabulando com o Governo Federal, sob a liderança do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Bernard Appy, a renegociação dessas dívidas, tendo ficado definidas, há cerca de dois meses, as suas condições básicas.

Esse entendimento previa que os produtores rurais interessados na renegociação de dívidas tivessem um prazo de até 30 de junho deste ano para contratar as operações de refinanciamento, e que, até o fim do mês de fevereiro deste ano, o Presidente da República editaria Medida Provisória, na qual seriam estabelecidas essas condições e, assim, viabilizada a renegociação das dívidas, a qual seria concretizada a partir de 15 de março.

Entretanto, Sr. Presidente, estamos já em meados do mês de abril, e a medida provisória não foi ainda editada.

Para surpresa, nesta da semana, tanto o Ministério do Trabalho quanto representantes das Centrais Sindicais integrantes do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Codefat, manifestaram-se contrários à utilização de recursos daquele Fundo, FAT, para viabilizar o processo de renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Com essa posição contrária, a negociação das dívidas volta ao ponto de origem, e a incapacidade de saudá-las causa de novo muita preocupação aos produtores rurais, uma vez que eles dependem dessa quitação para equilibrarem o caixa e darem andamento às atividades produtivas. Por outro lado, as empresas credoras, da mesma forma, dependem da entrada desses recursos para equilibrarem também suas contas e poderem assegurar o fornecimento dos insumos aos produtores rurais. Isso tudo tem gerado uma grande e dolorosa expectativa em todos os que estão envolvidos nessa negociação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro do Trabalho e os membros do Codefat interrompem essa negociação com base em um equívoco conceitual. Eles desconsideram que a Resolução do Codefat nº 497, de 28 de junho de 2006, que criou a linha de crédito especial FAT – Giro Rural, autorizou a liberação de R\$3 bilhões desse Fundo para essa finalidade. Como a dotação original era de R\$3 bilhões e somente foram utilizados R\$800 milhões, há um saldo de R\$2,2 bilhões que constitui o montante agora pleiteado.

Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode se tranquilizar porque proroguei por mais cinco minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Esses recursos do FAT, ora solicitados, no montante de até R\$2,2 bilhões, seriam liquidados em quatro parcelas anuais e encargos financeiros compostos pela TJLP, acrescida de 5% ao ano. Os fornecedores de insumos concederiam 20% de desconto no valor total do débito e os devedores pagariam, no ato da renegociação, 10% do montante da dívida. Para dar maior garantia a essas operações seria criado um fundo de aval com recursos oriundos dos produtores rurais, das empresas privadas e do Tesouro Nacional.

Assim, Sr. Presidente, desta vez, venho a esta tribuna para apelar ao Presidente da República que determine a sua equipe que encontre urgentemente outras fontes de recursos e outras modalidades de aplicá-los a fim de tornar viável a renegociação das dívidas dos produtores rurais e de suas cooperativas com as empresas privadas credoras.

Além do mais, Sr. Presidente, é importante frisar que a utilização de recursos do FAT não fere os objetivos daquele Fundo, pois, mesmo não promovendo a geração direta de novos empregos, evitará que milhares de trabalhadores empregados passem à condição de desempregados, o que acontecerá se essa negociação não prosseguir e se os produtores rurais, empregadores, não tiverem possibilidades de assegurar a continuidade das suas atividades.

Daí, Sr. Presidente, o impasse. Vamos permitir que milhares de empregados hoje sejam desempregados amanhã porque os produtores rurais não negociaram sua dívida? Por isso repito que considero um equívoco do Ministro do Trabalho e da Codefat, por intermédio das Centrais de Trabalhadores, negarem esse apoio às negociações das dívidas dos produtores rurais. Perdem os produtores, perdem os empregados e perde também o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Mário Couto. Depois, passaremos a palavra, como Líder, ao Senador Valter Pereira. Estamos alternando liderança, comunicação inadiável e oradores inscritos.

Concedo a palavra ao segundo inscrito, Senador Mário Couto, do Estado do Pará.

S. Ex^a, regimentalmente, tem dez minutos, mas jamais cortarei a palavra deste bravo representante do povo do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, mais uma vez, falar aos paraenses e aos brasileiros e brasileiras, hoje, com sentimento de tristeza, meu nobre Presidente, por ver novamente os moradores da Rodovia Transamazônica, no meu Pará, em estado de calamidade pública. Mais uma vez sofridos, mais uma vez abandonados, ilhados, desprezados... Trinta anos, e a Transamazônica se interrompe, Senador Valter Pereira. Não são três anos, são 30 anos, e em todos eles a rodovia se interrompe nesta época. Agora nós temos o trecho Altamira-Brasil Novo. Percebam, Srs. Senadores, são 210 mil pessoas ilhadas, sem poderem se locomover! Só aqueles que têm condições não estão ilhados, Sr. Presidente, só aqueles que têm condições de pagar um avião fretado, um monomotor, um bimotor. Esses não estão ilhados! Mas aqueles sofridos, aqueles necessitados que não têm avião nem condições de se locomover estão lá. Estão lá, sofridos.

Há menos de sessenta dias – perceba, Senador –, estive aqui falando isso. O que eu dizia, Presidente? Não vai demorar muito para a Transamazônica ser interrompida. Não deu outra. Eis o abandono das estradas brasileiras. Não é só no Pará. No Pará, aliás, só uma está mais ou menos, a BR-316; o resto, todas intrafegáveis. O abandono das estradas federais é tão grande que nós precisaríamos hoje – segundo dados da Confederação Nacional dos Transportes – de R\$33 bilhões. Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: R\$33 bilhões para recuperar as estradas brasileiras. Mas, se quisessemos realmente resolver todos os gargalos, nós precisaríamos de R\$66 bilhões.

Eu pergunto às Sr^{as} e Srs. Senadores: quando é que isso vai acontecer? Quando o povo brasileiro vai poder realmente andar de carro nas estradas? Pensemos naqueles cujo ganha-pão depende das estradas, aqueles que dirigem caminhão: como é que eles estão mantendo as suas famílias?

Sr. Presidente, dos 196 mil quilômetros de estradas pavimentadas, somente 6% – prestem atenção nesse índice – estão bons. Senador Valter Pereira, sabe quanto se gasta na manutenção das estradas brasileiras por ano? Para manter as estradas brasileiras gastam-se R\$2 bilhões. Esses dados são do TCU. Gastam-se R\$2 bilhões, mas apenas 6% das estradas estão boas. Como se aplica mal o dinheiro público neste País! No mal gasto do dinheiro público, só ganhamos da Colômbia. Como se gasta tanto e não temos estradas boas? Senador Mão Santa, não dá para entender isso.

Quero citar um dado preocupante que dá muito pano para mangas. O jornal **O Estado de S.Paulo**, na edição de 27 de dezembro de 2006, publicou o seguinte: “TCU – Custo de manutenção das BRs se

aproxima de R\$2 bilhões, mas 70% dos trechos enfrentam problemas”.

Perguntamos ao TCU: por que se gasta tanto e não se tem estrada? Dois bilhões por ano! O TCU responde. São dados do TCU, Sr. Presidente. Olhe como é grave, Presidente Mão Santa! Não estou falando apenas do problema da Transamazônica. O juiz federal da cidade de Altamira – vamos voltar um pouco à Transamazônica – entrou com uma ação contra o DNIT, contra o Governo Federal. Sabe como ele chama a estrada Transamazônica, Sr^{as} e Srs. Senadores? De transamargura. Ele pede providências porque as pessoas lá estão ilhadas. E não são 210 pessoas; são 210 mil pessoas. Será que isso não é grave? Será que ninguém vê isso no País? Onde está o Governo Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores? Olhem a gravidade dos fatos!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sim. Olhe a gravidade dos fatos, Senador Valter Pereira!

Vou ler para V. Ex^a: Por que as estradas estão ruins e se gasta tanto dinheiro neste País para tentar conservá-las?”

São dados do Tribunal de Contas da União. Não estou inventando nada nesta tribuna, aliás, só venho aqui com dados reais.

Além de aquele estarem sofrendo com a insegurança – não existe nenhuma segurança para aquele povo –, ainda ficam ilhadas, sem poderem sair de suas propriedades! E aquela mulher que está grávida? Que vai perder o bebê se não conseguir atendimento médico? Meu Deus do céu! É uma brasileira que está lá, é uma brasileira que está ilhada, morrendo! Meu Deus do céu!

E sabe o que o Tribunal diz, Senador?

Vou ler:

-
- 1 – falta planejamento para as obras;
- 2 – não há prioridades definidas para os investimentos;
- 3 – falta fiscalização e punição para os desvios.

Começa a engrossar o caldo. E olhe aqui agora, o quarto item do Tribunal de Contas da União, Presidente Mão Santa: contratos superfaturados.

É o Tribunal que está dizendo isso. Senador, são palavras do Tribunal publicadas no *O Estado de S.Paulo*.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sabem quando foi publicado? No dia 27 de dezembro. Faz quatro meses. Precisamos tomar alguma providência

nesse sentido. O próprio Tribunal está dizendo que as obras são superfaturadas. As rodovias estão todas danificadas. Não é só a Transamazônica. O País inteiro não tem estrada.

Não é só a Transamazônica! Dos 196 mil quilômetros de estradas pavimentadas neste País só 6% estão boas. São dados reais! É verdadeiro! É verdadeiro o que estou dizendo, Senador Mão Santa! O Tribunal diz isso! E nós temos de tomar providências neste Senado! É obrigação nossa fazer isso! Basta...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.)

– Vou prorrogar por mais cinco minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Basta!

Chega! Não se pode tolerar isso!

Sr. Presidente, já vou deixar a tribuna, mas antes, com muita honra, ouço o Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto, ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, começa a passar um filme na minha cabeça. Volto ao período da campanha eleitoral, quando a televisão brasileira – não apenas uma ou outra emissora, mas de maneira geral – mostrou imagens terríveis da Transamazônica e de toda a malha rodoviária do Brasil. As imagens eram chocantes; e os depoimentos feitos naquela ocasião mais chocantes ainda. No entanto, passado todo esse período que nos separa da campanha eleitoral, V. Ex^a vem a esta tribuna com veemência, irresignação, com justa e santa irresignação, para exibir o mesmo filme, mostrando com a mesma fidelidade como foram mostradas as imagens, tiradas por pessoas que, em um ônibus – V. Ex^a deve se lembrar – percorriam as rodovias mais distantes deste País e mostravam veículos de grande peso, de transporte de carga e de transporte coletivo, sambando e dançando por nossas rodovias. Surpreendentemente V. Ex^a vem dizer que o filme não acabou, continua a ser produzido.

Parabéns a V. Ex^a por lembrar ao País esse abandono e mostrar ainda outro ponto. Se o Tribunal de Contas da União está enxergando os defeitos, as falhas, as irregularidades, quem é que vai corrigi-los? Quem é que vai punir os responsáveis? Quando serão punidos os responsáveis? Tenho certeza que se as faltas fossem cometidas por algum prefeito de uma cidadezinha do interior os jornais estariam estampando que foi preso o prefeito de tal lugar, que foram seqüestrados os bens do prefeito, porque infelizmente neste País é preciso escolher o fraco para justificar a ação ou a omissão contra os fortes. Parabéns a V. Ex^a pela oportuna manifestação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado a V. Ex^a. Tenho certeza de que vou contar com o seu apoio nessa questão tão grave por que passa o povo da minha terra, os meus queridos irmãos paraenses, principalmente aqueles que hoje moram na Transamazônica, enfim o povo brasileiro, que sofre com a situação das estradas federais.

Presidente, quero, primeiro, agradecer-lhe a paciência e dizer que já estou deixando a tribuna, antes, porém, quero registrar nos *Anais* desta Casa meus votos de aplauso ao Juiz Federal Herculano Martins, da cidade de Altamira, que busca uma forma de exigir o atendimento aos direitos daquela população que hoje sofre muito por, mais uma vez, ver interrompida a Rodovia Transamazônica, cuja construção começou há mais de 30 anos.

Eu já perdi a crença, mas enquanto for Senador vou, desta tribuna, pedir providências ao Governo Federal. É minha obrigação, é meu dever com o meu povo, meu querido Mão Santa.

Muito obrigado pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Mário Couto, queria dar uma cooperação a V. Ex^a que trouxe o tema de estrada. Pedro II pouco viajava – ele não era como o nosso Presidente Lula da Silva; viajou poucas vezes. Em uma delas, Senador Delcídio Amaral, escrevendo à sua filha Isabel ele disse: “Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o maior presente que se pode dar a um povo”.

Pedro II já recomendava isso. E hoje volta essa história. Depois, na República, o Presidente Washington Luís disse que governar é abrir estradas. Juscelino Kubitschek enfatizou a importância da energia e do transporte.

V. Ex^a tem os nossos aplausos e os da História do Brasil, desde Dom Pedro II. Essa estrada não existe somente há 30 anos. A Belém–Brasília foi iniciada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e o Sr. Mário Andreazza deu seguimento à obra. Isso vai de 40 a 50 anos. V. Ex^a foi muito bondoso ao dizer que é um problema de 30 anos. Há quase meio século, o Governo não se preocupa com a Transamazônica.

Chamamos, como Líder do PMDB, o Senador Valter Pereira, que, regimentalmente, tem direito a usar a tribuna por cinco minutos, mas não ousarei cortar a palavra desse que está representando a Liderança do meu Partido.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna não é o mesmo que trouxe o Senador Delcídio Amaral, para manifestar aqui a sua

irresignação contra uma atitude extremamente temerária tomada por um representante do Ministério Público, em Mato Grosso do Sul. Porém, não posso deixar de associar-me às inquietações do meu colega do PT de Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio Amaral, porque uma medida de tamanha envergadura não poderia ser tomada de forma inopinada, açodada e violenta, porque só quem conhece Corumbá sabe da importância que tem cada indústria que se interessa por instalar-se naquela comuna. Estive em Corumbá por vários dias durante a campanha eleitoral. Ali convivi na periferia, nos bairros mais distantes, nas vilas mais longínquas e constatei que Corumbá é uma cidade rica e de um povo que está mergulhado na pobreza. Rica porque tem grandes potencialidades minerais e turísticas, mas pobre porque não consegue explorar aquilo que tem em seu subsolo e em seu solo.

Como disse aqui muito bem o Senador Delcídio Amaral, a matéria-prima está esvaindo-se sem agregar quaisquer valores. Enquanto isso, a população não encontra emprego.

Quando falo da economia de Corumbá, refiro-me a uma economia lícita, porque a economia ilícita está ali, na fronteira, pois Corumbá faz divisa com a Bolívia, um País onde o plantio da coca é liberado. E ali, Sr. Presidente, se não houver uma alternativa de emprego, decente, lícito, legal, a nossa querida Corumbá, não muito distante, poderá tornar-se uma nova Medellín, poderá tornar-se a capital do narcotráfico deste País e talvez do Continente.

Portanto, quando o Senador Delcídio Amaral vem aqui para mostrar a sua irresignação, S. Ex^a tem em mente aqueles milhares de conterrâneos que estão atrás de um lugar para trabalhar, de um posto de trabalho para produzir e que, de repente, vê o seu sonho, que estava perto de ser alcançado, que estava à vista, de repente desmoronar-se por uma decisão inopinada de um promotor, de um representante do Ministério Público que deveria estar representando os interesses da sociedade e toma uma decisão drástica, extremamente perigosa para toda a população de Corumbá.

Não conheço o mérito que orientou a decisão do promotor, mas acredito que S. Ex^a não poderia ter tomado uma decisão sem fazer uma avaliação criteriosa, sem conhecer a realidade de Corumbá, sem conhecer os dramas do povo corumbaense e do Mato do Sul.

Portanto, antes do registro que quero fazer, quero prestar a minha inteira solidariedade ao pronunciamento proferido pelo Senador Delcídio Amaral.

O que me traz aqui, hoje, Sr. Presidente, é outro assunto. E V. Ex^a, que é um estudioso da História do nosso País, sabe muito bem que o Congresso Nacional, no período que antecedeu o Golpe de 64, produ-

ziu uma plêiade de grandes intelectuais, de grandes tribunos, de políticos que se notabilizaram por sua coerência, por sua dedicação à causa pública e que até hoje estão na memória daqueles que conhecem a História do nosso País.

Pois bem. Alguns desses notáveis homens públicos que tanto dignificaram o Congresso Nacional ainda povoam o universo político do nosso País. Um deles é o Senador Marco Maciel. Quem o conhece, quem conhece o seu passado e a sua história sabe do que estou falando. Intelectual, político, participou de grandes momentos da nossa História e levou para os cantos do País a imagem do bom político, a imagem do homem público competente, diligente, e, sobretudo, conciliador.

E faço o registro do seu nome nesta tribuna, porque tomei conhecimento de que o Senador Marco Maciel acaba de receber uma significativa homenagem. S. Ex^a foi guindado, foi escolhido, para compor o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e tomou posse ontem nesse importante sodalício. Eu gostaria de fazer a leitura de um pequeno trecho do pronunciamento que fora proferido, nesse sodalício, por um dos seus integrantes, Vamireh Chacon, que fez a saudação ao Senador Marco Maciel.

Disse o recepcionista:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem, entre suas tradições, a de receber como seus sócios quem escreve a história e quem faz a história. Ao lado de pesquisadores e professores, aqui estão ou passaram embaixadores, parlamentares, ministros, e o próprio Imperador Dom Pedro II, que assistiu a tantas reuniões do Instituto.

Marco Maciel, Marco Antonio para quem o conhece desde o Recife natal, é um telúrico brasileiro de Pernambuco, projetado nacionalmente pela Política, sem perder a sua inicial vocação, a vocação intelectual.

A política veio-lhe ao encontro desde muito cedo.

Seu pai é José do Rego Maciel – Secretário de Estado da Fazenda, Prefeito de Recife e duas vezes Deputado Federal – varão probo e prudente, como outrora se podia dizer mais que hoje no Brasil e no mundo. Era a Política com o “P” maiúsculo, que o filho podia ver já em casa, diferente das políticas com o “p” minúsculo dos imediatismos e concessões, na distinção por Joaquim Nabuco em *Minha Formação*, na visão e vivência do político como servidor público número um.

Sr. Presidente, segue aqui aquele que o saudou:

Marco Maciel não só está a fazer história, como também a escreve, como se vê em seus dois recentes livros **Reforma e Governabilidade**, sobre política interna brasileira e contemporânea, e *Tempos de Mundialização*, sobre política externa atual do Brasil.

Sr. Presidente, faço esse registro porque é preciso ficar muito claro que, neste Congresso Nacional, no Senado, ainda remanescem grandes intelectuais que emolduram toda essa arquitetura bonita de cultura que o Brasil inteiro acompanha e vê pela TV Senado.

Sem dúvida alguma, conheci o Senador Marco Maciel em várias ocasiões. Eu o conheci como Deputado Federal constituinte; eu o conheci como Ministro da Educação, como Senador, e sempre a impressão que me causou foi daquele político sério, coerente, responsável. Não é do meu Partido e nunca perfilamos a mesma agremiação e nem seguimos necessariamente as mesmas idéias. No entanto, quem conhece detidamente a vida pública deste País não pode deixar de reconhecer que é um homem público que engrandece o seu Partido – o PFL, hoje Democratas –, que engrandece o Senado Federal e que engrandece todos os políticos com assento nesta Casa e aqueles que fazem da política um apostolado pelo Brasil afora.

Ao cumprimentar o Senador Marco Maciel, que hoje não está presente nesta Casa, quero dizer que faço este registro com grande carinho e satisfação, porque se trata sobretudo de um homem preparado, mas extremamente sensível e delicado, que toda esta Casa, com certeza, sabe admirar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Faço minhas as palavras que V. Ex^a proferiu em respeito e homenagem a Marco Maciel pelo que ele significa para o Nordeste e para a vida política e intelectual brasileira.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Neuto de Conto, Senador de Santa Catarina, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Regimentalmente, S. Ex^a tem direito ao prazo de dez minutos, mas jamais cortarei sua palavra na tribuna.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, na nossa posse, colocamos entre as nossas ações de trabalho duas propostas de vital importância para a sociedade brasileira. Hoje, elas estão sen-

do debatidas em todas as reuniões de classe. Toda a sociedade reclama e o próprio Congresso Nacional tem se pautado por inúmeros Senadores e inúmeros Deputados no debate para uma reforma tributária e para uma reforma política.

Foi de autoria do Senador Tasso Jereissati o requerimento que cria uma comissão especial para estudar e montar uma proposta tributária. No dia de hoje, nesta manhã, ela foi instalada. Coube a sua Presidência ao proponente, Senador Tasso Jereissati, e coube a nós a Vice-Presidência. O Relator dessa importante comissão que vai estudar a reforma tributária do País será o Senador Francisco Dornelles.

Apresentamos à Mesa do Senado um requerimento para que também se possa criar uma comissão temporária para debater e produzir uma proposta política para o Brasil.

Nessa proposta, somos do entendimento que a reforma política é matéria recorrente na agenda do Congresso Nacional. Pelo menos três outras Comissões Especiais com esse objetivo operaram nos últimos 15 anos. A primeira, na Câmara dos Deputados, que encerrou seus trabalhos antes de 1994; a segunda, no Senado Federal, instalada em 1995, encerrou seus trabalhos em 1998; a terceira, novamente de iniciativa da Câmara dos Deputados, apresentou seu relatório ao final de 2002, e o Projeto de Lei resultante de suas recomendações aguarda manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa.

As duas últimas comissões coincidiram em seus diagnósticos acerca das debilidades da vida política nacional. O sistema eleitoral, ou seja, o voto proporcional, como lista aberta, leva à personalização da escolha do eleitor, à fraqueza dos partidos, assim como produz eleições caras, com influência abusiva do poder econômico, e, para mudar, é preciso, portanto, alertar as regras eleitorais.

Assim, a Comissão do Senado optou pela proposta de sistema eleitoral misto proporcional e distrital, o estilo alemão. A Comissão da Câmara, por sua vez, encaminhou pela alternativa do voto proporcional, em lista fechada, e propõe o financiamento público das campanhas eleitorais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ambas as propostas encontram resistência significativa entre os partidos e parlamentares e não lograram chegar à votação em plenário. A meu ver, essa resistência demonstra que a discussão, embora antiga e sempre reiterada após cada eleição, ainda é insuficiente. Sua retomada agora poderá permitir o resgate do debate acumulado e o avanço em direção a propostas que possam contar com apoio majoritário no Congresso Nacional.

É sabido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, nos últimos tempos, o Judiciário tem conduzido ou analisado e definido as ações que a classe política tem que tomar. Votamos no último pleito pela cassação, pelas cláusulas de barreira, mas o Judiciário viu que as nossas leis assim não o permitiam. A mudança de número de Vereadores foi decidida pelo Judiciário. Mudou-se o número de Vereadores e não se mudou o gasto nas Câmaras de Vereadores. O próprio Judiciário tratou das coligações, da verticalização e da fidelidade partidária nos últimos dias. Senadores e Deputados que trocaram de partido terão que deixar o mandato para o partido. A propaganda, no último pleito, também foi decidida pelo Judiciário no que tange à distribuição e, principalmente, às divulgações externas.

A nossa proposta é que se juntem todos os projetos, todas as proposições dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados, e que uma comissão possa produzir uma proposta discutida, trabalhada, uma proposta que possa vir a atender a classe política e os partidos políticos.

Eu gostaria de trazer aqui alguns dados, os quais queremos discutir e colocar às claras.

Que tipo de voto nós queremos? Lista aberta, como existe hoje, ou lista fechada? Voto distrital, voto distrital misto, voto facultativo, o tempo, o domicílio eleitoral, a fidelidade partidária – se o mandato é do partido ou do candidato –, as cláusulas de barreira. Temos, sim, que criar partidos fortes, pois só com partidos fortes poderemos decidir a forma de governo. Vejo muitos Parlamentares discutirem o parlamentarismo. Mas como criar um parlamentarismo com partidos frágeis? O número de vereadores está correto? E seus gastos? Devemos ter segundo turno só para Presidente? Ou para Presidente, Governadores e Prefeitos? Duração dos mandatos; suplentes de Senadores; divulgação de pesquisa. E, assim, poderíamos incluir tantas outras matérias que nos trazem dúvidas, e poderíamos criar, por meio de debates entre todos os partidos, nos Estados e nos municípios, uma lei forte, perene e que dará, primeiramente, oportunidade aos partidos para que eliminem aqueles que não têm dignidade para exercer funções públicas. E aqueles que se elegerem terão a oportunidade de representar, e representar bem, com dignidade, e de serem honrados e homenageados pela sociedade que os elege.

Sr. Presidente, há dois temas de fundamental importância. O primeiro é a reforma política. E não precisamos de ninguém; os políticos poderão fazê-la. Assim, será dada ao País e aos políticos a oportunidade de criar as regras, as normas, e teremos, dentro dos partidos, dentro de seus quadros, a oportunidade de escolhermos a forma de governo que queremos.

O outro tema é a reforma tributária, de igual importância – talvez até maior. Sabemos da dificuldade de aprová-la durante um governo, mas ao discuti-la agora, levantando todos esses temas, certamente poderemos instituí-la gradativamente. Dessa forma, o futuro Presidente – não sabemos quem vamos eleger – terá a oportunidade de conhecer, antes de chegar ao Poder, a reforma política e a distribuição das arrecadações, dando oportunidade e condições de gerenciamento aos Estados, aos municípios e ao nosso querido Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do Estado de Sergipe.

S. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que julgar conveniente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Tenha a certeza, Senador Mão Santa, de que vou cumprir o breve tempo que me é destinado, de dez minutos, mas sei que, pela liberalidade com que V. Ex^a tem agido na Presidência desta Casa, se precisar de mais alguns minutos, eu os terei, com certeza.

Faço hoje um pronunciamento sobre o chamado efeito estufa e também sobre o aquecimento global, temas da mais alta importância e que estão na boca de todos aqueles que procuram preservar a existência da humanidade.

Quero tratar aqui desse problema e, ao mesmo tempo, examinar o impacto do aquecimento global sobre a nossa agricultura, em particular a do Nordeste.

Tenho consciência de que existe uma grande polêmica cercando este assunto. Há os que negam, há os que minimizam o aquecimento global e seus efeitos. Porém, nós, aqui no Congresso Nacional, assim como os homens de governo, responsáveis pelas políticas públicas, responsáveis por tomar medidas para que determinadas catástrofes não ocorram, para que determinados impactos sociais negativos não aconteçam, precisamos ter toda clareza sobre o que é fato, sobre o que é verdadeiro, quando se trata de ciência e quando não se trata de ciência. Somente assim poderemos lidar com o problema.

No caso do efeito estufa, há fatos relativamente incontestáveis e existem relatórios profundamente convincentes, dentre os quais vários têm sido divulgados recentemente, como todos sabem.

Todo o mundo percebe que o clima já não é o mesmo de 20 ou de 30 anos atrás. Há evidentes mudanças climáticas. Nossos invernos e verões têm sido mais agudos. Já se constatou que os vinte anos mais

quentes da história aconteceram nos últimos 25 anos. Quem não se lembra do ano de 2003, quando 11 mil idosos vieram a morrer, somente na França, por conta do calor aumentado? Mas não apenas por conta do calor, sobretudo pela falta de infra-estrutura de refrigeração, de proteção sanitária, para que não houvesse tanta mortandade. E justamente essa vem a ser a minha preocupação.

Temos que pensar políticas públicas para que tais impactos, que sempre ocorrem mais violentamente sobre as populações mais pobres, não cheguem até nós de forma tão cruel e com semelhante número de vítimas. E nem sobre a agricultura, da qual depende nossa alimentação e a própria sobrevivência do homem do campo.

Minha primeira consideração, portanto, é a de que é preciso levar a sério o efeito estufa, já que, para além da controvérsia sobre o número de graus que vai esquentar ou sobre quanto de calota polar vai derreter, a verdade é que o aquecimento global já pode ser percebido na prática. O relatório do IPCC, Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão da ONU, recém-divulgado, só veio confirmar o que as pessoas comuns já observam faz tempo. Tufões, furacões em alguns países estão mais frequentes e mais violentos. No Brasil, o homem do campo, o nosso agricultor já observa coisas bem simples e graves em seu efeito sobre as plantações: por exemplo, a temperatura tem crescido muito, o calor da região do café de São Paulo só ocorria entre dezembro e fevereiro, mas agora pode ocorrer ao longo de todo o ano. A exceção virou regra. O povo comum da roça diz que o tempo nunca esteve tão louco.

Aliás, há uma reportagem sobre os impactos possíveis do aquecimento global sobre a agricultura na revista *Globo Rural* que eu recomendo aos Srs. Senadores que leiam. Ali há dados irrefutáveis que demonstram essa preocupação a que estou me referindo.

E a lógica global desse processo todo é ao mesmo tempo muito simples. Por exemplo, toda geladeira, todo computador, o próprio automóvel, enfim, toda máquina que gera energia, quando está funcionando, possui um mecanismo de refrigeração que dissipa aquele calor, que, se for sendo armazenado na máquina, acaba com ela, impedindo seu funcionamento. A geladeira tem uma peça chamada termostato, que a desliga quando ela fica aquecida pelo calor gerado no seu funcionamento.

Ora, o nosso Planeta gera energia o tempo todo e emite de volta o calor que recebe do Sol, energia que tem que sair para não superaquecer a Terra. Só que a Terra não possui aquele termostato da geladeira. Com certeza, sempre teve seu próprio sistema de

dissipação, de expulsão do calor. Uma atmosfera com pouco gás carbônico, que permitia a saída do calor, fazia com que o calor se dissipasse mais facilmente. Hoje já não é assim. O sistema de refrigeração natural da Terra começou a falhar. O que vem acontecendo, sobretudo nos últimos duzentos anos, é a emissão maciça de gases, toneladas e toneladas de gás carbônico, pela queima de combustíveis fósseis como carvão e petróleo.

Diante desse processo, temos dois problemas. O primeiro, é claro, as toneladas de gás carbônico lançadas no ar todos os anos e que dificultam a dissipação do calor. O segundo, a diminuição das florestas, que absorviam tradicionalmente o gás carbônico da atmosfera, mantendo o clima mais ou menos estável. O resultado dessa degradação do ar que respiramos tem sido o efeito estufa, o acúmulo de gases na atmosfera, uma atmosfera que fica mais espessa e pesada por conta desses gases, de partículas que dificultam a saída do calor, trazendo como um de seus resultados o aquecimento global.

Segundo o relatório divulgado dias atrás pelo citado IPCC, até o final do século, haverá um aumento de temperatura de 1,4 a 5,8 graus centígrados. Isto é, a temperatura vai crescer, vem crescendo.

Tudo isso vai impactar a nossa agricultura. Algumas simulações de clima divulgadas pelo *Globo Rural* deste mês mostram esse fato claramente. Áreas que atualmente cultivam soja, café, frutas temperadas e tropicais virão a sofrer mudanças profundas, a produção será comprometida.

Há cultivos adaptados ao calor, cultivos adaptados à seca. Tudo isso vai ser embaralhado com o aquecimento global. As perdas poderão ser catastróficas. O Sul do Brasil, que hoje é frio, amanhã poderá ser quente. Regiões que hoje são boas produtoras de frutas de clima temperado deixarão de sê-lo. A produção de leite e ovos também será comprometida.

Não estou falando sobre uma catástrofe possível de acontecer. Acontecerá se providências urgentes e inadiáveis não forem tomadas pelas nações civilizadas, porque os mais pobres irão pagar a conta da falta de cuidados com o nosso meio ambiente.

No caso do meu Nordeste, a situação será dramática se isso perdurar, principalmente entre os mais pobres e os pequenos agricultores. Uma tendência segundo os cientistas será a aridização ou desertificação do semi-árido. Isto é, grandes regiões do sertão vão ser vitimadas por secas insuportáveis, haverá estiagens muito mais prolongadas que as atuais e desertificação. O resultado disso tudo é previsível: falência das pequenas lavouras de subsistência, fome e êxodo

rural, processos sociais que nenhum bolsa família vai conseguir segurar.

A maior vítima do calor e da desertificação será o Nordeste, por conta da pobreza e da exclusão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei por mais cinco minutos para que o País ouça o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

A maior vítima do calor e da desertificação, como eu disse, será o Nordeste por conta da pobreza e da exclusão, mas também por conta de ser a região brasileira que já possui, hoje, o mais alto potencial de evaporação da água, devido à alta incidência dos raios solares.

Seremos o elo mais fraco do aquecimento global.

Estas são as conclusões de um pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, José Marengo, divulgada há pouco tempo. Ele fala em “refugiados ambientais”, massas humanas que vão fugir da liquidação da caatinga, superaquecida, agravando problemas sociais urbanos até o limite do insuportável. O pesquisador fala em secas de dez anos ou mais no Nordeste e localiza a região a ser mais afetada como sendo o quadrilátero que abarca o oeste do Piauí, o sul do Ceará, o norte da Bahia e o oeste de Pernambuco, Governador Jarbas Vasconcelos, justamente onde se encontram as cidades com menor desenvolvimento humano.

Diante desse quadro, proponho que passemos a considerar o problema do aquecimento global como essencial dentro do nosso debate nesta Casa. A questão deve ser examinada o número de vezes que for necessário para que possamos encontrar políticas públicas que impeçam ou atenuem a calamidade social que se aproxima. O aquecimento global tem de ser combatido com todas as forças de que cada país dispuser. Tem de haver alguma política que atue sobre os países mais ricos, como os Estados Unidos e a China, não somente por serem os maiores poluidores do Planeta, os maiores responsáveis pelo efeito estufa, como também sobre os que demandam mais carvão e petróleo, sustentando um modo de vida que não é, em absoluto, auto-sustentável nem no médio prazo e jamais pela maioria dos habitantes da Terra.

Enquanto isso, Sr. Presidente, temos de aprofundar o debate. Temos de impedir o impacto sobre a nossa agricultura. Precisamos considerar que não se trata de um problema que esteja no futuro. O futuro bate à nossa porta hoje. Precisamos deter o desmata-

mento irresponsável. Precisamos deter as queimadas desnecessárias; precisamos investir na produção de combustível baseado na biomassa; daí esse programa do biodiesel, que está sendo efetivado no Brasil. É bem-vindo no preparo do Brasil para os dias de amanhã. Precisamos utilizar energia que polua menos, energia renovável, com os devidos cuidados ambientais na sua produção. Precisamos do plantio continuado, solos ocupados mais tempo com lavouras. Precisamos investir na pesquisa para conseguirmos cultivos e variedades mais adaptadas ao calor e à seca. Precisamos questionar o atual modelo econômico, fundado no desperdício, no consumo individualista de energia, na mercantilização de todas as forças de vida e de natureza. Precisamos incluir em nossa agenda permanente a questão da degradação do clima e do meio ambiente, sem o qual não sobreviveremos no médio ou longo prazo como espécie.

Não vai haver termostato para desligar o Planeta Terra quando ele estiver superaquecido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, como porta-voz da Liderança do Partido Democrático.

S. Ex^a, regimentalmente, teria direito a cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra do “senhor do Bonfim”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Excelência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para tratar de um assunto que foi o motivo ontem da vinda de prefeitos, em particular, de todos os prefeitos da Bahia. Recebi dezenas e dezenas de prefeitos. Entre tantas reivindicações que me trouxeram, duas eram sobre a MP nº 339, que trata do Fundeb, e chamaram-me a atenção pela urgência e, sobretudo, Sr. Presidente, pela importância da matéria.

Primeiro, os prefeitos pediram o meu apoio para que recursos utilizados por municípios nos transportes de alunos de escolas estaduais lhes sejam ressarcidos pelos Estados com transferências do Fundeb.

Os municípios passam por sérias dificuldades, o que não é novidade para ninguém, e a situação se agrava ainda mais quando se vêem obrigados a assumir custos que não são seus, mas do Estado.

É o que acontece, neste caso, com o transporte de alunos das redes estaduais. É necessário cessar essa distorção e observar, afinal, a lei que estabelece caber ao Estado o custo pelo transporte de seus alunos e aos municípios apenas o custeio dos alunos de sua rede.

Mas os prefeitos pediram a nossa ajuda também, Sr. Presidente, para um outro aspecto da Medida Provisória nº 339.

Pedem, assim, que sejam revistos os fatores de ponderação aplicados na distribuição de recursos do Fundeb entre as diversas etapas da educação. Isso, aliás, foi assunto muito debatido por ocasião da discussão do Fundeb nesta Casa. E tivemos opinião nesse sentido, bem como o Senador Tasso Jereissati, e, se não me engano, o Senador César Borges, das etapas que deveriam cumprir com recursos do Fundeb e não apenas ficar destinado a uma área do ensino.

A forma atual de repartição é incorreta, injusta e acirra o eterno conflito entre estados e municípios.

As prefeituras se sentem prejudicadas – e têm razão –, pois são elas as responsáveis pelas creches, cujo custo médio é muito superior ao dos ensinamentos fundamental e médio; mas, mesmo assim, recebem parcela menor na repartição dos recursos.

Essas são apenas duas queixas, entre tantas que me levaram. Muitas outras conheço e sei que não são novas. Elas vêm de muitos anos, mas não são resolvidas.

Ah, Sr. Presidente, nós, Senadores e Deputados, conhecemos as dificuldades por que passam os municípios brasileiros. Muitos de nós fomos prefeitos, inclusive.

Não é novidade que, embora o “povo viva nos municípios”, os recursos públicos têm ficado cada vez mais na mão do Governo Federal e dos estados.

O Governo Federal tem toda usurpação dos recursos da União e não faz a partilha devida, como deveria fazer, em relação a estados e municípios. Os Estados ainda têm algo, mas os municípios têm quase nada. Essa repartição é indispensável, e nós vamos lutar por isso. Há necessidade permanente de ouvirmos as municipalidades e atendermos objetivamente e com rapidez os seus reclames.

Foi o que fiz ontem e vou fazer aqui várias vezes. Ontem, os prefeitos estiveram com o Senhor Presidente da República. Saíram satisfeitos com as palavras, mas eles querem ação, atos. Eu digo sempre aqui, e repito agora, o que o Padre Vieira dizia sempre: “É muito mais fácil acreditar nas obras do que nas palavras”.

Ora, o que nós queremos é decisão para as prefeituras municipais, que estão à míngua. Nós não queremos proteger aqui prefeitos desonestos. Não! Que caíam nas malhas do Tribunal de Contas da União, da CGU ou de qualquer coisa. Mas nós queremos que os prefeitos tenham o poder de governar os seus municípios com decência, com dignidade, coisa que, infelizmente, não acontece por culpa da usurpação pela União. Nesse ponto, manda a verdade que se diga que

não é coisa apenas deste Governo. Vem de longe, mas isso tem que acabar.

Esse Governo tem obrigações maiores que os outros. Ainda mais depois que o Senhor Presidente da República ontem deu uma palavra de alento aos prefeitos. Vamos esperar, mas não vamos esperar de braços cruzados. Vamos pedir, rogar, implorar tudo que seja necessário. Mas vamos também exigir, que é o verbo próprio, que o Governo Federal cumpra os seus deveres em relação aos municípios brasileiros.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a sempre, com a sua história, com a sua experiência, principalmente com a sua sensibilidade, trata de um assunto que considero de muita relevância, pela oportunidade de eu ter sido prefeito da minha capital por duas vezes. Penso que essa Marcha, que foi a décima – até colaborando com o que V. Ex^a acaba de dizer, que não é algo de hoje, mas que vem se arrastando ao longo dos anos –, teve uma marca que considero muito importante: a unidade dos prefeitos. Mais do que isso: a objetividade com que eles trataram das suas reivindicações. Fizemo-nos presentes, entre outros momentos, numa reunião com a Bancada da Paraíba, cerca de oitenta prefeitos e todos os quinze parlamentares, doze federais e três Senadores.

Naquela oportunidade, todos se comprometeram em ser municipalistas. Todos os 15 parlamentares. Fui surpreendido à noite, durante um jantar, com reclamações desses prefeitos. Eles se queixavam de que, segundo palavras do Presidente, o Governo “estava mandando o Congresso liberar 1% a mais do Fundo de Participação dos municípios”, mas que, no entanto, no momento da votação do Fundeb, foi retirado praticamente o valor correspondente a esse 1% com a questão dos transportes escolares. E mais ainda, Sr. Presidente: uma prefeita de uma cidade do interior da Paraíba mostrou-me que a retirada do Fundeb das suas contas do Fundo de Participação representava algo em torno de R\$24 mil por mês, ou seja, anualmente, quase R\$300 mil. E ela dizia que, enquanto o Deputado Federal no qual votei conseguia para ela uma emenda de R\$150 mil, R\$200 mil por ano por ser da Base do Governo, o mesmo Deputado, a mando do Governo, vota para me tirar R\$300 mil só no Fundeb. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O aparte de V. Ex^a, que foi prefeito com êxito duas vezes, Senador Cícero Lucena, da sua João Pessoa, é muito próprio. Isso que se deu no seu Estado se deu também na Bahia. Todos eles aqui se compro-

meteram com o Fundeb, mas todos da Base aliada votaram contra os municípios.

O que eu espero é que esses municípios reajam e não votem nesses candidatos que prometem e não cumprem; votem naqueles que querem um orçamento impositivo, para que estados ou municípios tenham por direito e dever os recursos que lhe são colocados no Orçamento. O Orçamento, sabe bem V. Ex^a, Sr. Presidente, é o retrato da Administração. Isso nos países civilizados, mas, no Brasil, o Orçamento é uma farsa, é uma ficção. Nada disso acontece.

Quero, neste instante, fazer um apelo ao Presidente da República. Se já foram dez marchas e se ele tem interesse em ver os municípios melhores, ele, que veio de uma área pobre do Nordeste, ele, que foi torneiro mecânico, ele, que sabe como se sofre no interior deste País, ele tem a obrigação, mais do que qualquer outro, de cumprir as suas promessas com os municípios interioranos.

É esse o apelo que faço, não xingando, não reclamando, mas pedindo e ao mesmo tempo exigindo, em nome do Congresso Nacional, que o Presidente da República pague aos municípios aquilo que deve, que não é seu e que é usurpado, infelizmente, pela União de uma maneira, Sr. Presidente, que V. Ex^a não pode aceitar, muito menos o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o contundente pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, convidamos para fazer uso da palavra, pela ordem, o Senador Cícero.

S. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no início da Semana Santa, usei a tribuna desta Casa para comentar um fato lamentável ocorrido em nosso Estado da Paraíba. Refiro-me ao assassinato de um jovem empresário, ex-administrador público tanto no Piauí, quanto na Paraíba. O jovem foi covardemente assassinado, deixando toda a Paraíba estarrecida e preocupada em saber o resultado das investigações policiais, uma vez que o crime ocorreu no próprio estabelecimento comercial do empresário, invadido por um dos assassinos, que usava um capacete de moto, enquanto o outro, também de capacete, o esperava do lado de fora.

Neste instante, por uma questão de justiça, também ressalto que, graças à determinação, à eficiência da Polícia do Estado do Estado da Paraíba, da determinação do Governador Cássio Cunha Lima, por intermédio de seu Secretário de Segurança e Defesa Social, o Procurador Eitel Santiago, bem como de toda sua equipe da Polícia Civil, com o apoio da Polícia Militar,

destacando ainda duas jovens delegadas concursadas, que se incorporaram ao processo: as Dr^{as} Poliana Solae e Fabíola Costa, bem como o Superintendente da Polícia, Gerson Barbosa, nós podemos anunciar hoje que os assassinos, o executor, já se encontram presos, bem como aquele que encomendou esse bárbaro assassinato.

Portanto, por um dever de justiça estamos registrando o nosso agradecimento, juntamente com os parabéns a toda equipe do Secretário Eitel Santiago por ter, de uma forma rápida, respondido ao anseio do povo paraibano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos por ordem de inscrição, para uma comunicação inadiável, a Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Não estando presente, consultamos e alternamos a lista de oradores inscritos.

Então, convidamos para usar da tribuna o Senador do Rio Grande do Norte, do PMDB, Garibaldi Alves Filho.

Em seguida, pela Liderança, continuaremos com o tempo da Bahia, do Senhor do Bonfim, falará o Senador César Borges pela Liderança da Minoria.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, estávamos reunidos na sala da Comissão de Assuntos Econômicos para proceder à eleição dos novos dirigentes da Subcomissão de Assuntos Municipais. Após a apuração, verificou-se que foi eleito, por unanimidade, o Senador Cícero Lucena para novo Presidente dessa Subcomissão.

O Senador Cícero Lucena me sucederá na Presidência da Subcomissão de Assuntos Municipais. Confio que teremos uma gestão das mais profícuas, das mais realizadoras porque, conhecendo de perto S. Ex^a, graças à proximidade do Rio Grande do Norte com a Paraíba, tenho certeza de que o Senador Cícero Lucena vai fazer um grande trabalho à frente dessa subcomissão.

É claro que é preciso fazer um apelo aos membros da subcomissão para que ajudem o Senador paraibano, a fim de que S. Ex^a possa contar com todos eles, uma vez que estamos diante de um grande desafio do dia-a-dia do Senado que é o funcionamento de comissões e subcomissões desta Casa.

Para que os Senhores tenham uma idéia, a Câmara dos Deputados, com 513 deputados, possui hoje 20 comissões; e o Senado, contando com 81 senadores, possui 11 comissões. Daqui a pouco, Sr. Presidente, além das acusações que já nos dirigem, vão nos im-

putar o pecado da lentidão, que é o grande vício do Poder Judiciário e que poderá se tornar, se não criarmos uma consciência a respeito disso, o pecado do Poder Legislativo.

Senador Cícero Lucena, a posse de V. Ex^a, o ingresso de V. Ex^a à frente dessa subcomissão coincide justamente com a realização da 10^a Marcha, promovida pela Confederação Nacional dos municípios. V. Ex^a fique certo de que a grande aliada dessa subcomissão é realmente a Confederação Nacional dos municípios. Posso dar esse depoimento em face da ajuda que recebi do Presidente Paulo Ziulkoski.

Por isso, ao ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães, há pouco tempo, falar da pobreza da maioria dos nossos municípios, das suas carências e das suas necessidades, eu me lembrava de como já foi mais difícil para o Município enfrentar essa realidade, esse quadro pintado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, quando não havia a Confederação Nacional dos municípios, que trouxe a Brasília agora mais de 2 mil prefeitos que, no Hotel Blue Tree, terminaram por aplaudir o Presidente da República, quando Sua Excelência prometeu, novamente – porque essa é uma promessa que se vem repetindo há muito tempo –, o pagamento de um ponto percentual a mais no Fundo de Participação. Pode-se dizer que agora a promessa é diferente; antes, era uma promessa do Ministro Palocci, uma promessa do Ministro Paulo Bernardo. Agora, não; agora o Presidente da República foi pessoalmente à reunião e disse aos prefeitos que este um ponto percentual seria pago.

Presidente Cícero Lucena, da Subcomissão dos municípios, há uma agenda para trás que precisa ser encerrada. Os municípios não podem se voltar apenas para o que devem, para suas pendências. Os municípios têm que elaborar uma agenda para frente, uma agenda que contemple, para o futuro, as questões municipais. O pagamento dos precatórios é agenda para trás, Senador Mão Santa. O pagamento dos precatórios é aquele desconto que o prefeito tem todo mês e que dele não pode fugir, mas isso já deveria ter sido resolvido a despeito da inflexibilidade de como se resolvem esses precatórios.

O parcelamento do INSS é passado, Sr. Presidente. Quantas vezes já se falou nisso! Cento e vinte meses, duzentos e quarenta meses. Aí estão os parcelamentos sendo descumpridos, sendo abandonados. Então, precisamos – e, se Deus quiser, aqui vamos colaborar para isso – preparar as prefeituras, isso sim, para que elas tenham seu plano diretor, para que tenham a Lei Orgânica dos municípios. Quantos municípios não têm ainda seu plano diretor? Quantos municípios não têm a Lei Orgânica dos municípios?

Senador Cícero Lucena, ouço V. Ex^a, que tem todas as prerrogativas para dar este aparte.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho, tenho uma real dimensão desse desafio que me foi confiado pelos nossos pares, pelos nossos companheiros. Até porque tenho a satisfação, Presidente Mão Santa, de dizer que terei ao meu lado, como vice-Presidente, a experiência, a história e o compromisso de um homem público do quilate do Senador Garibaldi Alves, que, sem dúvida, como vice-Presidente dessa subcomissão, irá ajudar muito para que essa subcomissão cumpra o seu papel e exerça um trabalho que é esperado pelos prefeitos. Como V. Ex^a vem dizendo de forma muito clara, muito simples e verdadeira, nós temos que parar de falar no passado e partir para a ação, para algo concreto em favor dos municípios brasileiros. Esta 10^a Marcha tem exatamente essa característica. Eu senti, por parte dos prefeitos com os quais mantive contatos, que eles também chegaram ao limite do sacrifício, da capacidade de gerenciar os seus municípios, de buscar solução para os problemas dos seus munícipes com a estrutura hoje montada no nosso País. Daí a experiência de V. Ex^a – os debates anteriormente estabelecidos – e este firme propósito dos prefeitos de, unidos, cobrar dos seus representantes, daqueles que eles apóiam no período eleitoral, que ajudam a trazer quer para o Senado, quer para a Câmara, posicionamentos em favor dos municípios. Então, Senador Garibaldi Alves, eu quero agradecer o seu gesto de confiança, a sua disposição de colaboração. Com fé em Deus e com o trabalho dos demais companheiros nós poderemos cumprir o nosso papel. De uma coisa eu tenho certeza: essa subcomissão terá dois presidentes. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Ouço V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – A presença do Senador Cícero Lucena em qualquer das Comissões de que por acaso ele venha a participar já é uma afirmação absolutamente tranquila de que essa Comissão vai funcionar, pela sua capacidade de trabalho, pela sua dedicação, pela sua experiência e, sobretudo, pela sua inteligência. Trata-se de um nordestino inteligente, o que é comum, é bom que se diga. Estamos absolutamente seguros de que um assunto de tamanha relevância como é a relação dos municípios com todo o poder público estará, sem dúvida alguma, sendo devidamente muito bem acompanhado por esse grande nordestino e excelente Senador, que é o Senador Cícero Lucena.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Deixo esta tribuna com absoluta certeza de que o Senador Cícero Lucena terá o apoio de todos nós membros dessa Subcomissão.

Estou dizendo isso não porque tenha sido...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)
—...negado a mim que fui o último presidente, mas pela certeza que tenho de que os membros dessa Subcomissão vão dar tudo de si, vão sentir uma liderança nova, mais capaz que a minha de arregimentar os Senadores. Fizemos tudo que foi possível, Senador Cícero Lucena. Debates o problema da Previdência e o dos precatórios. Trouxemos aqui prefeitos para falarem de suas experiências, como o prefeito de Recife, João Paulo, que é presidente de uma associação nacional de prefeitos das capitais.

De modo, Sr. Presidente, que eu gostaria de encerrar deixando essas palavras na certeza de que vamos debater com profundidade essa matéria, que é uma questão federativa sobretudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
—Tendo em vista o documento que acaba de chegar à Mesa, o Senador César Borges usará da palavra pela Liderança da Minoria.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, que regimentalmente teria direito a cinco minutos, mas, em homenagem a S. Ex^a e ao Senhor do Bonfim, o tempo fica a critério de S. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Desde já, sou muito agradecido a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, estamos tratando aqui do assunto que preocupa os municípios brasileiros, tanto que houve mais uma marcha de Prefeitos a Brasília.

Ouvimos, estupefatos, o Presidente da República declarar que já tinha ordenado – vejam bem a palavra, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “ordenado” – à sua Base no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara dos Deputados, que votasse o item da reforma tributária que coloca mais 1% de recursos para o Fundo de Participação dos municípios.

Em primeiro lugar, quero destacar que o Chefe do Poder Executivo afirmou ter “ordenado” à sua Base, a Deputados, a legisladores, que votasse. Acho que esse termo foi totalmente mal empregado. O Presidente pode solicitar, pode pedir aos Parlamentares que agilizem a votação, mas não, nunca, ordenar a Parlamentares que votem determinada matéria, como o percentual do Fundo de Participação dos municípios.

O pior, Sr. Presidente, é que, na verdade, o Presidente da República não é sincero quando faz essa afirmativa porque nem uma coisa, nem outra; nem ele ordenou, nem vai ordenar, nem vai solicitar que seja agilizada a votação do item da reforma tributária que contempla os municípios com mais R\$1,5 bilhão, que significa 1% do Fundo de Participação dos municípios. Por quê? Porque, na verdade, já votamos essa matéria, Senador Flexa Ribeiro, desde 2003.

Por que até hoje o Presidente não agilizou? Não solicitou à sua Base que procedesse dessa forma? É porque não há efetivo compromisso do Presidente da República com os municípios brasileiros. O Presidente tem se especializado em esvaziar pressões que acontecem aqui com as marchas sobre Brasília, seja pressão que venha dos Prefeitos, seja pressão que venha dos Governadores dos Estados, seja pressão que venha dos agricultores. O Presidente, que se considera um grande comunicador – e efetivamente não há como negar que ele o seja –, vai lá e faz o discurso que a platéia quer ouvir; diz à platéia que vai atender a todas as reivindicações. E aí os ouvintes de determinado segmento, como agora ocorreu com os Prefeitos, não têm como reclamar. Aplaudem o Presidente da República e vão para casa esperançosos de que uma solução irá acontecer, e lamentavelmente nada acontece. Vamos ver quando será aprovado esse 1%! Eu vou torcer para que seja aprovado o mais rapidamente possível. Mas tenho minhas dúvidas, Sr. Presidente, porque essa ordem do Presidente da República aos Deputados não é uma ordem, como não pode ser, e, acima de tudo, não há sinceridade nas palavras do Presidente.

Então, a que nós assistimos aqui? Mais uma vez, os Prefeitos solicitam à União a compreensão de que é impraticável a administração pública municipal. Não há como administrar a Prefeitura e atender às demandas do cidadão que reside no Município.

É o “prefeitinho”, como diz o Presidente Mão Santa, que foi Prefeito da sua Parnaíba, que faz o primeiro atendimento do cidadão, do eleitor, que o procura para resolver todos os problemas, desde um casamento a um funeral. É a Prefeitura que está presente para oferecer a saúde, a educação, as estradas e vicinais dos municípios.

Onde estão os recursos? Hoje a população brasileira paga em torno de 40% de tudo o que nós produzimos. Os recursos vão para os entes federativos – União, Estado e Município. Como estão distribuídos esses recursos? O Governo Federal fica com cerca de 65% deles; os Estados com cerca de 25%; e os municípios, com cerca de 10%.

O que acontece, lamentavelmente? Os impostos que vão para os estados e os municípios – como o IPI

e o ICMS, repartidos entre a União, os Estados e os municípios, sempre estão sujeitos a proposições de isenção. Sempre que o Governo quer incentivar algum setor, reduz o Imposto de Renda ou o IPI, ou seja, faz gentileza com o chapéu dos outros, pois reduz recursos que são dos municípios e dos estados.

Com relação à CPMF, o Governo Federal quer prorrogá-la até 2010 ou 2011, porque ela será extinta no final deste ano, tendo em vista a lei que foi votada pelo Congresso Nacional. No entanto, não vai reparti-la; vai pedir a prorrogação, mas sem repartir essa contribuição que, inicialmente, era provisória, mas se transformou em permanente e tem efeito cascata. Em cada operação, em cada cheque que o cidadão usa, ele paga 0,38% para o Governo Federal, só para a União, que não reparte esse valor com os municípios.

Por que o Presidente não assumiu o compromisso de repartir a CPMF, que é inclusive uma reivindicação dos Governadores, que também têm grande responsabilidade com a educação, com a saúde, com a segurança pública e com a geração de emprego nos estados?

Por que o Governo Federal não reparte também o PIS e a Cofins com as Prefeituras municipais? Por que arrecada exclusivamente para si?

Os municípios não estão mais conseguindo solvência nas suas contas, passando por dificuldades nunca passadas. Por um lado, se dá mais responsabilidade, criam-se programas como o Saúde da Família, um programa importante, que temos que defender, mas quem arca com as despesas são os municípios; o Governo Federal entra apenas com uma pequena parcela de 30%. Lamentavelmente, todos esses programas, que vão desde o Samu ao PSF estão sendo bancados, na sua maioria, com recursos oriundos dos Fundos municipais.

Assim, os Prefeitos, mais uma vez, vieram a Brasília e ouviram um Presidente que fez um discurso para a platéia, mas não assumiu verdadeiros compromissos de melhorar a condição de nossos municípios.

Recordo-me, cheguei a anotar, Sr. Presidente, que, no programa do PT, eles diziam que só um novo pacto federativo poderia corrigir as históricas desigualdades regionais, agravadas nos últimos oito anos; que a União descentralizou atribuições e encargos administrativos para estados e municípios ao mesmo tempo que concentrou recursos em Brasília. Mas há que se perguntar: o que fez este Governo para cumprir o seu programa, o seu verdadeiro programa de Governo do Partido dos Trabalhadores? Não fez nada.

Também estamos assistindo a outro discurso que é totalmente falso, Sr. Presidente. O Presidente Lula sempre se reporta ao passado, porque as mazelas,

porque as dificuldades já vêm de outros Governos. Mas é bom lembrar que o Presidente Lula está no segundo mandato; ele teve quatro anos para poder falar do passado. Ele próprio assumiu seu segundo mandato, dizendo: “Agora, eu não posso cobrar de mais ninguém do passado. Eu terei de cobrar de mim próprio. Terei de cobrar do meu próprio primeiro Governo, porque já tive tempo de fazer dele o meu passado”.

Ouçó o Senador Flecha Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador César Borges, V. Ex^a traz o assunto da marcha dos Prefeitos a Brasília e pontua aspectos da maior importância. Inclusive, em seguida, vou usar a tribuna para falar do mesmo tema. Mas quero dar só uma demonstração da falta de interesse do Governo em atender à angústia dos mais de cinco mil municípios brasileiros. V. Ex^a é autor de um projeto em tramitação na CAE, que propõe que os municípios que detêm **royalties** de produção de petróleo, de geração de energia e gás – e eu, como Relator, fiz uma emenda aditiva incluindo os municípios com recursos minerais – possam antecipar esses **royalties** junto ao Tesouro, para, com isso, saldar dívidas, tornando-se adimplentes a fim de terem acessos às transferências federais e estaduais. Lamentavelmente, a despeito de o parecer estar pronto para ser votado, a Base do Governo pediu vista do projeto para postergar mais uma matéria que vem em benefício dos municípios. Diz-se que se quer ajudar, que é preciso resolver o problema dos municípios, mas, na realidade, como V. Ex^a abordou com propriedade, são discursos que infelizmente o vento se encarrega de espalhar e não transformar em ações verdadeiras, em ajuda aos municípios. Parabéns pelo discurso!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Flexa Ribeiro, agradeço o seu aparte.

Lamentavelmente, essa é a realidade que vivem os municípios hoje; eles não têm o apoio do Governo Federal. As iniciativas dos Parlamentares, no Senado ou na Câmara, que visam apoiar os municípios não contam com o apoio da Base do Governo, porque aí, sim, o Presidente está ordenando que essas iniciativas legítimas daqueles que querem ajudar os municípios não sejam aqui aprovadas.

E mais do que isso, o que assistimos é que também os Estados que, no passado, já tiveram capacidade financeira de ajudar os municípios, já se encontram hoje, muitos dos Estados brasileiros, em dificuldades financeiras, não podendo mais ser os parceiros que foram no passado com ações em prol dos nossos cidadãos nos municípios. É dificuldade sobre dificuldade.

Portanto, não queira o Governo Federal tergiversar, fazer discurso; não queira o Presidente da Repú-

blica engabelar milhares de homens imbuídos de boa vontade, ansiosos de defender a sua população.

Ontem, estive com dezenas de Prefeitos do meu Estado – vieram Prefeitos de todo o País –, que saíram esperançosos. Não vou tirar a esperança de ninguém. Porém, vou ficar atento, Senador Flexa Ribeiro, para cobrar a tal ordem do Presidente, a fim de que se aprove, na Câmara, o aumento no FPM para os municípios.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador César Borges, V. Ex^a pode terminar, pois nunca usou a tribuna que não seja para trazer notícia importante para a cidadania. Só peço desculpas, porque estou assumindo agora e me distraí.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De forma alguma, Sr. Presidente. Eu é que peço desculpas de ter excedido o tempo.

O que precisamos é pressionar, acompanhar, é cobrar aqui da tribuna, e cobrar por intermédio das diversas medidas provisórias que virão e que são do interesse do Governo, deixando claro que, enquanto ele não cumprir a sua palavra com os municípios, não votaremos nada a favor do Governo. Precisamos dar um basta a isso.

O Presidente Lula acha que, por intermédio da sua verve, do seu discurso “popular”, conquista sempre a simpatia dos ouvintes; e assim vai empurrando com a barriga, sem resolver os verdadeiros problemas da Nação brasileira.

Não há um projeto consistente para os municípios. Não um projeto consistente de parceria da União com os Estados. Não há um projeto consistente para o desenvolvimento da infra-estrutura do País. Já perdemos quatro anos e estamos caminhando para mais quatro. O País não se desenvolve. O País não cria emprego, não gera renda. E Sua Excelência vem dizer que a desigualdade social diminuiu. Por quê? Porque ela já não é tão gritante? Mas queria que continuasse daí para pior? Temos o Bolsa-Família, mas o programa não é sustentável a longo prazo.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância. Vamos continuar atentos para cobrar uma parceria maior do Governo Federal com os municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu que agradeço a V. Ex^a e o cumprimento pelo pronunciamento.

Senador Flexa Ribeiro, como não há nenhum Líder, concedo a palavra a V. Ex^a e peço que seja conciso porque todos aqui querem falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar, evidentemente, do assunto que vários Senadores já abordaram: a X Marcha dos Prefeitos dos municípios Brasileiros à Brasília.

Quero iniciar parabenizando o Presidente da Confederação Nacional dos municípios, o Prefeito Paulo Ziulkoski, e também o Vice-Presidente, o Prefeito Fernando Lobato, de Santa Cruz do Ariri, do meu Estado do Pará.

Muito já foi dito aqui a respeito dessa Marcha, que é exitosa, na qual mais de mil Prefeitos e Vereadores participam, deslocando-se a Brasília, a cada ano, lamentavelmente com a mesma pauta de reivindicações. Se verificarmos a pauta de reivindicações dos anos anteriores, a de agora é igual.

Quero parabenizar os Prefeitos e Vereadores do meu Estado do Pará que até aqui se deslocaram, com sacrifícios. Quase cinquenta Prefeitos e mais de cem Vereadores vieram de municípios distantes, como é o caso de Itaituba. Eles tiveram que se deslocar de Itaituba para Santarém, de avião. Isso leva quase duas horas. De Santarém para Belém, de jato, mais uma hora. De Belém para Brasília, de jato, são mais duas horas e vinte minutos. Tudo isso em pleno apagão aéreo, para estarem aqui fazendo suas reivindicações.

Há o caso de outros municípios, como o de Marajó. É preciso se deslocar de lá de barco até Belém, para depois se deslocar até Brasília. Mas eles vieram aqui e estiveram com a Bancada do Pará, em várias reuniões. Passaram nos gabinetes dos Parlamentares. Tive a satisfação de receber os Prefeitos e os Vereadores em meu gabinete.

Mas eles saíram daqui, Senador Cícero Lucena, frustrados, porque o que escutaram agora foi o mesmo que escutaram em anos anteriores. O Presidente Lula

disse: “Vou ordenar que seja votado o aumento de 1% para o FPM, para que passe de 22,5% para 23,5%”. Ora, isso está aprovado pelo Senado Federal desde 2003. Nos anos anteriores, o Presidente Lula disse a mesma coisa e não aconteceu nada.

Senador César Borges, como V. Ex^a disse, vamos aguardar que realmente a Base do Governo vote, na Câmara dos Deputados, o projeto que está lá desde 2003 e que autoriza esse aumento.

Mas não vou esperar só por isso. Semana que vem, darei entrada em uma PEC aumentando o percentual do FPM de 22,5% para 23,5%, ou seja, 1%, como é o compromisso do Presidente, para que tramite em separado da reforma tributária, não haja adereços ao compromisso do aumento de 1% e os Prefeitos sejam atendidos.

Então, trata-se de uma forma de acelerar o processo. Tomara que não seja necessário nem dar entrada na PEC, e que a reivindicação seja atendida.

Fizemos uma reunião muito produtiva com a Bancada do Estado do Pará: três Senadores, dezessete Deputados Federais, Prefeitos e Vereadores. Depois, fizemos uma segunda reunião, no café da manhã, com a Bancada do Estado no Congresso e com os Prefeitos representantes das associações de municípios por região. Estavam presentes: o Prefeito Fernando Lobato, Presidente da Federação dos municípios do Estado do Pará; a Prefeita Maria do Carmo, de Santarém, pela Amut; o Prefeito Mazinho, de Afuá, pelo Município de Marajó; o prefeito Darcy, de Parauapebas, pela Amat; o Prefeito Iran Lima, de Moju, da Ambat; o Prefeito Hélder Barbalho, de Ananindeua, representando a região metropolitana; o Prefeito Eraldo, do consórcio de Belo Monte; o Prefeito Aparecido, do consórcio da BR-163.

Eles vieram até aqui para discutir uma pauta extensa, cujo ponto de partida é, evidentemente, o aumento de 1% do FPM.

Mas temos um assunto da maior importância que tramita no Congresso: a PEC nº 12, a PEC dos Precatórios.

Tenho a honra de dizer – e tomara que eu não esteja correto na afirmativa que farei – que o Pará é o único Estado brasileiro em dia com os precatórios. Ele não tem passivo algum em relação ao pagamento de precatórios. Quanto a isso, o Estado foi entregue em dia à Governadora Ana Júlia. Mas existem Estados e principalmente municípios que enfrentam dificuldades para cumprir os precatórios.

Então, a PEC nº 12, que regulamenta o pagamento dos precatórios, precisa ser aprovada. Lamen-

tavelmente, ela não tramita. Com isso, alguns prefeitos procuram os Parlamentares, porque estão angustiados uma vez que tiveram os recursos do Fundo de Participação bloqueados pela Justiça, em função do pagamento de precatórios. Nós, Parlamentares, temos de agilizar a aprovação dessa PEC.

Quanto ao Fundeb, já foram expostos os fatores de ponderação com relação ao ensino básico de 0,8 e do ensino fundamental de 1,0.

O transporte escolar é um item que quero detalhar, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. O transporte escolar é pago – e deve ser pago – por aluno. Só que ele é insuficiente para atender às necessidades de transporte. E por quê? Porque nos municípios de regiões como o Pará, segundo Estado em dimensão territorial do Brasil, tem de ser feita uma ponderação da quilometragem do transporte: o mesmo valor pago por um aluno transportado por um ou dois quilômetros é pago por um aluno transportado por 50 quilômetros. Então, existem municípios pequenos, como São João do Araguaia, no sul do Pará, que recebem R\$8 mil pelo transporte escolar e gastam R\$55 mil por mês. Se o Prefeito não transportar o aluno, o Ministério Público enquadra-o na legislação, porque ele é obrigado a fazer o transporte escolar. Além disso, ao transportar o aluno do ensino fundamental, ele transporta o do ensino médio, porque não há como fazer a diferenciação ao adentrarem o veículo.

Essa é uma questão que vamos aprofundar e vamos propor ao Congresso uma nova forma de cálculo **per capita** do transporte escolar.

Foi dito aqui pelo Senador César Borges – e quero me associar a S. Ex^a – que temos de resolver a questão do pacto federativo. Vamos ter de resolver definitivamente a distribuição das riquezas do nosso País. Não é possível concentrar 60% do que é arrecadado na União, 25% nos Estados e 15% nos municípios, onde os fatos acontecem.

Ainda agora, o Senador Cícero Lucena – a quem parabeno – assumiu a Presidência da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, ao lado do Senador Garibaldi Alves, Vice-Presidente.

Senador Cícero Lucena, eu, como membro dessa Subcomissão Permanente, tenho a certeza de que V. Ex^a, junto com o Senador Garibaldi, fará um trabalho da maior importância. Vamos ouvir os prefeitos, por intermédio de suas associações e confederação. Vamos produzir projetos que realmente venham ao encontro da necessidade dos prefeitos, que em sua maioria estão inadimplentes, sem poderem acessar os

recursos tanto federais quanto estaduais nas transferências voluntárias.

Tenho absoluta certeza de que a Subcomissão de Assuntos Municipais vai produzir resultados para que possamos trazer ao plenário, por intermédio da CAE, para votação dos nossos Pares.

Ao encerrar, quero também apresentar como reivindicação – já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena –, outro assunto que foi trazido pelos prefeitos e que nós, como Parlamentares, temos de estudar, qual seja, a questão da merenda escolar.

O valor da merenda é de R\$0,23 por aluno, e os prefeitos dizem que o custo da merenda escolar, dentro do padrão exigido, chega a R\$0,70. Então, nós precisamos ver uma forma para minorar, se não pudermos resolver, a questão da transferência dos valores para a merenda escolar, que é da maior importância. Digo isso porque a merenda, além de ser talvez a única alimentação do dia, pode também melhorar a condição de aprendizado do aluno.

Quero dizer aos prefeitos, principalmente os do meu Estado do Pará, que, além da proposta que apresentarei para destacar esse um ponto percentual do FPM (Fundo de Participação dos municípios), para que tramite em separado da reforma tributária, vou encaminhar ao Senado uma PEC para que, na prorrogação da CPMF, haja a repartição do valor da CPMF para os estados e municípios, na proporção de 20% e 10% respectivamente.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campanha.) – Senador Flexa Ribeiro, peço desculpas, mas solicitaria que V. Ex^a não concedesse mais apartes porque o tempo de V. Ex^a já se esgotou por três vezes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Romeu Tuma, a generosidade de V. Ex^a vai permitir que eu conclua o raciocínio e conceda somente um aparte ao Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas a conclusão do raciocínio de V. Ex^a é longa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Flexa Ribeiro, preciso agradecer o Senador César Borges, que fez reclamação hoje ao Governo que, se ele não der o que prometeu aos prefeitos, essa Comissão será extinta. É o que ele prometeu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, comecei a ficar preocupado pela extinção da Comissão.

Como eu dizia, os 10%, Senador Marcelo Crivella, na repartição da CPMF representam três vezes o que os prefeitos estão pedindo de aumento de um ponto percentual no FPM. Serão R\$3,5 bilhões a mais para os municípios, enquanto que esse um ponto percentual sobre o FPM representa R\$1,5 bilhão.

Então, vamos prorrogar a CPMF, mas vamos reparti-la. V. Ex^a, Senador Crivella, como evangélico, como cristão, sabe que é necessário repartir. Não pode e não deve haver a concentração que a União faz das riquezas produzidas por toda a sociedade.

Sr. Presidente Romeu Tuma, Senador César Borges, vou apresentar também outro projeto, isentando as prefeituras municipais do pagamento dos impostos federais na compra de patrulhas mecanizadas. Não há sentido em que as prefeituras paguem os impostos federais e que estes se revertam para o próprio Governo, de onde vêm os recursos. O objetivo é minorar a dificuldade da compra de patrulha mecanizada, e que o BNDS crie uma linha de financiamento dessas patrulhas mecanizadas – evidentemente com juros diferenciados – pelas prefeituras, consignado ao repasse do FPM. Isso facilitará principalmente para um Estado como o nosso, onde temos enormes dificuldades devido ao fato de as nossas estradas federais e vicinais estarem abandonadas pelo Governo Federal, e as prefeituras sempre têm que atender aos colonos no deslocamento da sua produção.

Sr. Presidente, concluo, agradecendo a V. Ex^a a generosidade, mas, antes, concedo um aparte ao meu Presidente Cícero Lucena. E espero que a profecia do Presidente Romeu Tuma não se realize. Este é mais um pedido, Senador César Borges, para que o Presidente Lula atenda aos prefeitos. Se ele não atender, será extinta a Subcomissão tão bem presidida pelo Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Muito obrigado. Serei bastante breve. Quero apenas registrar meu agradecimento à demonstração de confiança de V. Ex^a no nosso trabalho, sem deixar de dizer que ele só terá força e poderá atingir seus objetivos se puder contar não apenas com a valorosa contribuição de V. Ex^a, como dos demais companheiros e do vice-Presidente Garibaldi Alves. E, mais do que isso, entendemos que essa Comissão servirá de espaço para que sejam ecoadas as reivindicações, as demandas e as necessidades dos municípios e dos seus munícipes. Tenha

a certeza, Senador Flexa Ribeiro, de que, lá estando na sua companhia, estaremos levando as demandas e as reivindicações dos municípios, como: patrulha mecanizada, merenda escolar, fardamento escolar, apoio à educação e à saúde, bem como uma melhor distribuição das receitas. Tudo isso, sem dúvida alguma, estará em pauta, e estaremos praticando assim o exercício da democracia no sentido de atender a todos. Quanto à possibilidade de essa Comissão ser extinta, ninguém vai torcer mais do que eu, até porque, quando isso vier a ocorrer, é sinal de que os municípios estão sendo respeitados. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento. Tenha a certeza de que, juntos, com a sua liderança e a sua presença, faremos um grande trabalho em benefício dos municípios brasileiros.

Ao finalizar, Sr. Presidente Romeu Tuma, quero agradecer aos prefeitos e vereadores do Pará que estiverem em nosso gabinete e dizer que estamos aqui, todos nós, Senadores, para trabalhar pelos municípios, para que, assim, possamos acelerar o desenvolvimento de cada um dos Estados que aqui temos a honra de representar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Cícero Lucena, a Mesa cumprimenta V. Ex^a pela indicação à Presidência da Subcomissão, que, no dia de hoje, é a mais importante deste plenário, em que se discutem as reivindicações feitas na Marcha dos Prefeitos, as quais todos nós apoiamos. Penso que V. Ex^a terá de todos os Senadores apoio incontestado na luta que vai desenvolver para poder atender aos municípios.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e os Ministros que participaram do debate realizados por duas Comissões sobre a questão da crise no setor aéreo. O nível do debate foi da maior qualidade. Estiveram presentes o Ministro Waldir Pires, o Comandante da Aeronáutica, o Presidente da Anac, o Presidente do Sindicato dos Controladores de Voo. Pelo que percebi, Sr. Presidente, estamos caminhando para uma proposta de entendimento, com uma política salarial para os controladores, com mais investimento em equipamentos e em infra-estrutura.

Está de parabéns o Senado da República pela forma como os Presidentes das duas Comissões conduziram aquele debate.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero cumprimentar o MEC. Está acontecendo aqui, em Brasília, um seminário idealizado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Esta Casa sabe que, por centenas de vezes, vim a esta tribuna defender o investimento no ensino técnico profissional. Esse seminário apresenta, na modalidade de educação, propostas para jovens e adultos, como o Proeja. O objetivo do encontro é a elaboração de uma política consistente que garanta a educação profissional de jovens e de adultos. Os especialistas presentes planejarão a oferta e a expansão de vagas do Proeja nos próximos anos.

Senador Romeu Tuma, participam desse importante evento – isto, sim, é combater a violência, porque é investimento na educação – representantes do Ministério da Educação, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), do Conselho dos Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf), do Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF), do Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação (Forpog) e do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica (CONDICAP).

Sr. Presidente Marcelo Crivella, a falta de propostas permanente e o assistencialismo, que marcaram, durante anos, as estratégias de governo no campo da educação de jovens e de adultos, foram apontados pelos participantes como o reverso do que o Proeja deve ser. O Proeja tem três linhas de ação: oferta de ensino médio integrado aos jovens que concluíram o ensino fundamental, mas que estão fora da escola; qualificação de professores da Rede Federal de Educação Tecnológica (CEFETS); e pesquisa.

A proposta é inserir o programa entre as metas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e garantir, com isso, uma relação perene entre educação escolar, educação de jovens e de adultos e educação profissional. Para garantir a articulação entre as esferas federal, estaduais e municipais, responsáveis pelo Proeja, é necessária uma fonte de financiamento. Muito se fala, mas e daí? Onde é que estão os recursos?

Sr. Presidente, fiquei muito feliz, porque o debate girou também em torno do projeto que apresentei nesta Casa que trata do Fundo de Desenvolvimento do En-

sino Profissional (Fundep), cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres, que já deu parecer favorável.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 274, de 2003, de nossa autoria, prevê o custeio de programas que vão garantir o acesso permanente no mercado de trabalho dos nossos jovens e adultos. Entre os objetivos do Fundep, estão a geração e a manutenção de emprego e de renda, o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais e a descentralização regional, além da elevação da produtividade, da qualificação e da competitividade do setor produtivo.

Os recursos do Fundep serão provenientes de percentuais da arrecadação dos impostos sobre renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de outras fontes que estão especificadas no projeto, inclusive o Orçamento da União.

De imediato, serão investidos cerca de R\$5 bilhões nas escolas técnicas. O programa financia as seguintes ações:

- 1) realização de estudos de pré-investimentos, necessários à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio (PEM) e para a Expansão da Educação Profissional (PEP), bem como de projetos escolares;
- 2) investimento na área de educação profissional, incluindo ações de reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais para garantir a educação profissional;
- 3) construção de centros de educação profissional sob a responsabilidade dos Estados/Distrito Federal e do segmento comunitário no Município;
- 4) aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão;
- 5) aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;
- 6) capacitação de docentes e de pessoal técnico-administrativo; e
- 7) prestação de serviços e de consultorias para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógicas e de gestão.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Ouço, com atenção, a preocupação que V. Ex^a revela com a educação, sobretudo com a educação profissionalizante. Ora, estamos verificando que a humanidade está experimentando uma evolução, como nunca vista na

sua história, com relação à informática, com relação à tecnologia. O perfil do emprego também está mudando de forma muito acelerada. Portanto, é fundamental que haja preocupação por parte do Governo com vistas ao que V. Ex^a está comentando nesta tarde, com relação ao ensino profissionalizante, notadamente nas áreas novas que estão surgindo, como a de tecnologia, de informática e de automação. Sou originário de uma rede bancária. Há vinte anos, eu trabalhava em um Banco que tinha 120 mil funcionários e 3 mil pontos de atendimento. O número de atendimentos mais que triplicou, e o número de funcionários diminuiu, passou de 120 mil para 70 mil. Houve um desemprego muito grande, mas, por outro lado, surgiram postos de trabalho que precisam ser mais bem aproveitados na área de informática, para manusear computador, inclusive no ensinamento do uso desse novo sistema de comunicação. É importante que o Governo tenha como foco, como orientação, na área profissionalizante, esses sinais que a tecnologia está dando para o novo perfil de emprego.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Quintanilha.

Sr. Presidente, acredito muito que o Fundep pode ajudar na construção de um novo perfil da classe trabalhadora, que esteja qualificada no campo e na cidade, porque o Fundep é um fundo de investimento para o ensino técnico-profissionalizante no campo e na cidade.

Sr. Presidente, queremos que nossos jovens, os adultos e aqueles que têm mais de 40 anos, que, inclusive, são discriminados no campo de trabalho, tenham oportunidade de se manter na cidade de origem. Por isso, estou muito empolgado, Senador Romeu Tuma, com o relatório do seu parceiro e companheiro de Partido, que é o Senador Demóstenes Torres, que já deu parecer favorável à criação do Fundep, que vai gerar R\$5 bilhões para o ensino técnico.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Com muita honra, sempre tenho a alegria em apartear-lo pela nobreza dos projetos que V. Ex^a apresenta, principalmente em favor do interesse público e dos mais necessitados. Sempre considerei o ensino profissionalizante maravilhoso, principalmente para aqueles que têm pouca oportunidade de seguir uma carreira dentro do curso universitário. O profissionalizante sai praticamente com emprego garantido, porque a maioria das escolas profissionalizantes já conta com empresas da região,

que ficam aguardando a formação dos jovens para os absorverem como mão-de-obra. Portanto, é claro que o apóio integralmente. Nunca neguei apoio a projeto algum apresentado por V. Ex^a, pela seriedade e pelo alcance social que tem. Então, queria cumprimentá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A iniciativa vem numa oportunidade brilhante, numa hora difícil. Ainda com o Ministro da Ciência e Tecnologia, falamos muito do ensino profissionalizante. S. Ex^a falava do problema de haver 90 mil doutores registrados, que são do conhecimento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Mas temos de aumentar cada vez mais o número dos técnicos dos cursos profissionalizantes, para que haja o aumento da oportunidade de trabalho.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Perdão, Senador Romeu Tuma. Eu estava conversando com o Senador Mão Santa e esqueci-me de prorrogar o tempo de V. Ex^a.

O Sr. Wilson Matos (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte ao Senador Wilson Matos, com muita satisfação.

O Sr. Wilson Matos (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, realmente, o Brasil deve muito à sua juventude na área da educação, em todos os níveis, mas vemos boas atitudes do Governo, como essa voltada para o ensino tecnológico. No ensino técnico, no Brasil, existe a maior lacuna. No ensino superior, há 4,5 milhões de jovens estudando: um milhão na escola pública e 3,5 milhões na escola privada. Na área técnica média, o aluno que deseja fazer esse curso, normalmente, não tem poder aquisitivo para pagar a mensalidade da escola superior privada e, assim, faz opção pelo ensino técnico, que deve ser gratuito exatamente pelo seu baixo poder aquisitivo. Agora, a Secretaria de Ensino de Tecnologia do MEC está implantando 150 escolas técnicas no Brasil, o que é uma ótima ação. Entretanto, há 5.563 municípios, e esperamos que, dentro de alguns anos, existam milhares de escolas técnicas para suprir essa lacuna da mão-de-obra intermediária brasileira. Ou temos a simples, ou temos a do bacharel, e existe um grande espaço vago, que deve ser, sem dúvida alguma, suprido pelo ensino público e gratuito. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Wilson Matos. V. Ex^a enriquece meu pronunciamento, citando o número de escolas técnicas

e dizendo que devemos investir muito mais. Essa é a proposta do Governo. E, por isso, há o apoio ao Fundep, o qual vai gerar R\$5 bilhões.

Para concluir, Sr. Presidente, aproveito a presença do Senador Sibá Machado para dizer que S. Ex^a foi Relator do projeto do Fust, no qual trabalhei, que prevê que os recursos desse Fundo passarão de 18% para 30% para investimentos na educação, o que vem ao encontro do projeto apresentado pelo Senador Mercadante, que quer colocar computador em todas as escolas. Para isso, é preciso receita. Por isso, o Senado já o aprovou, e o projeto do Fust foi encaminhado para a Câmara dos Deputados. O Fust vai destinar não 18%, mas 30% de sua arrecadação para a educação, algo em torno de R\$2 bilhões, que serão investidos, mais precisamente, em computadores, de acordo com o projeto do Senador Mercadante, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesta semana.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a tolerância, na certeza de que a Câmara dos Deputados vai aprovar o Fust e também o Fundep, já que nesta Casa, eu entendo, a tramitação foi tranqüila.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço licença a V. Ex^a para que a Secretaria da Mesa possa encaminhar o Manifesto pela Instituição de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida, escrito por mim e contendo várias assinaturas, para que possamos ampliar o debate no Congresso Nacional, com a participação dos vários segmentos da sociedade e com o objetivo de propor soluções para a situação de violência que assola o País.

Solicito que V. Ex^a o considere como lido.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

MANIFESTO PELA INSTITUIÇÃO DE FRENTE PARLAMENTAR
CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA DEFESA DA VIDA

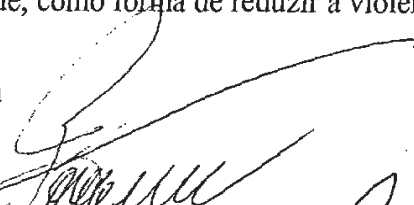
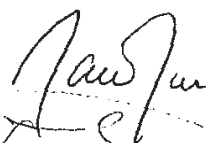
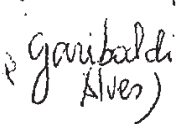
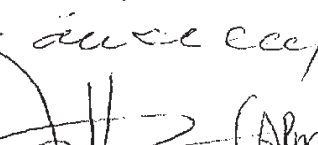
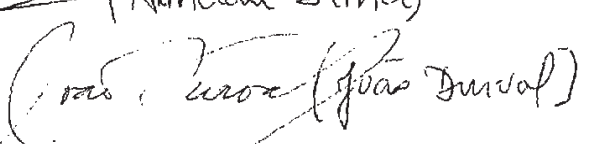
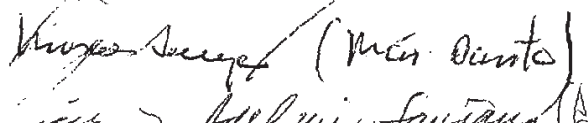
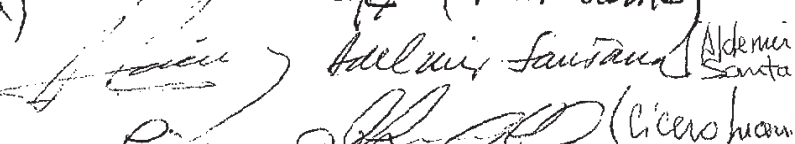
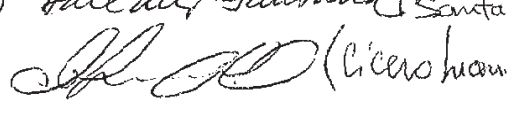
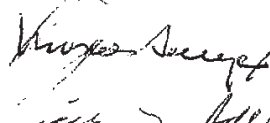
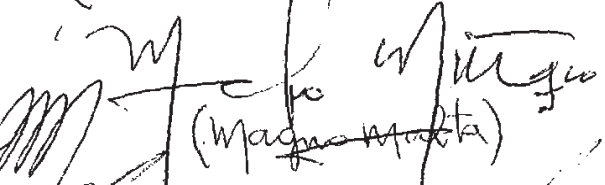
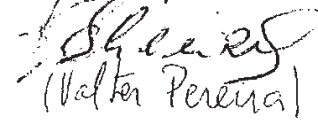
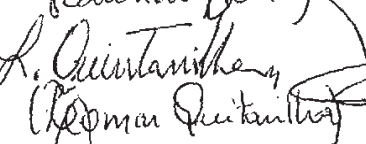
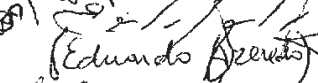
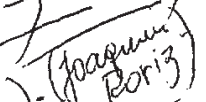
Venho propor aos nobres colegas a criação de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida, com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos vários segmentos da sociedade, com o objetivo de propor soluções à situação de violência que assola o país.

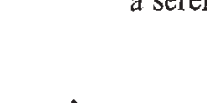
A referida Frente será integrada pelos parlamentares que assinarem este Manifesto e terá como atividades realizar audiências públicas, elaborar estudos e, com base nos resultados assim obtidos, apresentar proposições legislativas adequadas às necessidades atuais da sociedade brasileira.

Devido à capacidade única do Legislativo em ouvir os diferentes grupos de interesse, espera-se também a produção de um elenco de sugestões, a serem apresentadas à sociedade, como forma de reduzir a violência no país.

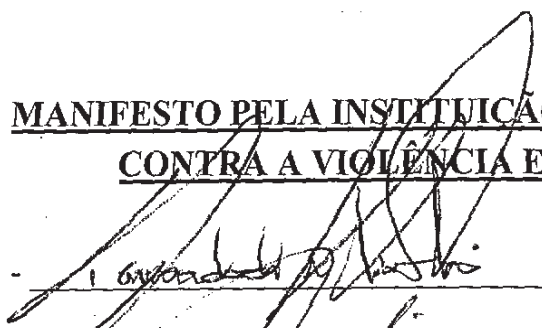
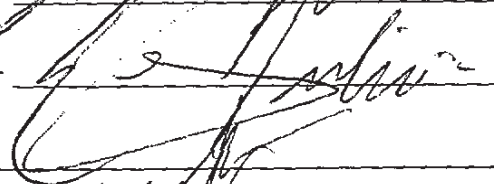
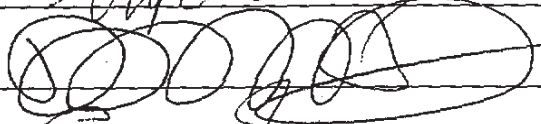
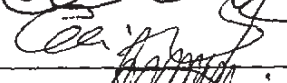
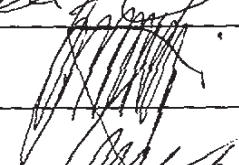
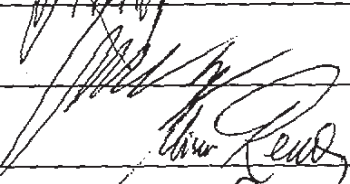
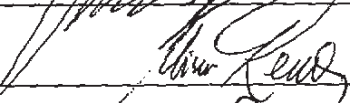
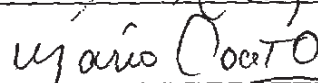
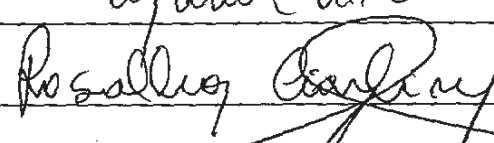
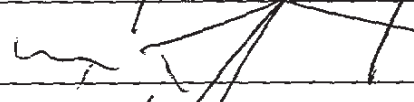
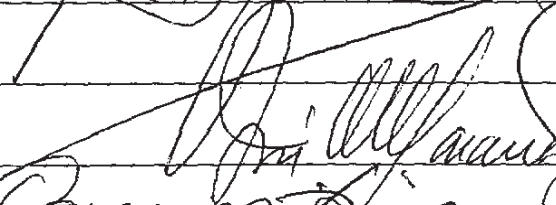
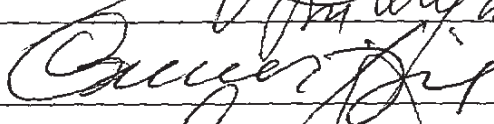
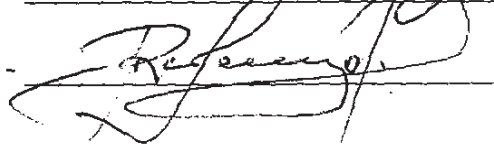
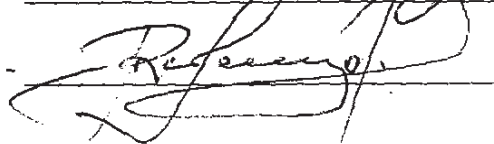
Senado Federal, em

Senador ROMEU TUMA



MANIFESTO PELA INSTITUIÇÃO DE FRENTE PARLAMENTAR
CONTRA A VIOÊNCIA E PELA DEFESA DA VIDA

- 1 -  (Flexa Ribeiro)
- 2 -  (Sérgio Zambiasi)
- 3 -  (W. Salgado)
- 4 -  (Antonio Carlos Valadares)
- 5 -  (AUGUSTO BOTELHO)
- 6 -  (Edison Lobão)
- 7 -  (Valdir Raupp)
- 8 -  (Elisen Resende)
- 9 -  (Elisen Resende)
- 10 -  (Yário Cocato)
- 11 -  (Rosalba Carling)
- 12 -  (Heráclito Fortes)
- 13 -  (José Agripino)
- 14 -  (José Maranhão)
- 15 -  (OSMAR DIAS)
- 16 -  (Raimundo Colombo)
- 17 -  (Raimundo Colombo)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria fazer um registro histórico.

Senador Mão Santa, falo como V. Ex^a: atentai bem! Peço a V. Ex^a que me ajude a contar. Vou proceder a uma leitura:

1. Secretaria de Governo – Kleber Eulálio;
2. Secretaria das Cidades – Flávio Nogueira;
3. Secretaria de Assistência Social e Cidadania – Gilvana Rodrigues;
4. Secretaria de Defesa Civil – Fernando Monteiro;
5. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnologia – Valério Carvalho;
6. Secretaria de Infra-Estrutura – Avelino Neiva;

Atentai bem, Senador José Agripino, para a leitura que estou fazendo.

7. Secretaria de Saúde – Assis Carvalho;
8. Secretaria de Segurança – Robert Rios;
9. Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo -nome bonito – Hélio Isaías;
10. Secretaria de Transportes – Luciano Paes Landim;
11. Secretaria de Turismo – Sílvio Leite;
12. Ouvidor-Geral – Rosário Bezerra;
13. Interpi – Raimundo Ferreira Martins Nunes;
14. Instituto de Educação Antonino Freire – Janaina Mapurunga;

Senador Mão Santa, ajude-me nesta conta, que é complicada.

15. Instituto de Desenvolvimento do Piauí – Norberlino Lira de Carvalho;
16. Imepi – Clemilton Queiroz;
17. Iapep – Antonio Rufino Sobrinho;
18. Emgerpi – Lucile Moura;
19. Emater – Francisco Limma;
20. Coordenação dos Direitos Humanos e da Juventude – Alci Marques;
21. CMTP – Marco Silva;
22. Ceasa – Adalberto Pereira;
23. Agespisa – Merlong Solano;
24. Superintendência da Universidade Aberta do Brasil – Eliana Mendonça;
25. Secretaria de Planejamento – Sérgio Gonçalves;
26. Secretaria de Meio Ambiente – Dalton Macambira;

27. Secretaria de Justiça – Cléa Coutinho;
28. Secretaria de Fazenda – Antonio Neto;
29. Secretaria de Educação – José Barros;
30. Secretaria de Desenvolvimento Rural – Elcio Martins;

Ajude-me, Mão Santa, acompanhe-me. Ajude-me, por favor. É duro contar tanta coisa, ajude-me!

31. Secretaria de Administração – Regina Sousa;
32. Procuradoria-Geral do Estado – Plínio Clerton Filho;
33. Controladoria-Geral do Estado – Amparo Silva;
34. Defensoria Pública – Nelson Neri Costa;
35. Uespi – Valéria Madeira;
36. Gabinete Militar – Major Carlos Augusto;
37. PPCSA – Lúcia Araújo;
38. Polícia Militar – Cel. Francisco Prado;
39. Piemtur – José Patrocínio Paes Landim – já é o terceiro Paes Landim da lista;
40. PCPR – Fernando Danda;
41. Lotepi – Marcos Amorim;
42. Jucepi – Cláudio Tajra;
43. Gaspisa – Gustavo Xavier;
44. Fundespi – Vicente Sobrinho;
45. Fundac – Sônia Terra;
46. Fome Zero – Rosângela Sousa;
47. Fapepi – Acácio Veras;
48. Detran – Jesus Rodrigues Alves;
49. DER – Karenina Eulálio;
50. Delegada Geral da Polícia Civil – Hildeth Evangelista;
51. Corpo de Bombeiros – Cel. Francisco Barbosa;
52. Cepro – Oscar de Barros;
53. Ceid – Rejane Dias;
54. CCOM – Cristiane Sekeff;
55. Antares – Rodrigo Ferraz;
56. Agência de Tecnologia do Piauí – Antonio Torres;
57. Agência de Desenvolvimento Habitacional – Marcelino Fonteles;
58. Adapi – José Antonio;
59. Surpi/Ergopi – Roberto John;
60. Prodart – Beseleide Claudino Leite;
61. Superintendência de Relações Institucionais e Sociais – Ricardo Pontes;
62. Superintendência de Gestão Interna – Concita Xavier;
63. Superintendência de Articulação Governamental – Francisco Antonio;
64. Diretora-Chefe do Cerimonial – Mara Beatriz.

Senadora e Senadores, brasileiros, este é o Secretariado anunciado hoje pelo Governador do PT para um dos Estados mais pobres do Brasil, o Piauí! Ganhando como Secretários – com carro e verba de representação – 64 pessoas irão cumprir missões que se atropelam entre si, funções que serão conflitantes, e o povo do Piauí vai pagar esse preço!

Sr. Presidente, esqueçamos os custos. Vamos fechar os olhos e imaginar o tamanho que deverá ter essa mesa para acomodar todo esse secretariado em reuniões com o Governador, que será o sexagésimo quinto, além do ajudante de ordem, do assessor de imprensa e dos velhos puxa-sacos, que não faltam! Onde vamos encontrar uma mesa desse tamanho no Piauí? Naturalmente importar da Rússia velha, da União Soviética, quando se reuniam aqueles ministérios de 200, 300 militantes.

Hoje, o mundo moderno e globalizado recomenda administração enxuta, otimização, diminuição de custos.

O Governador passou do dia 1º de janeiro até agora para anunciar seu secretariado. A expectativa era que a preocupação de S. Ex^a fosse com a economicidade e, acima de tudo, com eficiência de gestão. O que vemos aqui são três, quatro pessoas tomando conta de educação, tomando conta de gestão pública, uma repetição de função, num verdadeiro surto de empreguismo jamais visto! Um gesto vergonhoso, em que não vemos sequer a objetividade de algumas ações!

O Fome Zero, que dizem ser um Programa do Governo Federal, poderia muito bem ser tocado no Estado por uma funcionária da Secretaria de Educação. É lamentável que esses fatos aconteçam!

Enquanto isso, Senador Mão Santa, e aí quero dar a mão à palmatória ao nosso jornalista Zózimo Tavares, assunto que, desde ontem, quero a ele me reportar. O Zózimo passa um pito em V. Ex^a, no Senador João Vicente Claudino e em mim. Nos acusa de omissos. Pois não é que nós fomos! Este Governo, que emprega tanta gente, é o mesmo Governo que cancelou um convênio lá no Piauí entre a Caixa Econômica e o INSS para o pagamento de aposentadorias aos idosos.

Quem conhece o Piauí sabe das peculiaridades e características daquele Estado. Vou ficar apenas no exemplo: o aposentado de Santa Filomena, que recebia via Correios, para fazer jus ao benefício vai andar 150,

180 quilômetros de estrada esburacada para Gilbués ou Bom Jesus, e daí por diante.

Eu queria saber por que essa característica deste Governo em ter tanto ódio dos velhos! Eu, que já passei dos 50 anos, começo a me apavorar quando vejo alguns setores do Governo quererem a perpetuação do PT no poder, fico com medo de quando eu tiver que ir para a fila passar por essas hostilidades.

No Governo passado, que é o mesmo de agora, foi aquela história do então Ministro, hoje presidente do Partido, de botar os velhinhos em fila indiana pelo Brasil afora, num ato de impiedade, num ato de perversidade. Agora renovam o masoquismo, melhor dizendo, o sadismo, colocando os velhinhos para receberem a migalha da aposentadoria em caçamba de pau-de-arara de caminhão, de motocicleta, dos mototáxis, fazendo viagens que, muitas vezes, consomem a quase totalidade de seu salário. Isso sem levar em conta a humilhação.

Portanto, quero transcrever o pito que o Zózimo dá em V. Ex^a, no João Vicente e em mim por não termos trazidos esse assunto à tribuna.

A culpa não é nossa, é deste Governo, que todos os dias nos dá um assunto para trazermos aqui e nós terminamos nos esquecendo. Há uma fila. A capacidade do Governo de errar é bem maior do que a nossa de denunciar.

Daí por que peço desculpas ao Zózimo, um jornalista respeitadíssimo no Piauí e membro da Academia Piauiense de Letras. Às vezes, ele até fala mal da gente, mas fala dentro do seu objetivo profissional, no exercício da sua profissão, e é um homem, acima de tudo, honrado. Por isso, dou a mão à palmatória, faço **mea-culpa**, Zózimo. Peço-lhe apenas uma coisa: da próxima vez, antes da denúncia, telefone-me e avise-me; conceda-me o privilégio de eu tomar a iniciativa! Você tem toda razão. É um crime o que se está fazendo. O Partido dos Trabalhadores não poderia, de maneira alguma, dispensar esse tratamento aos aposentados. E é este Partido que faz essa farra do boi ao reunir uma equipe de 65 secretários ou funcionários com salários equivalentes.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a é bom de matemática – se o Senador Alberto Silva estivesse aqui ele faria esse cálculo: para comportar 65 pessoas, quantos metros tem de medir uma mesa? Sejam os precavidos, Senador Mão Santa, são 65 pessoas. Mas vamos preencher com mais cinco entre assessores e puxa-sacos: 70. Portanto, são 35 de cada lado. Quantos metros

serão necessários Senador Zambiasi? Este plenário tem 81 lugares. Vejam o tamanho dele! O Governador precisaria de um plenário um pouquinho menor do que este para se reunir com o seu secretariado, dar ordens, fazer o Estado funcionar, fazer a máquina andar. Lembro-me muito das festas dos imigrantes italianos, em São Paulo, em que havia uma concorrência para ver quem fazia o maior bolo ou a maior *pizza*, disputada no metro, e faziam aquelas mesas quilométricas. Vai ver que o Governador se inspirou nela! Mas não pode fazer isso com o meu Estado nem com o dinheiro público!

Meu caro Zózimo, trouxe um discurso por escrito, mas, o apreço que tenho por você me fez sair do texto e improvisar. De qualquer maneira, peço a generosidade do nosso Presidente para que transcreva na íntegra o pito, eu me redimindo e, acima de tudo, protestando contra o absurdo de um Governador pegar um Estado pobre como o Piauí, que até pouco tempo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, antes de lhe conceder o aparte vou lhe interrogar. No governo de V. Ex^a, eram quantos secretários?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, quero dar um testemunho. V. Ex^a foi um extraordinário Prefeito de Teresina. Mas o atual Governo é tão ruim, tão péssimo e tem a cara do PT. Teresina não é o Iraque, que fica entre o Tigre e o Eufrates; lá, temos o Poti e o Parnaíba. Senador Heráclito, V. Ex^a fez uma ponte em 100 dias; eu – por uma brincadeira – a fiz em 90. Este Governo desgraçado do PT que aí está, encomendou uma ponte para comemorar 150 anos de Teresina. Foi lá o Presidente da República, com o Governador, e prometeu... Teresina vai fazer 156 anos. Heráclito Fortes fez em 100 dias, eu fiz em 90, e foi entregue em 87 dias. Este Governo... Eu não acredito no PT, porque é uma corrupção nunca dantes vista. Olavo Bilac dizia: “Criança, não verás nenhum país como este”. Eu diria: eu nunca vi uma corrupção tão grande, no Brasil e no Piauí, como a do PT. Um desperdício. Está aí o desperdício simbolizado pelo “aerolula”. E sonegação. Só pagam os pequenos e os pobres. Lá tem até a figura de “El Sonegador”. Incompetência. Hoje, para administrar, tem que estudar. Tem que estudar. Bill Clinton foi Governador do Estado de Arkansas quatro vezes, foi Presidente da República, e teve dificuldade. Pediu ajuda aos maiores técnicos, Ted Gaebler e David Osborne, que escreveram o livro

Reinventando o Governo. Olha, Senador Heráclito Fortes, e os técnicos disseram que o Estado não podia ser grande demais, como um transatlântico, porque afunda – o Titanic afundou –, tinha que ser pequeno, ágil e móvel. E aí V. Ex^a vê. Padre Antônio Vieira disse: “O exemplo arrasta”. O Presidente da República deu mau exemplo, aumentou o número de secretários. Aumentou. Heráclito Fortes, o Presidente da República deste País tem 30 mil cargos para nomear. Bush, “o destruidor”,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...só tem 3 mil. Lula tem 30 mil, Bush tem 3 mil. Jacques Chirac, Presidente da França, tem 300 cargos. Tony Blair só tem 100, e coloca para funcionar. Isso é o caos. Está tudo atrasado. Este é o país da insegurança. Norberto Bobbio diz que o mínimo que você tem que exigir do Governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Este é o país da educação zero, e da saúde só para os poderosos e os ricos. Esta é a maneira de administrar do PT, que V. Ex^a denuncia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, acabo de receber a notícia de que já há um movimento no Piauí solicitando a criação da Secretaria de Esportes. O Governador se esqueceu, naturalmente, generoso como é e desportista, que criará mais uma e serão 66. Vamos ter a da fé também, pois ele é um homem de fé. Também vai ser criada, e vamos viver uma verdadeira maratona de criação de cargos.

Meu caro Presidente Neuto de Conto, muito obrigado por aturar o meu conto, que não é um canto, mas é um canto chorado, chorado de dor, de ver o Piauí passar fome e essa farra do boi ser promovida por um partido que se dizia dos trabalhadores.

Semana que vem, voltarei para falar sobre os cargos federais que estão sendo distribuídos no Estado e as obras prometidas pelo Governador, que vão desde um centro de convenções, com um projeto da família Ohtake, anunciado no Governo passado, até obras que o Piauí espera sentado, porque já cansou de ficar em pé.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIÁRIO

Do Povo

Zózimo Tavares

Sadismo e indiferença

Senador **Heráclito Fortes**, onde está o senhor? Senador João Vicente, onde está o senhor? Senador Mão Santa, onde está o senhor? Por quê? Porque não é possível que não tenham tomado conhecimento da insensatez do INSS, que rompeu, em Brasília, o convênio que mantinha com os Correios para pagar os benefícios de aposentadorias e pensionistas em mais de 30 municípios do Piauí.

Será que os diligentes deputados federais Alberto Silva, Átila Lira, Antônio José Medeiros, Ciro Nogueira, Júlio César, Marcelo Castro, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Osmar Júnior e Paes Landim, dignos representantes do Piauí, também não tomaram conhecimento dessa desumanidade?

Se não tomaram, indubitavelmente negligenciaram no exercício de seu mandato. Se tomaram conhecimento e não me mexeram, a falha é ainda mais grave, pois não se admite tanta omissão da bancada federal piauiense diante de uma violência praticada impunemente contra quem já não tem tanta capacidade de defesa, no caso os velhinhos do INSS.

Entre os aposentados e pensionistas que foram atingidos pela desastrosa medida, estão velhinhos que têm dificuldade de locomoção e outros que já não têm mesmo a condição de andar. Mesmo assim, estão obrigados por esse ato insano do INSS a sair da cidade onde estão para receber seus benefícios na cidade mais próxima.

No caso de Santa Filomena, no extremo-Sul do Estado, os aposentados e pensionistas do INSS terão que andar 150 quilômetros até Gilbuéis e mais 150 quilômetros para voltar, no total, portanto, de 300 quilômetros. Só lá em Santa Filomena são 400 idosos que receberão esse castigo.

Não estranha a insensibilidade, a insensatez e a estupidez do governo, afinal ele é o mesmo que, no início do seu primeiro mandato, obrigou, através da Previdência, todos os velhinhos a saírem de casa para serem recadastrados, em todo o Brasil. O que estranha mesmo é a indiferença dos representantes políticos do Piauí diante desse massacre que sadicamente estão praticando contra nossos idosos.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por dez minutos.

O Sr. Neuto de Conto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa, com a aquiescência de V. Ex^a, antes de lhe conceder a palavra, eu gostaria de comunicar à Casa que fizemos um acordo para votar, hoje, duas medidas provisórias. Não são exatamente as medidas provisórias listadas de acordo com a ordem da nossa pauta de votação, mas são medidas em relação às quais houve consenso e vamos votá-las. Inclusive, já conversei com os Líderes partidários para que isso efetivamente aconteça.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, é muita honra vê-lo na Presidência e ter a oportunidade de falar com V. Ex^a na Presidência; Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, crença é muito importante. A nossa Igreja Católica tem até uma reza, o Credo. Eu tenho as minhas crenças. E, hoje, eu tenho as positivas e as negativas.

Senador Jarbas Vasconcelos, acreditamos em Deus. Buscamos a verdade. Acredito no estudo, que busca sabedoria, e no trabalho, que produz riquezas. Mas tem muita coisa em que eu não creio: eu não creio na mentira, eu não creio no Governo do PT. Questão de crença, Senador Renan Calheiros.

Eu nunca vi tanta corrupção no Brasil e no Estado de onde venho. Eu nunca vi tanto desperdício. O Senador Heráclito Fortes, que já foi Prefeito da capital do Piauí, um extraordinário Prefeito, acaba de denunciar um secretariado de 60 nomes. Mas não é só no Piauí, é no Brasil. Quando começou este Governo... Nesses anos todos, desde as Capitânias Hereditárias, passando pelos Governos Gerais, pelos Imperadores Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel e por todos os Presidentes, havia de 15 a 16 Ministérios.

Ô Jarbas Vasconcelos, de repente, o Presidente da República colocou quase 40. São criados mais de 30 mil cargos de confiança para os companheiros.

Atentai bem, Jarbas Vasconcelos! Bush, o poderoso, Bush, o destruidor, só tem três mil cargos para nome-

ar. O Presidente da França, qualquer que seja, tem 300. Existe a máquina administrativa. Tony Blair, da Inglaterra, só nomeia 100 pessoas. O Governador do Piauí, o Senador Heráclito Fortes acaba de mostrar, tem sessenta e tantos cargos. Esse é o PT! E eu não acredito nele, porque segue-se o desperdício, segue-se a sonegação dos poderosos, segue-se a incompetência.

Este País, Senador Aloizio Mercadante, foi bem estruturado. Quinhentos e sete anos! Getúlio Vargas, um homem muito trabalhador, criou essa estrutura, criou o DASP – Departamento de Aperfeiçoamento do Serviço Público. Getúlio já mandava imprimir livros para Wagner Estelita, de chefia e liderança administrativa. Getúlio Vargas! E aí tiraram toda a estrutura e a desmontaram, colocando companheiros, nomeando-os para a máquina, que está emperrada. E emperrou mesmo. Do jeito que a democracia funciona nesse tripé de divisão de poderes, desse mesmo jeito, a máquina administrativa se desmantelou, de tal maneira que emperrou no tripé mais importante do funcionamento de uma sociedade: a segurança, a saúde e a educação.

Vamos ficar aí.

Qual a nota que a brasileira e o brasileiro dão à segurança que temos neste País? Aqui, Jarbas Vasconcelos e Roseana Sarney, isto é uma barbárie! No Rio de Janeiro, em janeiro, assassinaram 597 pessoas! Assassinaram. Roseana, no Iraque morreram 1.800. É, no Rio o número foi menor do que no Iraque, mas vá contar no seu Maranhão, em Pernambuco, no meu Piauí...

Ô Heráclito Fortes, greve dos agentes penitenciários: fugiram os bandidos!

O Brasil, que só ganhava do Haiti em desenvolvimento, o Brasil, que só ganhou em responsabilidade em gastos da Colômbia – porque há muita maconha por lá, eles gastam mal –, em criminalidade, nós só estamos ganhando talvez do Iraque. E aumentou: em janeiro de 2006, a mortalidade por assassinato no Rio foi 10% menor. A mulher do Garotinho foi mais vitoriosa do que o Sérgio Cabral, nosso companheiro do PMDB. Aumentou 10% em janeiro! Apoiado por Lula, que tirou a segurança de Brasília, do Piauí, do Maranhão e de Pernambuco e levou para o Rio de Janeiro.

Ô Jarbas, eu queria ver o Lula, como Jarbas, como Mão Santa. Nós andamos a peito aberto. Vi Petrônio andando como Ministro. Aí o Presidente vai para o Maracanã e leva o Governador, vai cobrar um pênalti e fazer um gol. O gol que o Brasil queria ver era o do Romário. O Governador pula para um lado, e ele lança.

Eu queria ver, Dona Roseana! Mande este Presidente e o Governador do Estado andar nas favelas, na Rocinha. Quando governei o Piauí, andava em todas as cidades só, eu e Adalgisa. Eu vi Petrônio Portella fazer isso.

Roseana, eu me lembro, Jarbas, de receber Petrólio Portella, que foi Ministro da Justiça, lá na Parnaíba. De repente, ele disse: “Mão Santa, pára, pára, pára!”. Eu tomei um susto. Sabe o que era? Havia uns batedores, e ele disse: “Dispense isso!”. Era este País: “Dispense! Não quero batedor! Eu sou Ministro da Justiça! A autoridade é moral!”.

Esse foi um País de outro dia. Aqui, assaltaram a bela Ministra do STF. Num sítio, num churrasco, o Ministro da Fazenda teve de esconder-se no banheiro, porque houve um assalto. Se não tem segurança essa gente, Renan, e nós, o povo?

Renan, eu vi V. Ex^a, com sua simplicidade e coragem, chorar o desgoverno de Alagoas. E eu choro o do Piauí.

Renan, isso foi outro dia! Olha, esse negócio de violência... V. Ex^a pode estar de cabeça erguida. V. Ex^a foi extraordinário Ministro da Justiça, ajudou-nos no Piauí a construir presídios, a combater o crime organizado. V. Ex^a pode manter-se com altivez, pois enfrentou. Mas está muito pior!

Renan, no Piauí, cristão como a sua Maceió, temos os nossos costumes, a nossa história, a nossa tradição. Não sei lá, mas no Piauí é assim. Eu vou querer. Eu tenho a minha casa com a Adalgisa e, quando eu morrer, quero o meu velório na sala. É tradição! Eu vi meu avô, minha avó, meus pais! Pois, outro dia, cheguei a Teresina, Heráclito, e havia morrido uma pessoa influente. Às 17 horas e 30 minutos, eu e Adalgisa combinamos de ir à sentinela. Jarbas, quando fui à sentinela, de noite, bem em Teresina – olhe a barbárie em que vivemos neste Brasil! –, eles disseram: “Não, não. Nós enterramos às 18 horas, porque, se se fizer sentinela agora, chegam os bandidos e assaltam até o defunto!”.

Então, essa violência do Rio foi pior do que as viroses e a Aids: expandiu-se pelo Brasil todo. Esse é o Governo da corrupção, do desperdício, da sonegação, da incompetência!

Senador Renan Calheiros, quisera que o nosso Partido chegue à Presidência! E V. Ex^a pode ser um deles.

Eu queria dar a V. Ex^a minha primeira colaboração. O Bill Clinton, que governou quatro vezes Arkansas para ser Presidente, disse que era difícil e complicado governar na democracia. Ele mandou os melhores técnicos estudarem. E David Osborne e Ted Gaebler estudaram e escreveram o livro **Reinventando o Governo**. Eles chegaram à conclusão de que o governo não pode ser grande demais, porque não dá certo. Senador Romero, até um transatlântico grande afunda. Quem não assistiu ao filme Titanic? Titanic...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse Governo está afundando, comprometendo a nossa segurança.

Nunca tivemos uma má educação como temos hoje, assim como a saúde, Renan!

Renan, tenho uma história a contar. Como é mesmo o nome do Ministro da Saúde do PMDB? Temporal? Temporal? Não o conheço. Pode ser boa gente. Deve ser, se é Ministro. Há 40 anos sou médico-cirurgião, e o desafio a me mostrar, aqui e agora, e desafio o PMDB – ó Romero –, a me mostrarem uma próstata operada pelo SUS; a me mostrarem uma tireóide – e fiz milhares – operada pelo SUS; a me mostrarem uma duodenopancreatômia! De maneira nenhuma!

Pela tabela do SUS, Renan, é R\$2,50 a consulta. Pagam-se R\$9,00 ou R\$ 0,00 pela anestesia, e R\$ 20,00 por uma cirurgia. Uma cesariana é R\$100,00. Pode-se fazer por amizade, ou para nós, privilegiados, ou para quem tem plano de saúde ou dinheiro. Mas o Brasil vai muito mal.

E a segurança, Renan? Não me dê a nota agora. Amanhã, com sua sinceridade, dê-me uma nota para a segurança.

Romero, fui ao Chile. Ao chegar ao aeroporto, o motorista, percebendo que éramos brasileiros, perguntou: “Você não quer falar inglês, não?” Lá, todos já falam duas línguas. No Chile, são obrigatórios 12 anos de escola...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Essas são as nossas advertências.

É justo! O Presidente foi lá, tomou um banho naquela prainha em que V. Ex^a tomou, na praia do Coqueiro, Renan, lá onde V. Ex^a, em momentos, fazia uma reflexão. Lula também passou por lá e prometeu o Porto de Luís Correia, que foi iniciado por Epitácio Pessoa. Faltam US\$10 milhões, e não sai. Só promessa, só conversa.

Eu não acredito. Renan, eu acredito, se terminarem as obras inacabadas. Pense nas obras inacabadas do seu Estado, V. Ex^a, Romero, e eu, do Piauí.

Estas são as nossas palavras para o Presidente da República: termine, pelo menos, as obras inacabadas do nosso Piauí, o Porto de Luís Correia. Ele deu para a Bolívia 20 milhões. Era dinheiro suficiente para terminar o porto do nosso Estado, o único que não tem porto. A ferrovia que levou Alberto Silva, encantado, a apoiar a candidatura, está lá. Não colocaram um dormiente. Levaram os votos.

Aí você diz: Renan, qual é o povo que está livre de ser enganado?

Enganaram. O Piauí está um caos, como o caos e as dificuldades que Alagoas e o Brasil enfrentam.

Essas são as nossas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 3:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de Lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas trinta emendas à Medida Provisória.
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 16 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 27 do mesmo mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Pastor Manoel Ferreira (Bloco/PTB – RJ);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 18, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho; e
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 6 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Edison Lobão, Relator revisor da matéria.

Com a palavra V. Ex^a.

PARECER Nº 246, DE 2007 – PLEN

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa medida provisória procura abrir um crédito de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais para atender ao desenvolvimento do ensino médio na parte da educação, à recuperação de diversos segmentos de trechos rodoviários no Estado do Rio de Janeiro, bem como se destina ao atendimento das populações, vítimas de fortes chuvas que provocaram inundações e alagamentos em inúmeros municípios das Regiões Sul e Sudeste.

A medida provisória, Sr. Presidente, atende perfeitamente aos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes dela própria; por sua adequação financeira e orçamentária; e,

no mérito, como Relator, opino pela sua aprovação, nos termos exatos da proposta do Poder Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário sobre a Medida Provisória nº 344, de 5 de janeiro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$181.200.000,00, para os fins que especifica”:

Origem: Poder Executivo

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 3/2007-CN (nº 12/2007, na origem), a Medida Provisória nº 344, de 5 de janeiro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$181.200.000,00, para os fins que especifica”.

Para o Ministério da Educação, o crédito extraordinário suplementa a unidade orçamentária “Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação” – FNDE – em R\$50 milhões (27,6% do total do crédito), com a finalidade de atender a ação relacionada ao programa “0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”.

Para o Ministério dos Transportes, o crédito extraordinário suplementa a unidade orçamentária “Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes” – DNIT – em R\$31,2 milhões (17,2% do total do crédito) e visa à realização de obras rodoviárias emergenciais no estado do Rio de Janeiro (programa “1F40 – Obras Rodoviárias Emergenciais (crédito extraordinário)”).

Para o Ministério da Integração Nacional, o crédito extraordinário aberto por meio da Medida Provisória, no valor de R\$100 milhões (55,2% do total do crédito), visa a atender a ações relacionadas ao programa “Respostas aos Desastres”: ação “4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres” (R\$10 milhões) e ação “4570 – Recuperação de Danos Causados por Desastres” (R\$90 milhões).

Conforme a EM nº 5/2007, que acompanha a medida provisória, o presente crédito justifica-se pelo seguinte:

- “no tocante ao Ministério da Educação, os recursos viabilizarão o apoio aos entes da Federação com recursos para o Desenvolvimento do Ensino Médio, permitindo a melhoria de sua qualidade e a ampliação de seu aten-

dimento, de forma a tornar a Educação Básica mais efetiva para a redução das desigualdades sociais, cuja paralisação é iminente em face da impossibilidade de manutenção das escolas por parte dos Estados”;

- “no âmbito do Ministério dos Transportes, a suplementação de recursos permitirá atender despesas urgentes e relevantes de recuperação de diversos segmentos de trechos rodoviários no Estado do Rio de Janeiro, que se encontram em péssimo estado de trafegabilidade em virtude das fortes chuvas que assolaram a localidade, o que tem acarretado elevado número de acidentes e transtornos aos usuários”;

- “no Ministério da Integração Nacional, o crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas de fortes chuvas que provocaram inundações e alagamentos em municípios das Regiões Sul e Sudeste, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, fatos esses que resultaram no reconhecimento pelo Governo Federal do estado de calamidade pública ou da situação de emergência em que se encontram”.

Além disso, a EM nº 5/2007 informa que os órgãos envolvidos apresentaram as seguintes justificativas:

- “no Ministério da Educação, pelo fato de que se faz necessário o aporte de recursos a entes da federação para assegurar o cumprimento de obrigações referentes ao funcionamento de escolas públicas e ao desenvolvimento de ações complementares, de forma a eliminar tempestivamente riscos decorrentes da não-implementação dessas ações antes do início do próximo ano letivo”;

- “no âmbito do Ministério dos Transportes, é necessário impedir o agravamento da situação de trechos rodoviários no Estado do Rio de Janeiro, que se encontram em péssimo estado de trafegabilidade, com vistas a reduzir o número de acidentes e transtornos aos usuários da rodovia”;

- “no Ministério da Integração Nacional, pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e a danificação da infra-estrutura local, desastres esses que têm provocado a perda de vidas humanas, além de significativos danos materiais e ambientais”.

O crédito solicitado indica, na explicação de motivos (EM nº 5/2007), que utilizará, como fonte de recursos para a execução da despesa proposta, recursos ordinários (não-vinculados) do Tesouro Nacional.

À medida provisória foram apresentadas trinta emendas.

Em 27-2-2007, o Plenário da Câmara de Deputados concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 30; e, no mérito, pela aprovação desta MPV.

II – Voto do Relator

O parecer deverá abordar os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e do cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme art. 110 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

II.1 – Do Atendimento dos Pressupostos Constitucionais e do Mérito

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, pode-se constatar que resultam cabalmente demonstradas a urgência, a relevância e a imprevisibilidade da despesa de que cuidam os mencionados dispositivos.

II.2 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Lei nº 10.933¹, de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007), em seu art. 5º, § 11, determina que a inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial ou extraordinário, desde que esses apresentem, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

O crédito extraordinário traz uma ação não incluída no Plano Plurianual (“1F40 Obras Rodoviárias Emergenciais (Crédito Extraordinário)), que se refere

1) Com a redação dada pela Lei nº 11.318, de 5 de julho de 2006.

a investimentos para o qual não constam as informações requeridas. Além disso, caso determinada obra seja considerada plurianual e de grande vulto (cujo custo total alcance R\$10,5 milhões), tal deveria constituir ação específica, em conformidade com o disposto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.933, de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007).

Na falta de informações, presume-se que as obras emergenciais, no valor total de R\$31,2 milhões, serão integralmente executadas dentro do exercício financeiro. De qualquer forma, deve o Poder Executivo zelar para que não haja descumprimento do art. 167, § 3º, da Constituição, que veda o início de investimentos sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

No que se refere à responsabilidade fiscal, o crédito extraordinário aberto implica aumento da despesa primária autorizada pelo Congresso Nacional, o que agrava a concorrência, em razão da meta de resultado primário para o exercício de 2007, entre: i) pagamentos à conta de referido crédito; ii) pagamentos autorizados pela lei orçamentária a ser sancionada; e iii) os decorrentes de restos a pagar inscritos até dezembro de 2006.

Destaque-se que a meta de resultado primário tem sido cumprida em razão da edição de decretos que estabelecem os montantes máximos de pagamento ao longo de cada exercício.

II.3 – Do Atendimento aos Requisitos de se Expor a Motivação da Medida Provisória

A Exposição de Motivos nº 5/2007, que acompanha a medida provisória, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

Nada obstante, o presente crédito foi aberto à conta de recursos ordinários do Tesouro Nacional, mas inexistente informação quanto à utilização de arrecadação do exercício ou do superávit financeiro acumulado até dezembro de 2006.

II.4 – Da Análise das Emendas

Ao analisar as trinta emendas apresentadas ao crédito, constatamos que elas conflitam com as disposições, constitucionais legais ou regimentais, em especial com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, que estabelece, no tocante à crédito extraordinário aberto por meio de medida provisória, que “somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”. Dessa forma, tais emendas devem ser declaradas inadmitidas.

II.5 – Da Conclusão

Em razão de todo o exposto, a despeito da falta de informações exigidas pela Lei de Diretrizes Orça-

mentárias para 2007, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 344, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2007. – Senador **Edison Lobão**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Parecer preliminar do Relator revisor, Senador Edison Lobão, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, opina pela sua aprovação.

Em votação os pressupostos constitucionais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passamos agora à apreciação do mérito da matéria.

Discussão da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declare encerrada a discussão.

Passamos à votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação.) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto “não” pelas razões que já por diversas vezes enumerou: trata-se da abertura de um crédito que poderia ter sido feita por projeto de lei com regime de urgência, o que nós apoiáramos. Não há necessidade de entupir a pauta com MP. Continua o Governo a entupir a pauta com MP, e a nossa posição é votar contra. O voto dos democratas é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em votação a medida provisória. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, contra os votos do Partido Democratas, do Senador Jarbas Vasconcelos, do Senador Heráclito Fortes e do Senador Jayme Campos.

Em votação as emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

ORÇAM. - 2000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
UNIDADE - 2000 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - PB 1, 00									
FUNF	PROG/AMATICA	PROGRAMACAO/SUBTITULO/PROJETO	P E F	O P F	M O D.	F I T E	VALOR		
R-1 - BASE ESCOLARIZADO							30.004.000		
INSTRUCOES PARTICULARES									
12.351	0001.0000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA							30.000.000
12.001	0002.0000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA - NACIONAL (PROJETO EDUCACAO-BASICA)							30.000.000
TOTAL - R-1 (R-1)							30.004.000		
TOTAL - SEGURITADE							0		
TOTAL - (R-1)							30.004.000		

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se ao último item acordado:

Item 6:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas 35 emendas à Medida Provisória.
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 23 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 de março;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Milton Monti (PR – SP);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 20, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho; e
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 3 de abril.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 247, DE 2007 – PLEN

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores, a presente Medida Provisória nº 346, de 2007, abre crédito extraordinário em favor da Presidência da Re-

pública, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais.

Após análise do texto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da presente Medida Provisória nº 346, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Esse, o voto, Presidente Renan Calheiros.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – PLENÁRIO

Dispõe sobre a Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00, para os fins que especifica.”

Origem: **Poder Executivo**

Relator Revisor: Senador **Sérgio Zambiasi**

1 – Apreciação

1.1 Histórico

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$452.183.639,00, para os fins que especifica.”

A medida provisória, publicada no **DOU** em 22 de janeiro de 2007 – edição extra, abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00, com a seguinte destinação:

ORÇAMENTO FISCAL

ÓRGÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Presidência da República	20.000.000
Ministério dos Transportes	116.783.639
Ministério da Cultura	6.000.000
Ministério do Planejamento, Orçamento e	9.400.000
ÓRGÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Gestão	
Encargos Financeiros da União	300.000.000
TOTAL	452.183.639

A Medida Provisória apenas menciona que a abertura do crédito “correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional e de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional” (sic), nada mais contendo em seu texto sobre a origem circunstanciada dos recursos a serem empregados.

De acordo com a Exposição de Motivos – EM nº 9/2007/MP, de 17 de janeiro de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida Provisória em exame, o crédito tem por finalidade viabilizar ações de diversos órgãos e entidades, referentes à supervisão e controle dos procedimentos administrativos e à assunção dos encargos decorrentes do processo de extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA e de dissolução e liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

Alega a EM que o processo de liquidação da RFFSA teve início em dezembro de 1999, com previsão de conclusão em cento e oitenta dias, tendo sido o prazo sucessivamente postergado, acarretando elevado custo de manutenção. Isto causaria ainda o desembolso com o pagamento de condenações judiciais, que poderiam estar classificadas como precatórios, na forma da lei, se a liquidação tivesse sido concluída no prazo inicialmente previsto, “bem como o elevado nível da conta de prejuízos acumulados desde o início do processo.”

Quanto à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE, após historiar o longo e difícil processo de sua desestatização e a conclusão pela inviabilidade e conseqüente liquidação, relata-se que a União sucederá a Franave em dissolução/liquidação, nos direitos e obrigações, assumindo todo o ativo e passivo remanescentes, juntamente com o contencioso judicial, sob a supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com as despesas à conta da entidade liquidando e complementarmente por conta do Ministério dos Transportes.

As dotações, para cada Ministério, tem as seguintes destinações e justificativas:

Presidência da República

A Advocacia-Geral da União – AGU será a detentora da capacidade postulatória e deverá operacionalizar o contencioso judicial e extrajudicial da RFFSA, o que pode reduzir o valor das condenações judiciais impostas e das despesas relativas aos escritórios de advocacia, atualmente contratados.

Ministério dos Transportes

No que tange ao Ministério dos Transportes, os recursos tem por fim:

a) Administração direta: absorverá as atividades necessárias ao funcionamento do processo de Inventariança da RFFSA;

b) VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A – absorverá a mão-de-obra proveniente da Empresa extinta, pelo instituto da sucessão trabalhista, com a garantia dos direitos trabalhistas, objetivando a alocação de todo o contingente nos trabalhos da inventariança e em novos projetos de revitalização do setor ferroviário brasileiro;

c) ANTT – assumirá a responsabilidade pela fiscalização dos bens operacionais e gestão dos contratos de arrendamento das malhas ferroviárias, firmados pela extinta RFFSA;

d) Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT ficará incumbido da auditoria, supervisão e controle da estrutura ferroviária oriunda da extinta RFFSA, bem como do controle patrimonial e contábil dos bens operacionais vinculados aos contratos de arrendamento, dos bens não-operacionais que lhe forem transferidos e dos ativos operacionais devolvidos pelas concessionárias, na forma prevista nos contratos de arrendamento, inclusive quanto à sua destinação; adicionalmente, caber-lhe-á o cumprimento do disposto nos Termos de Ajuste de Conduta – TAC, celebrados entre a extinta RFFSA e o Ministério Público;

Ministério da Cultura

Em relação a esse Ministério, o crédito permitirá a assunção, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, da gestão e manutenção dos bens móveis e imóveis de valor histórico, artístico e cultural de propriedade da RFFSA.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esse Ministério, por meio das Secretarias do Patrimônio da União e de Recursos Humanos, responderá pela regularização e destinação dos bens imóveis e pela gestão da complementação de aposentadorias e pensões da RFFSA.

Encargos Financeiros da União – Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda

Cria-se o Fundo Contingente da extinta RFFSA, de natureza contábil, visa a assegurar transparência ao processo, especialmente no que diz respeito aos pagamentos de condenações judiciais, que não contam com o necessário depósito para garantir penhoras e outros passivos que passam à responsabilidade da União; às participações acionárias aos respectivos acionistas minoritários; às ações judiciais que imponham encargos patrimoniais à VALEC, na condição de sucessora trabalhista; às despesas necessárias para o eventual levantamento de gravames judiciais incidentes

tes sobre bens; e aos gastos operacionais relativos à regularização, administração e venda dos imóveis não-operacionais da extinta RFFSA. A parcela do crédito relativa ao fundo será alocada em ação específica em Encargos Financeiros da União – EFU.

Quanto a urgência e relevância, aventa-se que são justificadas pela necessidade de atuação imediata do Governo, tendo em vista:

a) o risco de colapso operacional dos serviços ferroviários prestados por empresas concessionárias que se utilizam da via permanente da RFFSA, em razão da possibilidade de penhora desse patrimônio, em virtude do seu endividamento;

b) a incapacidade da empresa de gerar receitas próprias para o custeio e pagamento do seu passivo;

c) a necessidade de definição de uma política para o setor ferroviário, de forma a atrair novos investimentos; e

d) a incapacidade de a Franave dar cumprimento a despesas obrigatórias, como pessoal e sentenças judiciais, dada a impossibilidade de lhe serem repassados recursos financeiros a título de subvenção econômica, além dos sérios prejuízos causados ao erário decorrentes dos altos custos de manutenção da empresa, cuja inviabilidade econômica foi comprovada.

A EM afirma ainda que a proposição está em conformidade com as disposições do art. 62, combi-

nado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e que será atendida com recursos Ordinários do Tesouro Nacional e com Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.

A EM não informa as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO 2007).

A medida provisória e seus anexos não contêm disposições alheias à matéria orçamentária de que tratam, respeitando assim o princípio da exclusividade orçamentária.

Nada consta, na EM, sobre a imprevisibilidade da despesa contida nos créditos abertos.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer sobre a matéria. Levada à tramitação na Câmara dos Deputados, o Relator naquela Casa, Deputado Milton Monti, pronunciou-se pela aprovação integral da medida provisória, na forma editada pelo Poder Executivo, inadmitindo as trinta e cinco emendas apresentadas (Parecer proferido em Plenário pelo relator designado em 22 de março de 2007).

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo, em 26 de março de 2007.

A execução das dotações abertas pelo crédito extraordinário pode ser vista no quadro abaixo:

Ação	Crédito Extraordinário	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
03.092.0580.869M.0101	20.000.000,00	20.000.000,00	16.460.681,75	4.410.974,40	4.285.458,45
04.122.0750.86AT.0101	9.400.000,00	9.400.000,00	0,00	0,00	0,00
13.391.0167.86AV.0101	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00
26.122.0225.09IX.0101	48.875.000,00	48.875.000,00	10.944.774,13	4.457.415,37	4.456.735,00
26.122.0237.09IU.0101	42.829.900,00	42.829.900,00	11.659.263,42	6.534.577,74	6.534.577,74
26.125.0224.869U.0101	3.000.000,00	3.000.000,00	580.779,44	41.620,19	28.529,67
26.273.0237.09LL.0101	1.025.000,00	1.025.000,00	400.000,00	156.427,80	156.427,80
26.783.0224.869V.0101	10.300.000,00	10.300.000,00	0,00	0,00	0,00
26.846.0225.0C30.0101	5.753.739,00	5.753.739,00	420.623,43	194.750,46	192.764,25
26.846.0901.0C31.0101	5.000.000,00	5.000.000,00	13.484,58	13.484,58	13.484,58
28.846.0909.09LK.0101	300.000.000,00	300.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Total	452.183.639,00	452.183.639,00	40.479.606,75	15.809.250,54	15.667.977,49

Fonte: Sistema SIGA Brasil, Universo LOA2007-Despesa Execução, posição em 26/03/2007

2 – Voto do Relator

O parecer deste relator abordará, em itens separados, os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e o cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme prescreve para a apreciação do Congresso Nacional o art. 5º, combinado com o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

2.1 – Do Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62. No caso em exame, o critério da imprevisibilidade, a justificar o presente crédito extraordinário, encontra-se em cada caso enunciado pelo Poder Executivo.

O pronunciamento técnico da Casa, juntado ao processado, descarta a ocorrência de imprevisibilidade em parcela das dotações abertas, com base na análise de mérito de cada uma das finalidades dos créditos respectivos.

Não obstante a análise acima, e reconhecendo a deficiência na apresentação da imprevisibilidade feita pela Exposição de Motivos, entendo que, no caso, não é conveniente ao Legislativo adentrar no mérito administrativo da cada um dos programas alcançados pela medida provisória. Ainda que não tenham sido evidenciadas a contento, no instrumento próprio, entendo deva-se abrir ao Poder Executivo o crédito da presunção em favor de sua alegação de que a despesa em tela tenha sido insuscetível de previsão anterior, possibilitando assim a abertura de crédito extraordinário.

Quanto à relevância e urgência, encontram-se cabalmente demonstradas, inclusive sem que haja qualquer objeção técnica.

Dessa forma, confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, verifico ser possível pronunciar sua admissibilidade à vista dos requisitos

de urgência, a relevância e a imprevisibilidade de que cuidam os mencionados dispositivos.

Destaco que a mesma apreciação é feita pelo parecer do relator na Câmara dos Deputados.

2.2 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A teor das disposições insertas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Não constam as informações habituais (ademais, exigidas pelo art. 63, § 5º, da LDO/2007), acerca da confirmação do cancelamento de dotações e se as mesmas são ou não provenientes de emendas parlamentares, vez que não se indica na Medida Provisória a origem dos “Recursos Ordinários do Tesouro Nacional” a serem aplicados nos créditos abertos (pelo que não se sabem se quaisquer dotações vêm de ser canceladas).

Quanto ao resultado primário, a Medida Provisória não contém o demonstrativo exigido pelo art. 63, § 14, da LDO/2007 para os projetos de lei de créditos adicionais.

O efeito negativo no resultado primário corresponde integralmente ao valor do crédito, uma vez que não se indicam quaisquer cancelamentos. Ainda que seja citado o endividamento como fonte apenas para parcela do crédito (os R\$300.000.000 do Fundo Contingente da RFFSA), todos os valores indicados como “Recursos Ordinários do Tesouro” não têm como contrapartida qualquer cancelamento dos mesmos recursos, o que implica serão contabilizados como déficit e terão de ser financiados mediante o mesmo recurso ao endividamento.

Por conseguinte, o saldo final implica em redução ao superávit primário de R\$452.183.639. Neste sentido, não se observa a iniciativa de evidenciar o cuidado elencado no mencionado artigo 63 § 14 da LDO/2007, que exige que o Poder Executivo demonstre nos projetos de lei que os créditos adicionais “não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais” da referida lei. Naturalmente, a exigência de tal demonstração implica necessariamente na vedação a que o crédito adicional solicitado mediante projeto de lei impacte o resultado primário (caso contrário, não haveria motivo para se exigir o demonstrativo). Por tal motivo, a medida proposta não se conforma à meta

fiscal prevista no art. 2º da LDO/2007. Dessa forma, o ajuste da execução do orçamento em decorrência dessas despesas será inevitável.

Não se detectam outras ressalvas frente à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005).

Verificam-se inconformidades com os termos do Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004, com alterações subseqüentes), na medida em que duas das dotações listadas no item 3.1, inc. VII, da nota técnica de adequação não foram acompanhadas dos elementos de informação exigidos pelo art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933/2004 (com a redação alterada pela Lei nº 11.318/2006) para a abertura de créditos relativos a investimento que não constem dos termos do PPA. Não obstante, diante do caráter de fato consumado do crédito, tendo aceitado sua admissibilidade, entendo incabível sua rejeição por tal motivo.

2.3 Do atendimento aos Requisitos de Motivação da Medida Provisória

A Exposição de Motivos 253/2006/MP, de 25 de outubro de 2006, que acompanha a medida provisória supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

2.4 Do Mérito

O instituto do crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender, única e exclusivamente, a programações cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam do caráter de urgência. Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata, que não se podem submeter ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do poder público. Nesse sentido, o crédito extraordinário em exame demonstra-se indubitavelmente meritório.

2.5 Da Análise das Emendas

Ao analisar as 35 emendas apresentadas ao crédito, verificamos a impossibilidade de sua aceitação. Em primeiro lugar, a matéria de crédito extraordinário, se admissível, remete aos fatos nele instituídos por sua excepcionalidade, urgência e imprevisibilidade. Somente se pode admitir emendas caso se demonstre cabalmente que tais circunstâncias assim ocorrem, o que não se demonstra nem se verifica em nenhuma delas.

Em coerência com este princípio, a Resolução CN-1/2006 introduziu em seu art. 111 disciplina extremamente rígida para o emendamento desse tipo de

crédito, tornando inadmissíveis quaisquer emendas, exceto as relativas ao texto da Medida Provisória ou que cancelem dotações. Todas as emendas submetidas a esta MP, exceto as de números 18, 26, 27 e 35, contemplam suplementação ou acréscimo de alguma dotação. Estando já em vigor a mencionada Resolução, devendo-se-lhe aplicar na presente apreciação, nenhuma das mencionadas emendas resulta admissível.

As emendas de números 18, 26 e 27 destinam-se a alterar a redação de outras Medidas Provisórias, contrariando frontalmente o artigo 4º, § 4º da Resolução 1/2002–CN, eis que tratam – por definição – de temas alheios ao objeto desta Medida Provisória.

Quanto à emenda de número 35, temos que trata de regra geral de supressão de limites ao crédito de entes subnacionais, atendidos os critérios que menciona. Neste caso, tampouco atende ao artigo 4º, § 4º, da Resolução 1/2002–CN, na medida em que o objeto da Medida Provisória é, na totalidade da forma e conteúdo, o processo de liquidação das duas mencionadas empresas estatais (RFFSA e FRANAVE), razão pela qual a emenda versa sobre matéria alheia àquela tratada na Medida Provisória.

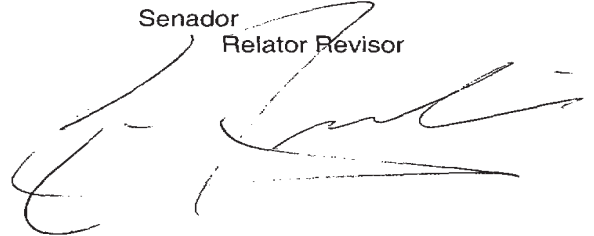
Portanto, nos termos do art. 111 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional e do artigo 4º § 4º, da Resolução 1/2002 do Congresso Nacional, devem as emendas serem inadmitidas.

2.6 Da Conclusão

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 346, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de março de 2007.

Senador
Relator Revisor



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Senador Sérgio Zambiasi, Relator revisor da matéria, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência, adequação financeira e adequação orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da Medida Provisória.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, contra os votos do Partido Democratas, do Senador Jarbas Vasconcelos e de outros Srs. Senadores.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação.) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

Votação das emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º A abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional e de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 2000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 2014 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO								
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	P P R	M G D	P R	M D O	I U	P T E	VALOR	
0500 DEFESA JURIDICA DA UNIAO									20.000.000	
		ATIVIDADES								
01 091	0500 06904	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO							20.000.000	
01 092	0500 06904 0101	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	P R	3 4	2 2	90 90	0 0	100 100	18.000.000 2.000.000	
TOTAL - FISCAL									20.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									20.000.000	

ORCAO : 39904 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39181 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E X E C U T I V O	C O N T R A T O	O B R IG A T O R I O	M O D	I M P R O P RI O	P R O P R I O	VALOR
825 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									56.618.739
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	8223 0C38	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE							5.753.739
26 846	8223 DC38 0101	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 1	1	90	0	100		5.753.739
			F 3	1	90	0	100		2.486.215
									3.267.524
26 122	8225 09DX	EXTINCAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA							48.875.888
26 122	8225 09DX 0101	EXTINCAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 1	1	90	0	100		48.875.888
			F 3	1	90	0	100		48.875.888
891 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS									5.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
26 846	8901 0C31	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA PELA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - ENTIDADE EM DISSOLUCAO/LIQUIDACAO							5.000.000
26 846	8901 DC31 0101	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DEVIDA PELA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - ENTIDADE EM DISSOLUCAO/LIQUIDACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 1	1	90	0	100		5.000.000
			F 3	1	90	0	100		5.000.000
TOTAL - FISCAL									59.628.739
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.628.739

ORÇAO : 4700 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
 UNIDADE : 4701 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINÁRIO					
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES FD	GR PD	M D	I O	F T
0750 APOIO ADMINISTRATIVO							9.400.000
		ATIVIDADES					
04 123	0750 86AT	GESTÃO DOS BENS IMÓVEIS E DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA					9.400.000
04 123	0750 86AT 0101	GESTÃO DOS BENS IMÓVEIS E DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)					9.400.000
			5	3	2	90	0 100
		TOTAL - FISCAL					9.400.000
		TOTAL - SEGURANÇA					
		TOTAL - GERAL					9.400.000

ORÇAO : 7100 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 7101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINÁRIO					
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES FD	GR PD	M D	I O	F T
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS							300.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS					
23 846	0909 001A	ENCARGOS DO FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA					300.000.000
23 846	0909 001A 0101	ENCARGOS DO FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINÁRIO)					300.000.000
			5	1	2	90	0 100
		TOTAL - FISCAL					300.000.000
		TOTAL - SEGURANÇA					0
		TOTAL - GERAL					300.000.000

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – São os seguintes os itens cuja apreciação é sobrestada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que

dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de

iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.3.2007)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica*.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5,

nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14.4.2007)

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos estados e municípios*.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

**EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na

Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).*

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do*

pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que *“dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”*.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 247-A, DE 2007

Da MESA, acerca do Requerimento nº 303, de 2007, do Senador Tasso Jereissati, que solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia esclarecimento sobre os créditos extraordinários destinados a esse Ministério, conforme Medida Provisória 338, de 29 de dezembro de 2006, no período anual de 2003 a 2007.

RELATOR: Senador

I – RELATÓRIO

O Requerimento nº 303, de 2007, de autoria do eminente Senador TASSO JEREISSATI, solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações:

- 1- Quadro consolidado dos valores totais e por empresa estatal, conforme listado abaixo, informando:
 - 1.1- O Orçamento Anual destinado às seguintes empresas estatais, com a discriminação das receitas (previstas e realizadas) e despesas (fixadas e executadas), bem como de créditos extraordinários no período 2003-2007:
 - Braspetro Oil Services Company;
 - Fronape International Company;
 - Petrobrás Internacional Braspetro BV – PIB BV;
 - Petrobrás Internacional Finance Company – PIFCO;

- Petrobrás Internacional Finance Company – PIFCO;
- Petrobrás Netherlands BV – PNBV;
- Petrobrás Transporte S.A. – TRANSPETRO;
- Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG;
- Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS.

- 1.2- As fontes de recursos que financiam as dotações orçamentárias e os créditos extraordinários;
- 1.3- As motivações que originaram os créditos extraordinários e dotações orçamentárias de cada uma das empresas no período.

De acordo com a justificação do requerimento, tais informações permitirão subsidiar a discussão e votação da MP 338, de 2006, que abre crédito extraordinário no Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 7.457.585.977,00, dos quais 94% são destinados ao Ministério de Minas e Energia.

II – ANÁLISE

O requerimento em questão, com respeito aos itens 1.1 e 1.2, encontra-se em conformidade com os dispositivos constitucionais e regimentais atinentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Do mesmo modo, o requerimento, no tocante aos itens 1.1 e 1.2, preenche os requisitos de admissibilidade constantes do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estando dirigido a autoridade ministerial competente, referido a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora.

Em termos do conteúdo, o requerimento solicita um conjunto de informações essenciais e que dizem respeito ao orçamento anual de

empresas ligadas ao transporte e prospecção de petróleo. Os itens 1.1 e 1.2 supracitados nos parecem procedentes e pertinentes, sem qualquer vício de forma, e estão relacionados, estreita e diretamente, com o assunto que se procura esclarecer. As informações sobre a abertura de créditos extraordinários ao Orçamento de Investimento, nos termos da Medida Provisória nº 338, de 2006, constituem de tal modo que o Governo Federal, na figura do Ministro de Estado de Minas e Energia, está plenamente capacitado a fornecer as respostas cabíveis.

Já no que tange ao item 1.3, entendemos que, na forma em que se encontra redigido, esse item dá margem a interpretações errôneas. Assim, com vistas a evitar imprecisões, sugerimos uma alteração em sua redação afim de preservar a real intenção da perquirição. Nesse sentido, propomos a seguinte redação:

“1.3. A justificativa técnica para a alocação dos créditos extraordinários e dotações orçamentárias de cada uma das empresas no período.”

III – VOTO

Do exposto, com base § 3º do art. 3 do Ato da Mesa nº 1 de 2001, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 303, de 2007, do eminente Senador Tasso Jereissati, desde que incorporadas as modificações sugeridas para o item 1.3.

Sala de Reuniões,

Senador Renan Calheiros, Presidente

Senador Tião Viana

Senador César Borges, Relator

Senador Gerson Camata

PARECER

Nº 247-B, DE 2007

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 116, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca de providências para implantar no País o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia.

RELATOR: Senador TIÃO VIANA

I – RELATÓRIO

O Senador Arthur Virgílio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 116, de 2007, dirigido ao senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Senador deseja obter informações acerca de providências eventualmente adotadas pelo Governo, em especial pela área de pesquisa e desenvolvimento da ciência, tendo em vista o Programa de Biotecnologia.

A justificação do requerimento alega que, na apreciação do autor, o Governo teria passado o primeiro mandato presidencial discutindo o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia sem fazer nada para assegurar condições à execução de qualquer projeto nessa área. Argumenta ainda que, tendo em vista a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, é importante conhecer

eventuais projetos em vias de implantação ou em estudos no Ministério da Ciência e Tecnologia.

II – ANÁLISE

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que rege a matéria.

III – VOTO

* À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 116, de 2007.

Sala de Reuniões,

Senador Renan Calheiros, Presidente

Senador Tião Viana, Relator

Senador Gerson Camata

Senador César Borges

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi lido na sessão anterior o Requerimento 267, de 2007, do nobre Senador Jayme Campos e outros Srs. Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do dia 3 de maio seja dedicado à comemoração dos 142 anos de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Se não houver objeção da Casa, vou submeter à votação o requerimento do nobre Senador Jayme Campos.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida, portanto, a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) Concedo a palavra, como Líder, ao Senador José Agripino.

Em seguida voltaremos à lista de oradores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos na quinta-feira e eu queria ressaltar que, com a Marcha dos Prefeitos – e hoje almocei com uns quarenta Prefeitos do meu Estado –, desde ontem tenho tido o prazer de conviver, Senadora Marisa, com Prefeitos e Prefeitas do meu Estado e com Prefeitos e Prefeitas do Brasil inteiro. Talvez tenha sido a maior Marcha de Prefeitos já realizada, e conquistaram um razoável resultado. Se é que obter o compromisso do Governo de fazer cumprir o que tinha prometido há muito tempo atrás seja benefício: o crescimento de um ponto percentual no Fundo de Participação. De qualquer maneira, melhor do que nada.

Agora, Presidente Renan, queria rememorar com V. Ex^a, aproveitando as ilustres presenças no plenário, antes da volta, Senador do Mário Couto, para os nossos Estados, fazer uma reflexão com V. Ex^{as}. Todos nós conversamos com os nossos Prefeitos, ouvimos a penúria com que estão administrando os seus municípios, as dificuldades decorrentes de pagamentos de parcelamento de INSS, por dívidas não pagas de antecessores, pagamentos de precatórios, muitos dos quais decorrentes de questões trabalhistas perdidas pela não-recorrência em tempo hábil por parte de administradores pretéritos, e evidentemente o congelamento de suas receitas pelo fato de o Fundo de Participação ser composto apenas pelo Imposto de Renda e pelo IPI e não ter nenhuma participação das chamadas contribuições PIS, Pasep, Cofins, CSLL, que são hoje

parte expressiva da receita da União, que não as reparte com os municípios.

Senador Jonas Pinheiro, se V. Ex^a conversar com seus Prefeitos – já deve ter conversado –, vai ouvir, Senador Eptácio Cafeteira, uma reclamação, entre muitas, que é candente. Trata-se da impossibilidade de continuar havendo seqüestro das contas dos Fundos de Participação para pagamento de precatórios – precatórios de questões trabalhistas e de outra natureza. Há municípios que têm 20%, 25% de sua receita seqüestrados, sem apelação, por ocasião do crédito do ICMS ou do Fundo de Participação, Senadora Marisa Serrano, retirando dos municípios exatamente aquilo que é recurso próprio, o dinheiro com que o prefeito pode atender o reclamo do cidadão.

As transferências federais têm endereço certo. O prefeito não pode fazer mais do que aquilo que está padronizado para a educação e para a saúde com as verbas vinculadas. Com recurso próprio decorrente da arrecadação ou do ISS, ou do IPTU, quando é o caso, ou do Fundo de Participação, ou *royalty*, ou da cota-parte de ICMS, o prefeito se realiza como administrador, podendo fazer o chafariz de ponta de rua, a quadrinha de esporte, a obra que o povo pede, que ele tem vontade de fazer e não tem dinheiro para realizar.

Há mais ou menos dois meses, fizemos uma reunião de Líderes, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, e elencamos seis projetos, seis matérias prioritárias para serem votadas neste primeiro semestre. Uma delas é a questão dos precatórios. Uma proposta de emenda à Constituição, baseada num trabalho feito pelo ex-Ministro Nelson Jobim, que estabelece como limite anual para pagamento de precatórios 1,5%, para municípios, e 3%, para Estados, do Orçamento anual. Isso dividido por 12 meses estabelece a cota máxima mensal. Este 1,5% para os municípios ou 3% para os Estados significa o limite máximo, assim distribuído: 40% para pagamento de precatórios referentes a questões alimentares, 60% para precatórios de todas as outras naturezas. Se isso for aprovado, Senadora Marisa Serrano, os municípios já terão certo fôlego.

Estive conversando com o Líder Arthur Virgílio, com o Líder Romero Jucá e com o Presidente Renan Calheiros há pouco, na Presidência do Senado, sobre a necessidade que temos de agilizar a votação dessa matéria, votação e aperfeiçoamento. Um dos aperfeiçoamentos que se vai discutir – e vou propô-lo – é considerar não 1,5% ou 3% do Orçamento e, sim, das receitas realizadas, para sermos justos. Isso porque 1,5% do Orçamento é de um orçamento que pode ser realizado ou não. Estabelece-se 1,5% de um valor supostamente disponível por parte do Estado ou do Município. Se for estabelecido como cota 1,5% da re-

ceita realizada do Município ou do Estado, realmente se estará definindo um valor ou um teto sobre o que o Município ou o Estado vai dispor.

O que é fato é que, numa circunstância ou na outra, temos que nos debruçar sobre esse assunto, apreciar e votar.

O Senador César Borges já havia feito inúmeras audiências públicas, já havia ouvido entidades, já havia formado um juízo sobre a matéria, mas foi obrigado – pelo fato de ter se elegido para composição da Mesa – a entregar a Relatoria ao digno Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, com quem eu acho, Presidente Renan Calheiros, que precisamos ter uma reunião urgente. Eu sugiro a V. Ex^a uma reunião de Lideranças com o Relator Valdir Raupp para nos debruçarmos sobre esse assunto, até para fazermos jus à Marcha dos Prefeitos. Eles teriam conseguido 1%, uma velha luta nossa; e terão conseguido pelas nossas mãos, de Parlamentares, uma coisa que equivale a quase este 1%: a votação do projeto dos precatórios, para que aos municípios seja dada a oportunidade de sobreviver; não é nem de luxar, de fazer aquilo que eles têm vontade, mas sobreviver.

De modo que quero, com esta minha fala e com os meus cinco minutos, fazer esta declaração, esta exposição e esta conclamação: que V. Ex^a lidere nesta próxima semana uma reunião de Líderes com o Relator, que já deve ter a matéria amadurecida, para que possamos preparar um projeto definitivo, levá-lo a votação nas Comissões e trazê-lo em caráter de urgência para este plenário, onde, seguramente, a matéria será aprovada, creio, por unanimidade dos votos dos Parlamentares de todos os partidos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Farei exatamente o que V. Ex^a acaba de recomendar, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Agripino já abordou com muita clareza essa questão do 1%. Eu tenho já uma resposta muito concreta da Bancada de Deputados do PSDB: estão dispostos a abrir, imediatamente, espaço para que se cumpra a palavra do Presidente Lula de acrescentar à receita dos municípios 1% a mais no que toca ao Fundo de Participação dos municípios. Ou seja, que ninguém diga mais que o PSDB porventura estaria atrapalhando o cumprimento da palavra presidencial, que já delonga um mandato inteiro e mais parte deste segundo mandato. A depender do PSDB, a palavra será cumprida.

Em relação à DRU, reivindicamos, pelos nossos governadores, a DRE – Desvinculação dos Recursos dos Estados, e queremos negociar isso do zero, em branco.

Em relação à CPMF, admito até que o Governo, com a sua avassaladora maioria, possa atropelar a minoria na Câmara. Mas aqui ele não tem maioria avassaladora e não atropela – e nem sei se seria minoria – a Bancada da Oposição. Já fiz a advertência com muita tranquilidade e aqui a repito, Senador José Agripino: não permitiremos que se aprove a CPMF sem o Governo fazer aquilo que também é compromisso dele, ou seja, partilhar com estados e municípios, à razão de 20% para os Estados e 10% para os municípios, os recursos da CPMF.

E mais ainda, temos uma outra exigência a colocar: que se cumpra um outro compromisso do Governo até agora em branco, em falta, que é o de se começar o descenso de maneira criteriosa, no mínimo, da alíquota da CPMF, até porque tivemos uma substancial redução da relação dívida pública/PIB, sobretudo pela nova forma de se calcular o Produto Interno Bruto, que julgo ser mais apropriada. Por isso, cobramos que, além da partilha, já se reduza, em algum “deltazinho”, a alíquota da CPMF. Isso para nós é fundamental.

Vejo uma ou outra expressão que julgo voluntarista, cheia de boa vontade, cheia de boa intenção, de um parlamentar ou outro, mas deixo bem claro que o PSDB não avaliza atitudes extremas como não permitir a prorrogação da CPMF ou da DRU (Desvinculação de Recursos da União), até porque isso seria um gesto de irresponsabilidade fiscal com o qual o meu Partido não poderia compactuar. Então, não contribuiríamos para abrir um buraco nas contas públicas de modo a que depois o Governo vivesse um quadro de ingovernabilidade, que seria ruim não para o próprio Governo, mas para a sociedade brasileira.

Nós, que queremos, sim, ajudar o Governo a aprovar mais uma vez a DRU e a CPMF, colocamos duas exigências, repito: primeira, cumprimento da palavra presidencial de partilhar a receita auferida com o imposto do cheque à razão de 20% para os Estados e 10% para os municípios; segunda exigência, a ser feita imediatamente, a redução do imposto do cheque em algum delta, para que possamos cumprir aquilo que havia sido acertado entre Lideranças da Oposição e Lideranças do Governo, por ocasião da votação da reforma tributária nesta Casa – reforma tributária que empacou na Câmara por razões alheias a nossa vontade, mas que lá continha alguns princípios modernizadores, facilitadores da arrecadação, democratizadores quanto à arrecadação e com uma sinalização de baixa da

carga tributária, não se cortando de repente recursos de que o Governo precisa para se financiar.

Não desconhecemos que o Brasil se financia de maneira cara, Senador Adelmir Santana. Não queremos imaginar que se possa de repente tornar a carga tributária brasileira compatível com a do México, se o Brasil precisa, por razões e vícios antigos, de mais recursos do que o México para se financiar. Eu lamento, mas é assim.

Eu não pediria, portanto, que fingíssemos um País de “Alice e suas maravilhas”, apenas indico que seria salutar darmos um indicativo, uma sinalização de que queremos, sim, começar. E assumiremos dois compromissos: não permitir mais a elevação da carga tributária e começar a baixá-la devagarzinho, preenchidos alguns pré-requisitos macroeconômicos.

E o exemplo pode ser dado agora, já no imposto do cheque. Partilhar com estados e municípios, sim, que estejam compromissados a investir esses recursos apenas em saúde. Apenas em saúde. Seria uma bela contribuição que daríamos todos e daria o Governo Federal também à luta por uma saúde mais justa, prestada sobre a forma de serviços ao povo brasileiro por estados e municípios.

E a outra cobrança é que se comece a baixar o imposto do cheque agora. Nada demais, um “deltazinho”.

Mas se as condições macroeconômicas piorarem, não se volta ao anterior, permanece-se naquela situação nova de imposto com cobrança menor. Aí, as condições voltam a melhorar e, se Deus quiser, não piorarão. Vamos baixando o imposto do cheque até que ele chegue à proposta do Partido dos Trabalhadores no governo passado, que é adotada por nós hoje. Só que eles queriam baixar de uma vez só, nós queremos que seja aos pouquinhos, por um absoluto compromisso de responsabilidade com o País, até chegarmos a 0,08% – uma alíquota simbólica – que serviria – e é uma boa idéia – de ajuda à Receita Federal para pilhar sonegadores, para estabelecer que pessoas são aquelas que declaram Imposto de Renda ínfimo e compram carros e iates de luxo. Seria uma ajuda fiscalizadora que o Congresso, por essa lei, forneceria à Receita Federal.

É a segunda vez que abordo essa questão da tribuna e o faço com muita tranquilidade para que amanhã não digam que houve surpresa, mas não haveremos de recuar dessa luta. Estabeleceremos, sim, aquilo que não é nem hábito desta Casa, uma obstrução muito rigorosa de tudo que é matéria a ser votada, caso haja a expectativa de o Governo Federal negar a Estados e a municípios a parte que cabe a eles na

CPMF e caso o Governo Federal insista em manter a alíquota no nível em que está.

Peço a diminuição de um “deltazinho” e não algo abrupto como se pedia no governo passado. Peço algo razoável que não vai mexer com o equilíbrio fiscal, pois me preocupo com o equilíbrio fiscal tanto quanto se preocupa com ele qualquer brasileiro responsável, qualquer brasileiro que tem sendo de responsabilidade.

Estão colocadas essas duas posições. Imagino que, já semana que vem, quando o Ministro Guido Mantega retornar da sua viagem aos Estados Unidos – S. Ex^a foi ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional – teremos ocasião de trocarmos idéias mais concretas e mais técnicas sobre isso. Mas, deixando bem claro que esta é uma pauta política sujeita a discussões técnicas, estamos abertos para discutir a desvinculação de receitas dos Estados, mas com posição muito firmada em relação a não abriremos mão de cobrar do Governo esse compromisso.

E mais, Senador José Agripino, que se abra a pauta do Congresso para ajudarmos o Presidente da República a cumprir a palavra que tão solenemente e tão expressivamente empenhou junto aos Prefeitos: um ponto percentual a mais no Fundo de Participação dos municípios. Não ousemos atrapalhar isso. O Presidente custou a cumprir sua palavra e vamos agora ajudá-lo a cumpri-la. Vamos priorizar. Vamos votar. Vamos abrir espaço.

Já combinamos com o Presidente Renan Calheiros que faremos assim. Nada será mais prioritário, Senador Mário Couto, do que isso. Vamos abrir todo o espaço porque terá a marca e a chancela da Oposição, sim, essa colaboração à solvência dos municípios. Basta um único requisito a ser cumprido: o Presidente Lula está, de fato, disposto a cumprir a palavra que empenhou no seu belo discurso aos Prefeitos. Se estiver, não será a Oposição a atrapalhar esse fato. A prioridade será zero, será abaixo de um, será total para que se ajude o Presidente a cumprir a palavra que empenhou aos municípios. E que isso fique bem claro para a Nação brasileira e para os Prefeitos que dirigem nossas mais de cinco mil cidades neste País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar de um assunto que V. Ex^{as}, nessas últimas 48 horas, já abordaram: a 10^a Marcha dos Prefeitos a Brasília.

Falo com muita paixão em relação a esse tema, porque sou municipalista, na medida em que tive a primazia de ser Prefeito da minha cidade, Várzea Grande, por três mandatos. Sou, na essência, municipalista e estarei aqui, no meu período como Senador da República, por oito anos, defendendo na trincheira os interesses dos municípios brasileiros.

Evidentemente, todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores conhecem profundamente a pobreza em que vivem nossos municípios. Temos a responsabilidade de mudar esse cenário, porque se perdurar esse quadro, com certeza teremos a falência do Setor Público Municipal deste País.

Não podemos, em hipótese alguma, Senador Mário Couto, deixar que isso aconteça, até porque a população vive nas cidades, a população naturalmente deseja e quer ter um serviço público de boa qualidade, sobretudo na educação, na saúde e no saneamento básico. E vivemos de sonhos, vivemos de esperança.

O Presidente Lula, anteontem, participou de um grande evento, com mais de três mil Prefeitos e Vereadores deste imenso País. Sua Excelência mostrou pelo menos um gesto de que, desta feita, pretende cumprir seu compromisso de aumentar o repasse do FPM em um ponto percentual. Espero que esse compromisso, Senador José Agripino, seja cumprido, até porque os Prefeitos brasileiros, lamentavelmente, já estão cheios de mentiras e de tapeações praticadas pelo Governo Federal.

Entretanto, quando vi aqui meu Líder, Senador José Agripino, o Senador Arthur Virgílio e outros tantos Senadores que passaram por esta tribuna durante essas 72 horas, pensei que é muito pouco – apenas um ponto percentual – o que o Governo Federal quer repassar para os municípios brasileiros.

Espero que esta Casa, quando o Governo voltar aqui em setembro pedindo a prorrogação da CPMF, em hipótese alguma, concorde que 100% dos recursos arrecadados com essa Contribuição continuem na mão do Governo Federal.

Não temos, Senador Arthur Virgílio, de repassar 20% para os Estados e 10% para os municípios. Temos de fazer uma divisão mais justa: 30% para os Estados e 20% para os municípios brasileiros. Bem definido, esse projeto, com certeza, será bem mais aplicado na saúde pública deste imenso País.

Fico confiante que, neste ano de 2007, o Congresso Nacional dará uma resposta positiva àqueles que moram nos mais distantes municípios deste País, que estão à mercê de uma política mais justa, sobretudo para que possamos dar a verdadeira cidadania ao povo brasileiro que mora nos municípios.

Srs. Senadores, 90% dos municípios brasileiros estão literalmente quebrados. Muitos já estão “almoçando a janta”. Alguns arrecadam 45 dias para pagar 30 dias das suas despesas. E nós não podemos continuar com esse estado de falência. Quero crer que o Senado e a Câmara, realmente, verão de outra forma.

Fiquei muito feliz, quando, anteontem, o Presidente determinou que a Bancada de sustentação do Governo na Câmara vote, com a maior velocidade possível, esse aumento de um ponto percentual do FPM. De forma que a esperança é a última que morre.

Quero crer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o voto de confiança que nós, Parlamentares e sociedade brasileira, demos a Sua Excelência, nas últimas eleições do ano passado, transformar-se-á em realidade. E espero que seja visto de uma maneira melhor, principalmente quando vejo aqui Prefeitos mendigando de pires na mão. Não! Há Prefeitos que ficam em Brasília por dez, quinze dias, à procura, muitas vezes, de pequenos recursos para arrumar uma ponte da sua região a fim de escoar a produção, para dar ao trabalhador do seu Estado, da sua cidade, a oportunidade de escoar o seu milho, o seu feijão e o seu arroz que planta.

Digo isso, porque o meu Estado tem dimensão continental, com 900 mil km². Tenho visto assentamentos que, lamentavelmente, me deixam triste e indignado. O cidadão está ali, enfrentando aquele sol da Amazônia, derramando o suor do seu rosto, com as mãos calejadas, plantando o seu arroz, o seu feijão, e, lamentavelmente, não tem condições de vir para uma cidade maior e vendê-los.

Pergunto: como vamos construir cidadania, justiça social, se não tivermos políticas públicas justas?

Por isso, faço um apelo aos Srs. Senadores, no sentido de apoiar tudo o que venha em defesa do Municipalismo brasileiro, tudo o que venha beneficiar as cidades brasileiras. Exemplificando: vemos as dificuldades por que passam as cidades brasileiras não somente na questão da saúde, da educação, do transporte.

Senadora Ideli Salvatti, por favor, ouça-me um minuto: 17% das mortes desconhecidas, conforme dados da Organização Mundial de Saúde, são fruto de falta de saneamento básico nas cidades brasileiras. Por isso temos essa co-responsabilidade de dar oportunidade a milhares de brasileiros que morrem, muitas vezes, por falta de saneamento básico. Temos de dar melhores condições e apoio às cidades brasileiras.

É um apelo que faço em nome dos Prefeitos do meu Estado e, certamente, em nome dos Prefeitos de todo este imenso País.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permita-me V. Ex^a um aparte, Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Com muita honra, Senadora.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em primeiro lugar, Senador Jayme Campos, eu queria dizer que essa questão do saneamento é muito grave. Pode até parecer absurdo, mas um Estado como o meu, o Estado de Santa Catarina, só não tem índices piores do que, se não me falha a memória, o Piauí ou o Maranhão – um desses dois Estados, não me lembro agora. Então, imaginem um Estado como Santa Catarina com índices de atendimento e de cobertura de saneamento básico nesse nível. Portanto, tudo que pudermos fazer para que a população brasileira tenha acesso a tratamento de água, a tratamento de esgoto e a tratamento dos resíduos sólidos, nós faremos. Isso é de fundamental importância para a qualidade de vida. Já está mais do que comprovado que R\$1,00 aplicado em saneamento economiza R\$4,00 na saúde. Esse é um dado oficial da Organização Mundial da Saúde. Senador Jayme Campos, houve dois momentos na Marcha dos Prefeitos em que o Presidente foi aplaudido de pé. Primeiro, foi a história do aumento de um ponto percentual do FPM, que, do meu ponto de vista, é muito pouco para a demanda e para a necessidade. O outro anúncio foi a diminuição da contrapartida nos projetos e nos convênios para acesso dos recursos, situação em que, às vezes, a Prefeitura deixa de pegar o dinheiro, embora os recursos estejam na Caixa Econômica Federal, no BNDES, porque não tem contrapartida a oferecer. O anúncio da redução da contrapartida, exatamente para atender aos casos mais graves de IDH, que são os mais preocupantes, foi muito importante. Onde está isso, Senador Jayme Campos? Está em uma emenda do PLN nº 1, que não foi votada ontem na Comissão Mista de Orçamento. Temos de votá-la para acelerar o processo e enviar o projeto ao Congresso para que, de uma vez por todas, o aprovemos. Dessa forma, os Prefeitos poderão acessar mesmo oferecendo uma contrapartida menor, como foi anunciado pelo Presidente. A ordem de Sua Excelência já foi cumprida, a emenda já foi apresenta ao PLN nº 1 e só falta nós, membros do Congresso Nacional, Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados, cumprirmos com a nossa parte e desempacar as votações. Precisamos desempacar as votações, precisamos votar de uma vez as medidas provisórias do PAC e esse PLN nº 1, que tem essa redução da contrapartida. Realizamos audiências e audiências para discutir a questão aérea, mas ao PLN nº 1, que ampliará os recursos de R\$4,3 bilhões para R\$11,2 bilhões, inclusive com obras em aeroportos, estamos amarrados e não conseguimos votá-lo. Então, vamos desempacar, Senador Jayme Campos. Parabéns pelo pronunciamento. É exatamente

te essa a atenção que temos de ter com a questão do saneamento.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senadora Ideli Salvatti.

V. Exª pode ter certeza que, como membro da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na terça-feira será votado. O Relatório do PLN nº 1 foi apresentado pelo Senador Francisco Dornelles, mas, lamentavelmente, não foi possível votá-lo porque acharam por bem que, pelo menos, os membros da Comissão tivessem conhecimento do relatório 48 ou, se possível, 72 horas antes. Mas terça-feira, com certeza, já será aprovado e, com isso, permitido. É um grande avanço. Como disse V. Exª, na verdade, muitos municípios – quase sua totalidade – não têm capacidade de dar contrapartida nos investimentos que o Governo Federal tenta ou quer passar para as cidades brasileiras.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o aparte do querido companheiro Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Jayme Campos, parabênz V. Exª pelo brilhante pronunciamento que faz em defesa dos municípios brasileiros. V. Exª conhece tão bem essa parte, como ex-Prefeito, ex-Governador, porque é um homem que tem experiência no Executivo. Diferentemente de outros, V. Exª está defendendo e vota, não fica só no discurso de prometer, no discurso de dizer que vai fazer, principalmente quando a Casa está cheia, com a presença da maioria dos Prefeitos brasileiros. Quando os Prefeitos tomam o vôo de volta para os seus municípios, aquele entusiasmo, aqueles compromissos, aquelas promessas não são cumpridas. Ouvi atentamente o aparte da Senadora. O Governo tem uma história interessante de cobrar: “Temos de votar!” Ora, temos de votar. E por que o Governo não vota? Por que o Governo não vota o aumento de um ponto percentual para resolver a questão da Marcha dos Prefeitos, que vai beneficiar todos os municípios brasileiros? E quem é que tem maioria na Comissão de Orçamento, é a Oposição ou é o Governo? O Governo, se quiser aprovar, na Comissão, qualquer matéria, não precisa nem da Oposição; se quiser aprovar, na Câmara dos Deputados, qualquer matéria, também não precisa da Oposição; e se quiser votar aqui, no Senado, também não precisa da Oposição. Não sei por que cobra que nós temos de votar. E por que o Governo não coloca sua Base no plenário, seja na Comissão de Orçamento, seja no plenário da Câmara dos Deputados, para votar? Será que somos nós, da Oposição, que temos a obrigação de sempre votar aquilo que os membros

da Base não conseguem votar? Por isso, devo dizer a V. Ex^a que esse tipo de cobrança tem de ser feita – à Senadora, que é Líder do seu Partido – à sua Bancada, com exceção do nobre Senador que ali se encontra, o amazonense João Pedro. (Pausa.) Eu pensava que V. Ex^a estava no PDT, mas V. Ex^a já está no PT. Então, veja bem, o que é que temos de entender? Faz-se necessário que o Governo cobre presença da sua Base. Estamos aqui para votar, como votamos as duas medidas provisórias; votamos sem a presença do Governo; votamos porque, em nenhum momento, os democratas, como eu, V. Ex^a e o Senador Lobão, que aqui se encontra, deixaram de estar aqui, votando pelo Brasil. Porém, lamentavelmente, esse tipo de agressão à Oposição, e que é costumeira, não constrói. Se quiserem que paremos este Congresso, faremos isso; se quiserem tentar e desafiar, vamos concordar. Vamos deixar a brincadeira de tentar vender para a opinião pública, para os nossos telespectadores, para os nossos ouvintes que a Oposição não está votando. Quem não está presente é o Governo. E a própria Senadora, que fez essa citação, acaba de sair; não está mais presente. Então, é isto que quero deixar bem claro: estamos prontos para votar pelo Brasil; prontos para receber as medidas provisórias, que estão desgastando cada vez mais este Poder, o Poder Legislativo, que está perdendo a confiança dos brasileiros. E a culpa não é do Governo, a culpa é nossa, porque o Governo tem maioria. Só vejo aqui Senadores do Governo dizerem que são contra as medidas provisórias. Mas, na hora de votar, para melhorar o trabalho legislativo, o Governo não deixa. Então é por isso que eu parabeno V. Ex^a. Esse tipo de agressão contra a Oposição é normal. Estamos preparados. Acabei de assinar a CPI do Apagão, fui exatamente o 27º, a última assinatura que se fazia necessária, ou seja, 1/3 da Casa, para que possamos também, com a ajuda do Governo – que certamente vai ajudar –, esclarecer toda essa questão do apagão, todas as denúncias comprovadas pelo Tribunal de Contas da União em relação à Infraero e tantas outras que aí se encontram. É isto que a Oposição quer fazer: ajudar o Governo, fiscalizando aqueles que erraram e que desviaram os recursos públicos deste País.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado pelo aparte.

Concedo um aparte, com muita honra, ao querido Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Meu caro amigo e representante legítimo de Mato Grosso, Jayme Campos, houve um tempo – e aqui me inspiro no aparte do Senador Efraim Morais – em que o governo não tinha maioria. O Governo Jânio Quadros era mi-

nor. O líder do governo na Câmara era o Deputado Pedro Aleixo, que freqüentemente se valia dos préstimos da oposição, mais objetivamente da Deputada Ivete Vargas, do PTB, que mostrava as coisas fundamentais de que a ação necessitava e que o governo apresentava; e até contribuía. Mas não é realmente o que está acontecendo agora. Se o Governo tem maioria e declara que tem – e, realmente, tem –, que use sua maioria para votação dos projetos do seu interesse, do interesse da Nação brasileira. E esse projeto, que diz respeito ao saneamento, é fundamental. V. Ex^a faz muito bem em vir aqui reclamar o direito dos prefeitos. É municipalista. Também sou. A Nação, de fato, começa no Município, e não em Brasília. Temos de voltar nossas atenções, portanto, ao Município, que é a célula primeira. Se o saneamento é fundamental – e é – e se, de fato, a estatística da Senadora está correta – e deve estar –, para cada R\$ 1,00 investido em saneamento, evitam-se gastos de R\$ 4,00. Então, é urgente, urgentíssimo, até por inteligência econômica, fazer com que o saneamento se processe no País inteiro. Mas o Governo que faça valer a sua maioria. Se ele tivesse minoria, quem sabe, talvez coubesse à Oposição um pouco de reflexão e até entendimento da situação. O dever da Oposição é se opor, criticar aquilo que está errado. É isso que a Oposição brasileira está fazendo. A Oposição não merece crítica do Governo, porque cumpre seu papel. Não cumpriria se fizesse o contrário. Não é papel da Oposição apoiar o Governo. O apoio ao Governo é responsabilidade das suas Bancadas. Quero cumprimentar V. Ex^a por trazer esse assunto tão importante para a vida dos municípios brasileiros. Ou cuidamos deles, ou a Nação não cresce, porque a agricultura nasce lá. Até as indústrias mais sofisticadas de automóveis, por exemplo, estão nos municípios. Não estão na União, não estão em Brasília. Vamos defender os municípios com a força e com a autenticidade com que V. Ex^a o faz. Experiente, Governador que foi, municipalista, tratou os seus municípios com o exemplo que, hoje, está trazendo ao Senado da República.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

Quero concluir minhas palavras, reiterando, aqui, minha esperança e minha confiança num dia melhor para as cidades brasileiras. Quero crer que não só a aprovação de um ponto percentual do FPM, que vai melhorar talvez, dependendo se a Bancada de aliados do Governo o faça com a maior brevidade possível, como também a CPMF, quando vier para esta Casa. O Senador Mão Santa, muitas vezes, veio a esta tribuna criticar, ou melhor, falar a verdade sobre a remuneração do médico, o que ele ganha em troca dos

serviços prestados à saúde, por meio do SUS. Imagino que, se um percentual da CPMF for transferido para os Estados, para os municípios, vai melhorar o pagamento do médico, seja ele um ginecologista ou um cirurgião. Hoje, apesar da concentração de recursos para a saúde, vindos da CPMF, lamentavelmente chega aos municípios uma migalhinha. O Governo já arrecadou 202 bilhões, que teriam de ser aplicados, certamente, na saúde deste País. Imagino que isso não tenha ocorrido, tendo em vista que a saúde no Brasil, a cada dia que passa, está ficando pior. A situação está prestes a virar uma verdadeira crise social, tanto na rede pública quanto na privada.

Para concluir minha fala, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que os Democratas, com certeza, apoiam, aqui, tudo aquilo que for de interesse do Brasil, sobretudo aquilo que for de interesse daqueles menos afortunados, principalmente quando se fala em educação, saúde e saneamento básico.

Senador Efraim Morais, quando o Fundef foi aprovado na Câmara dos Deputados, havia uma emenda de um Deputado dos Democratas propondo que se melhorasse o percentual, ou seja, nesse projeto, pedíamos que os Estados também arcassem com o pagamento dos transportes escolares para os municípios. Lamentavelmente, não foi aprovada a emenda do Deputado Federal Lira Maia, democrata do Estado do Pará.

Querido Senador Inácio Arruda, vamos esperar que esta Casa melhore esse percentual, porque, lamentavelmente, as Prefeituras não têm capacidade para fazer o pagamento do transporte escolar. Sei e reconheço que isso só será possível se a Federação contribuir. Caso contrário, milhões de crianças neste País não terão acesso à escola por falta de transporte escolar. Nunca seremos um País de Primeiro Mundo, com justiça social, se nossa população não for escolarizada. Imagino que o Governo Lula não deseje isso para o povo brasileiro, sobretudo para o futuro de nossas crianças.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário e Augusto Botelho, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Efraim Morais.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, tentarei falar em menos tempo, para que o Senador Inácio Arruda também possa usar a palavra.

Acabamos de ouvir o pronunciamento do Senador Jayme Campos a respeito não só do saneamento, mas, principalmente, da emenda relacionada ao transporte escolar, matéria que, anteontem, foi derrotada na Câmara dos Deputados pela Base do Governo. Não entenderam os Srs. Parlamentares a tão consagrada 10ª Marcha dos Prefeitos, que vieram buscar mais recursos para seus municípios. Na presença de todos, o Governo negou melhores condições, para que se pudesse fazer o transporte escolar dos nossos jovens e das nossas crianças, principalmente da zona rural para a zona urbana dos municípios brasileiros.

Minha preocupação, Senador Jayme Campos, é a de que, amanhã, possamos ser responsabilizados pela sociedade por qualquer acidente ou morte, pois temos observado, nas principais televisões deste País e nos jornais, na mídia de forma geral, fotos e reportagens em que aparecem transportes de toda qualidade para essa juventude. Ontem, foi negada exatamente uma melhor qualidade de transporte para a juventude brasileira, que não é da Oposição, nem do Governo e que quer garantias para estudar. Acima de tudo, observamos que essa situação deixa o pai e a mãe de família intranquilos na sua residência, devido à baixa qualidade do serviço que vem sendo prestado, consequência da falta de repasse de recursos do Governo Federal.

O que se queria era simples: igualdade do valor repassado para os municípios e para os Estados. Queríamos que essa transferência fosse feita de fundo para fundo, a fim de que os Prefeitos pudessem, realmente, fazer esse trabalho com melhor qualidade e com mais segurança.

Ouvi muito bem o que disse o Senador Inácio Arruda e, é claro, concordo com ele. Tenho a convicção, Senador, de que, aqui, vamos mudar essa realidade. No Senado Federal, não acontecerá o mesmo que na Câmara dos Deputados, pois vamos aprovar essa emenda e, talvez, até melhorá-la, para que possamos garantir não aos Prefeitos, mas aos estudantes brasileiros aquilo que desejamos: acima de tudo, segurança e tranquilidade no transporte dessas crianças.

Portanto, sou totalmente solidário com sua preocupação, Senador Jayme Campos, e, tenho certeza, ela será de toda a Casa quando, na próxima semana, começarmos a discutir essa matéria. Nós a aprovaremos, e, aí, sim, espero que a Câmara dos Deputados – da qual tive a honra de fazer parte, assim como o Senador Inácio Arruda e muitos outros companheiros – reafirme nossa decisão. Nós, que somos a Casa re-

visora, estamos aqui exatamente para fazer esse tipo de revisão, para melhorar a qualidade dos projetos que aqui chegam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, tratarei de assunto que diz respeito ao Brasil, a todos nós, à História deste País.

Oficialmente extinto em fevereiro de 2002, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), se ainda estivesse atuante, teria completado 61 anos de existência no final do ano passado e seria, com toda certeza, uma respeitável autarquia sexagenária. Criado por um decreto-lei em 27 de dezembro de 1945, o DNER conseguiu a proeza de estender, por todo o território nacional, nada menos do que 51 mil quilômetros de estradas pavimentadas e 14 mil quilômetros de rodovias...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Desculpe-me.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a de-seja um aparte, Senador Gilvam Borges?

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Aceito apartear V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Peço que aguarde um pouco e terei o prazer de conceder um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Eu declino.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Criado por um decreto-lei em 27 de dezembro de 1945, o DNER conseguiu a proeza de estender, por todo o território nacional, nada menos do que 51 mil quilômetros de estradas pavimentadas e 14 mil quilômetros de rodovias, com o objetivo de robustecer a integração nacional e de favorecer o desenvolvimento econômico do País.

Senador Mão Santa, foi tão concreta a presença do DNER no Brasil inteiro – materializada nos segmentos e entroncamentos rodoviários, interligados entre si e às malhas rodoviárias estaduais e municipais –, que se tinha a impressão de estar diante de gigantescas artérias, ligadas a centenas de veias e vasos sanguíneos. V. Ex^a, que é médico, sabe muito bem disso, Senador Mão Santa. Essas grandes estradas – que, vistas do alto, alcançavam todos os quadrantes do espaço geográfico do nosso território – asseguraram a unidade da Nação e a integração de nosso imenso território.

Não à toa, Sr. Presidente, pesquisas revelavam, há alguns anos, que a marca DNER era mais lembrada pela população que a Petrobras e ficava em segundo lugar na memória popular, atrás apenas da Coca-Cola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável a situação dos antigos integrantes dos quadros do extinto DNER, que, hoje, encontram-se em merecido

gozo de suas aposentadorias. Acontece que, com a extinção do DNER, o Ministério dos Transportes ficou com a responsabilidade do pagamento dos servidores inativos e dos pensionistas do extinto órgão, que foram enormemente prejudicados em relação aos servidores redistribuídos para o DNIT. Estes últimos foram contemplados com o Plano Especial de Cargos, por meio da Lei nº 1.171, de 2-7-2005, enquanto os aposentados e pensionistas aguardam, até hoje, que o Ministério do Planejamento aprecie uma minuta de projeto de lei, a ser encaminhada ao Congresso, criando a carreira de Gestão e Políticas de Transportes e do Plano Especial de Cargos do Ministério dos Transportes. Desde abril do ano passado, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa minuta de projeto de lei encontra-se naquele Ministério. Desnecessário dizer que não há garantias de que sua tramitação, aqui dentro do Congresso, será feita com a velocidade que a urgência do assunto exige.

Enquanto isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, os que fizeram do DNER uma marca tão apreciada e reconhecida por todo o Brasil e contribuíram de maneira tão decisiva para a integração do nosso território amargam um salário de vergonha. Não, realmente, não se trata de servidores bem remunerados choramingando por salários mais e mais altos.

Trago ao conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores alguns números, para que façam sua própria avaliação do estado dessas famílias. Enquanto um servidor de nível auxiliar, em início de carreira, no DNIT, tem um vencimento básico de R\$909,57 – que também é pouco –, um servidor de nível superior, aposentado no final da carreira do extinto DNER, recebe exatos R\$565,45 como vencimento básico.

Vou repetir, para que V. Ex^{as} atentem bem para o que está acontecendo: enquanto um servidor de nível auxiliar recebe R\$909,57 – no meu entender, ainda é pouco pelo trabalho que desenvolve no DNIT –, um servidor de nível superior, que se aposentou no final de carreira do extinto DNER, em 2005, recebe apenas R\$565,45. Notem, por favor, Sr^{as} e Srs. Senadores, a desproporção apresentada nesse comparativo. Em outras palavras, um servidor aposentado no fim de carreira do DNER recebe, a título de vencimento básico, pouco mais da metade do que recebe um servidor recém-ingresso no DNIT.

Quando comparamos servidores de mesmo nível hierárquico, a disparidade torna-se vexatória. Um servidor inativo de nível superior, que se consagrou por anos e anos ao antigo DNER, percebe, como já disse, R\$565,45, enquanto um servidor, também de nível superior, no fim de carreira do DNIT – também acho pouco – tem direito a R\$3.472,34 de vencimento

básico. Em termos percentuais, Senador Mão Santa, a diferença é de 600%!

Sr. Presidente, essa situação é insustentável. Constitui verdadeira aberração verificar que um servidor que tenha dedicado toda a sua vida a uma instituição esteja, hoje, assistindo a seus sucedâneos ganharem um vencimento básico seis vezes superior ao seu!

Quando comparamos o salário total dos servidores – não apenas o vencimento básico –, a situação muda muito pouco. Um servidor aposentado do extinto DNER recebe, no máximo, R\$1.995,17 – valor máximo que recebe um funcionário de nível superior do extinto DNER –, enquanto seu correspondente no DNIT pode receber até R\$6.032,29, ou seja, cerca de três vezes mais!

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, desta tribuna, expressar minha preocupação com a situação dos servidores aposentados do DNER e solidarizar-me com eles. Quero também clamar ao Ministério dos Transportes, para que este órgão termine, rapidamente, a preparação da minuta de projeto de lei que criará o Plano de Carreira a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Solicito ainda aos nobres Parlamentares que sejamos céleres em votar pela aprovação desse Projeto de Lei, tão logo chegue a esta Casa.

É de se ressaltar, por fim, Sr. Presidente, que, quando há interesse por parte do Poder Executivo, os projetos andam a toque de caixa e, no mais das vezes, quase na maioria das vezes, são encaminhados ao Congresso Nacional por meio de medida provisória. No entanto, no presente caso, os servidores inativos e os pensionistas do extinto DNER aguardam, há mais de ano, a boa vontade do Ministério dos Transportes em reparar essa injustiça, vivenciando uma situação de penúria, incompatível com os relevantes serviços prestados ao Brasil.

Sr. Presidente, é lamentável a insensibilidade, a falta de humanidade por parte dos que fazem o Ministério dos Transportes. Aqui, fui bem claro quando disse que, quando o Governo quer, quando interessa ao Governo, nem sequer são enviados para cá projetos de lei. O que vem para cá, Senador Gilvam Borges, é medida provisória, que passa a vigorar imediatamente após sua publicação.

Por isso, faço esse apelo ao Governo do Presidente Lula e aos companheiros camaradas do Ministério dos Transportes. Espero que, estando à frente do Ministério um companheiro nosso, o Senador Alfredo Nascimento, cuja sensibilidade conhecemos, S. Ex^a retome esse assunto, para que, juntos, possamos garantir justiça a esses homens e a essas mulheres que fizeram a história deste Brasil, que construíram a história deste Brasil desde 1945, abrindo estradas, construindo

de estradas, interligando todas as regiões deste País. Que possamos fazer justiça às mãos trabalhadoras e ao coração grande dessa gente, desse povo!

Portanto, deixo aqui meu apelo. Talvez, poucos neste País tivessem conhecimento dessa situação; talvez, poucas Sr^{as} Senadoras e poucos Srs. Senadores soubessem disso.

Sr. Presidente, por fim, quero registrar meus agradecimentos aos companheiros do DNER da Paraíba, por intermédio do seu Diretor da ASDNER – PB, Carlos Martins, e ao Vice-Diretor, José Fábio e Silva, que me trouxeram essa matéria e que me pediram para que eu dela desse conhecimento às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores. Como disse o Senador Jayme Campos há pouco, aqui estamos para fiscalizar, para pedir, para reclamar.

E que a Base do Governo, que está com tanta vontade de votar matérias que digam respeito ao Brasil e aos brasileiros, também não se preocupe só com os marajás, com os grandes salários, porque, mais uma vez, neste Governo, parece-me que os aposentados vão continuar pagando a conta!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Efraim Moraes.

Com a palavra, agora, pela Liderança do PCdoB, o Senador Inácio Arruda, do Estado do Ceará.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

Aproveito a oportunidade para prorrogar a sessão por mais vinte minutos, concedendo dez minutos a V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, e dez minutos ao Senador Gilvam Borges.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o tema que pretendo trazer à tribuna, gostaria de comentar a respeito da votação do Fundeb, já na Câmara dos Deputados, da medida provisória que regulamenta essa importante ampliação, que era antes o Fundef, agora Fundeb, uma conquista para a educação no País.

Tenho a opinião de que vamos aprimorar a matéria no Senado, porque a emenda submetida à apreciação da Câmara do Deputados foi muito examinada, muito discutida, envolvendo um trabalho de esforço. Digo isso porque tive a oportunidade de discutir com Prefeitos e com Deputados da base do Governo e da Oposição a fim de encontrar a melhor maneira de aproveitar a emenda, mas não foi possível, porque havia algo que me parecia vício de inconstitucionalidade. Eu disse: “Podemos corrigir isso com o Relator no Senado”. E penso que temos condições de fazer isso no Senado da República, tranquilamente, em um bom acordo entre a base do Governo e a Oposição, em benefício da população, dos

estudantes, e, evidentemente, da administração pública municipal, que é o nosso grande objetivo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados – é que voltamos à Câmara, momentaneamente; eu e o Senador Efraim Morais a recordamos aqui exatamente em função dos debates de medidas provisórias –, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste 13 de abril, uma sexta-feira, Fortaleza completa 281 anos de existência. Foi exatamente assim, como disse o autor de seu hino, também Deputado Federal: “junto à sombra dos muros do forte” que, há quase 281 anos, a “pequena semente nasceu”. Nasceu vila, em 13 de abril de 1726, Fortaleza.

Neste breve registro do aniversário dos seus 281 anos, faço uma homenagem àquele povo, ao povo dessa cidade que alcança 2,4 milhões de habitantes, Senador Mão Santa, V. Ex^a que teve a oportunidade de estudar naquela cidade e fazer ali seu curso de Medicina, juntamente com Valton Miranda e tantos outros profissionais que hoje são, digamos, pontas-de-lança da Medicina do meu Estado e também do Piauí.

Aquela cidade cresceu muito. Recebeu milhares de cearenses de todos os municípios e milhares de brasileiros de outros Estados, que ali habitam. Hoje, não apenas do Ceará e do Nordeste. Nós, que praticávamos o êxodo sempre em direção ao Norte e ao Sul, hoje recebemos sulistas e nortistas de volta para o Ceará, de volta para Fortaleza.

Fortaleza é uma cidade bonita, uma cidade de praias de águas quentes. O historiador grego Heródoto descreveu o Egito como uma espécie de dádiva do Nilo. O historiador José Liberal de Castro, professor catedrático do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, afirmou que Fortaleza, apesar de ser cortada por dois rios, era uma dádiva dos ventos. Ventos fortes que hoje possibilitam que o Ceará tenha uma das maiores jazidas de energia eólica do País. Não só o Ceará, mas também Estados vizinhos como Rio Grande do Norte e Paraíba. Ele afirmou isso em seu livro **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza**, em que descreve o povoamento da nossa cidade.

Por se achar estrategicamente localizada abaixo da linha do Equador, ao longo de suaves e belos contornos litorâneos, às margens do rio Pajeú, Fortaleza é a rota mais curta do Brasil para a Europa, para os Estados Unidos, para o Cone Sul e para a África. Fica apenas a seis horas e meia de vôo, além de estar a meio caminho para se chegar a outros Estados brasileiros.

Fortaleza é uma espécie de “portão internacional” aéreo e marítimo da América do Sul, seja para turismo, negócios ou eventos.

Cantada como “irmã do sol e do mar”, Fortaleza é exuberante em sua natureza. Recebe em sua região

metropolitana 16 bacias hidrográficas, sendo as mais importantes as dos rios Ceará, Pacoti, Cocó e Maranguapinho. Juntas, elas somam a extensão de 336 quilômetros quadrados. A cidade ainda acolhe sete lagoas de médio porte: Messejana, Parangaba, Maraponga, Mondubim, Opaia, Pajuçara e Jaçanaú.

De relevo leve e suave e ruas de ângulo reto, principalmente no centro, Fortaleza é uma cidade de fácil orientação para os que a visitam, geralmente atraídos pelo seu “clima de eterno verão”, adornado por uma amena e constante brisa que vem do mar “e das ondas que o sol ilumina”.

Historicamente, de 1860 a 1930, Fortaleza viveu movimentos sociais e culturais marcantes, como o movimento abolicionista, nas décadas de 1870 e 1880, que culminou com a libertação dos escravos no Ceará, em 25 de março de 1884, quatro anos antes de a abolição ser oficialmente decretada em todo o País, em 13 de maio de 1888. Francisco José do Nascimento, também conhecido como Chico da Matilde ou ainda como Dragão do Mar, liderou a participação dos jangadeiros no movimento abolicionista, negando-se a fazer o desembarque de escravos no Porto de Fortaleza.

O movimento literário Padaria Espiritual, surgido em 1892, foi pioneiro na divulgação de idéias modernas na literatura do Brasil. Outras entidades da época foram o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras, respectivamente fundados em 1887 e 1894.

A cidade continua crescendo. É uma cidade muito bonita, mas, ao mesmo tempo, sua população é muito carente, tem muitas necessidades que eu quero agregar a este meu pronunciamento.

É motivo de festa seu aniversário, e temos que exaltar suas qualidades e belezas naturais. Nós a chamamos de “loira desposada do sol”. Trata-se de eterno verão, com muito sol – às vezes causticante – em cima do seu povo. E ali, entre os 2,4 milhões de habitantes, a maioria esmagadora ainda é de gente pobre, muito pobre. Uma grande parte mora em condições subumanas.

As bacias dos seus rios, as 16 bacias hidrográficas que chegam principalmente pelos rios Cocó e Maranguapinho, receberam a grande população que veio do interior do Ceará, principalmente, e que mora em condições subumanas, inadequadas. E essas condições subumanas e inadequadas são, digamos – falando de rios e de morar à margem dos rios –, leite fácil e natural para recrutar dezenas, centenas, milhares de pessoas, jovens, homens e mulheres, que, ao desalento do desemprego, servem também à marginalidade na nossa capital.

Então, a cidade que cresce e que fica bonita aos olhos dos visitantes também tem um contingente razoável de pessoas penalizadas por um desenvolvimento absolutamente desigual, absolutamente concentrador

da riqueza. A nossa capital, que é a quarta maior cidade do Brasil, a segunda maior do Nordeste brasileiro, uma cidade absolutamente exuberante, concentra muita desigualdade, Sr. Presidente, muita, muita desigualdade.

E não fossem esses momentos que estamos vivendo em nosso País, de mais alento com o desenvolvimento, não fosse essa quase ordem unida colocada em marcha pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu, em nosso Estado, 71% dos votos nesta eleição, que abriu caminhos novos, mas posso dizer que agora, com o Plano de Aceleração do Crescimento, acabamos de receber o apoio do Presidente da República para recuperar a bacia destes dois rios, o Maranguapinho e o Cocó, que cortam a cidade de Fortaleza de ponta a ponta, num investimento de R\$320 milhões em obra que será construída pelo Governo do Estado e que atende Fortaleza e mais três municípios da região metropolitana.

Fortaleza mesma receberá uma obra de transporte coletivo chamado Transfor, um investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que será comandado pela Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, que vem governando, com muita sabedoria, a nossa cidade, com o nosso apoio, também um investimento de grande porte, de cerca de US\$150 milhões, para permitir que o povo seja transportado com mais qualidade, porque é transporte exatamente para essa parcela mais pobre da população da cidade de Fortaleza.

Também fruto desse Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Lula autorizou que recuperássemos, na cidade de Fortaleza, algo em torno de nove lagoas. A população, quando começa o período de estiagem, vai ocupando as margens da lagoa, que vai ficando aterrada, e, quando vem o início do período de chuvas, as famílias ficam dentro d'água.

Então, agora estamos num processo de recuperar essas lagoas, que são muito importantes para a cidade. Ressalte-se que a população mais pobre, necessitada de espaço para morar, praticamente teve que ocupar aquela área. E posso falar, com muita tranquilidade, desse assunto, porque tive oportunidade de dirigir a Federação de Associações de Moradores de Bairros e Favelas, como Presidente durante dois anos e Diretor por seis anos. Portanto, conheço profundamente essa realidade do nosso Município de Fortaleza, o que significam as favelas da nossa cidade. Onde elas existem? Exatamente na margem do rio Cocó e do rio Maranguapinho, dentro das lagoas, que agora passam por esse processo de recuperação. É um investimento caro, porque é preciso proceder à drenagem dos rios, à recuperação das casas e à pavimentação do local. É um investimento de grande custo que está sendo feito, agora, no Governo Lula, com a aplicação de recursos

na administração municipal, para que esta possa recuperar as lagoas e fazer todo o trabalho de drenagem e de recuperação da bacia hidrográfica dos rios Maranguapinho e Cocó. É um investimento de peso.

Logo, no aniversário de 281 anos da cidade de Fortaleza, podemos comemorar, dizendo que começou um trabalho de aceleração do desenvolvimento. Não me refiro ao crescimento, porque o crescimento de Fortaleza vem ocorrendo há muitos anos, de forma acentuada. E, há um curto espaço de tempo, 40 anos de diferença – posso tranqüilamente referir-me ao Senador Mão Santa, que estudou ali durante muitos anos, quando a população ainda era pequenina; V. Ex^a é jovem, mas passou por ali há 40 anos, não é verdade? –, aquela população era de 450, 500 mil habitantes. Era essa a população de Fortaleza.

Então, em 40 anos, Sr. Presidente, saímos de 450 mil habitantes para 2,4 milhões. Sinceramente, não há infra-estrutura, não há condições de uma cidade, em 40 anos, sair de 450 mil para 2,4 milhões de habitantes. É uma explosão demográfica sem igual, sem precedentes, para uma cidade como Fortaleza.

Mas é da nossa responsabilidade. Nós, como Deputados, Senadores, homens públicos, temos que encontrar um meio para permitir a melhoria da qualidade de vida do povo da nossa cidade, ao completar 281 anos.

Meu caro Mão Santa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Inácio, V. Ex^a me faz lembrar José de Alencar, descrevendo as belezas do Ceará, de Fortaleza.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Iracema corria de Ipu até Messejana.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Iracema, lábios de mel, Ubirajara, Lucíola, tudo aquilo de José de Alencar, Rachel de Queiroz... V. Ex^a está muito poético, recordando os verdes mares bravios, as brancas dunas, os ventos que nos acariciam, o sol que nos tosta a todos e os rios que abraçam o povo e a gente. Fortaleza é isso tudo que V. Ex^a diz. Sem dúvida nenhuma, eu queria contar aquilo que são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem – quem disse isso foi Sófocles, não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, por gentileza.

Senador Edison Lobão, gostaria que V. Ex^a socorresse a Mesa e viesse até aqui.

Continue o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Muitas são as maravilhas da natureza, dessa cidade encantadora, que encanta a todos. Eu, particularmente, a primeira vez em que a vi foi quando chegou Nossa Senhora de Fátima. Aquele bairro não existia. Minha mãe, terceira franciscana, saiu lá de Parnaíba e ia parando: Sobral...

Onde se parava, rezava-se. E onde hoje é o Bairro de Fátima não existia nada. Conheço desde aí. Depois estudei, interno num colégio cearense, São João, na Faculdade de Medicina. Mas eu ia dizer que o mais importante é a gente. Logicamente, a mulher é simbolizada por Iracema. Mas vou dizer do homem, do cearense, desse Dragão do Mar: o homem que teve coragem de não aceitar transportar os negros que eram vendidos e trazidos nas pequenas embarcações; o homem que fomos buscar lá no Piauí, a fim de fazer a Batalha do Jenipapo, a guerra lá de Campo Maior, para expulsar os portugueses. Fomos buscar cearenses, em Viçosa e Granja, para expulsar os portugueses; quem nos comandou foi um cearense. Mas esse homem bravo, aquele sertanejo que, antes de tudo, é um bravo, queria definir: Juscelino Kubitschek de Oliveira – não sei onde V. Ex^a estava –, nos últimos dias, no apagar do seu governo, visitou Fortaleza. Estudante, no pré-vestibular, e, atraído pela política e por aquela figura sorridente, eu o acompanhei na Faculdade de Direito. Lá vaiaram Juscelino Kubitschek, porque o cearense é, sobretudo, um moleque no bom sentido, um gozador. Lembro que, quando éramos estudantes, choveu no Ceará, estávamos todos na Praça do Ferreira. Quando o sol saiu, vaiaram o sol. O cearense é esse espírito crítico de lutador. Mas Juscelino Kubitschek saiu de lá, foi tomar café num abrigo. Não sei se V. Ex^a é do tempo do abrigo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Nasci naquela época.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – No Pedrão da Bananada, do Ceará. Havia um bar do torcedor do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Do Pedro. É verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, Juscelino Kubitschek. A Assembléia, bem próxima à Praça do Ferreira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Exatamente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aqueles engravatados, como nós, em torno de Juscelino. E um caboclo, aquele do chapéu de couro, que estão combatendo na Câmara: não deixam o pobre coitado botar o chapéu. Lembro que ele estava lá e quis aproximar-se, mas não conseguiu. Juscelino, sorridente, tomando café, e ele não conseguia aproximar-se. Ele falou: “Ô, Presidente, pai d’égua!” Esse é o linguajar, a coragem, a força do bravo cearense, que V. Ex^a representa no que há de melhor: na luta, na bravura, na honestidade e na honradez.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, peço que acolha meu pronunciamento no seu inteiro teor.

Também lembro outras figuras, literatos, homens que tratavam da construção da estrada-de-ferro e, ao mesmo tempo, escreviam. Eram escritores, poetas que registraram esses momentos históricos da construção da cidade de Fortaleza. Lembro-me de um livro delicioso de Otacílio de Azevedo, **Fortaleza descalça**, e de um mais recente, do jornalista Paulo Linhares, **Fortaleza, Cidade de Água e Sal**; as crônicas permanentes, aos domingos, do geógrafo espetacular José Borzacchiello da Silva, que escreve sistematicamente sobre esse crescimento da cidade, sobre essa explosão demográfica, que mostra a concentração da riqueza em um pedaço da cidade e aquele alastramento enorme da população mais pobre, quase que apartada da cidade de Fortaleza. Hoje há a necessidade de encontrarmos caminhos para um desenvolvimento mais igual da cidade. Se não fizermos isso, ao concentrarmos mais e aumentarmos mais as desigualdades, estaremos criando um fosso social sem precedentes.

Neste momento do aniversário da cidade de Fortaleza, ao cantá-la, ao elevar essa bela cidade do nosso País, temos também que mostrar as dificuldades e tratar de enfrentar os problemas que ela contém ainda em seu seio. Acho que é assim que temos que ajudar, e convidar e convocar o nosso Governo, o Governo de Lula e juntar forças e energias entre o Governo de Lula e o Governo de Cid Gomes, no Estado do Ceará, e o Governo da nossa Prefeita Luizianne Lins. Se juntarmos essas energias, esses três Governos, conseguiremos transformar a bela cidade de Fortaleza numa cidade com grande qualidade de vida para o seu povo, porque é assim que ela será atraente para todos os seus visitantes, mais atraente. Se ela é atraente, se tem grande qualidade de vida para aqueles que ali vivem todos os dias, ela chamará mais ainda o povo do Brasil inteiro e de fora do nosso País.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu gostaria de trazer hoje para homenagear essa bela cidade onde tive a felicidade de nascer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges e Edison Lobão, sucessivamente..

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini por cinco minutos.

Em seguida, falará o eminente Senador Gilvam Borges.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria

de, em breves palavras, fazer uma avaliação do que representou a X Marcha dos Prefeitos. E venho aqui com o sentimento de quem participou da I Marcha, que viu esse movimento crescer, que viu essa união de forças, representadas pelos prefeitos, se consolidando para reivindicar os seus direitos, reivindicar mais apoio, mais valorização para os seus municípios.

É bem verdade que para muitas das reivindicações aqui trazidas voltamos ainda sem respostas, mas já podemos contabilizar o compromisso do Senhor Presidente em garantir o acréscimo de um ponto percentual ao FPM, luta que já vem de três anos.

E queremos também o compromisso, que é meu e, tenho certeza, de S. Ex^{as} Senadoras e Senadores, no sentido de que o projeto que trata da redução do índice de endividamento com os precatórios seja realmente aprovado e agilizado, porque muitos dos municípios passam por situações difíceis, quando os prefeitos, ao assumirem, herdam dívidas imensas de administrações passadas, e, por decisões judiciais, esse dinheiro é seqüestrado, faltando recursos para as necessidades básicas, Senador Mão Santa – e V. Ex^a que conhece de perto a nossa realidade, a realidade da sua Parnaíba, que é semelhante à de tantos e tantos municípios. Ficam faltando recursos para as necessidades básicas, para atender a saúde, a educação, para promover mais desenvolvimento nos municípios.

Então, essa nossa luta municipalista é a luta de quem quer um Brasil forte, de quem quer um Brasil realmente acelerando no desenvolvimento, mas isso passa pela valorização e pelo fortalecimento de cada município, esteja ele onde estiver, em qualquer recanto deste País, grande, médio ou pequeno. Todos merecem a atenção e o respeito, porque é lá onde vive o cidadão.

Temos também uma preocupação maior: a educação. Urge mudar esse quadro. Uma análise feita pela Prova Brasil, pelo Enem, mostra que ainda estamos muito distantes de chegarmos ao patamar que realmente seja aceitável no que diz respeito ao aproveitamento da educação.

Vamos ter agora essa oportunidade com o Fundeb? O Fundeb, que foi tão discutido, analisado, que já é uma consequência do Fundef, que, na realidade, trouxe mais condições para o investimento na educação? Há uma preocupação: os valores que serão repassados a cada nível educacional deixam muito a desejar com relação às creches e à pré-escola.

Então, levanto a minha voz para que todos saibam que temos a constante preocupação de que os valores relacionados ao investimento em creches e em educação infantil sejam maiores, já que o que foi aprovado é insuficiente. E a creche e a pré-escola são o começo da vida educacional; são os pequenos que precisam

de uma atenção maior, de maior apoio, de um suporte maior para o seu desenvolvimento. Se a educação não for apoiada na sua base, no início, se ela não tiver esse apoio maior, não teremos realmente condições de crescer e termos uma melhoria na educação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a enriquece este Congresso. Está na Presidência o Senador Edison Lobão, um extraordinário homem público, que fez talvez o melhor Governo. Não vou dizer que ele é o melhor da história do Maranhão, mas está entre os melhores, e sou testemunha. Estamos frustrados porque essa extraordinária Senadora foi três vezes prefeita. No organograma imaginado por Montesquieu, na divisão de poderes... Aliás, entendo que não seja poder, mas instrumentos da democracia: instrumento da Justiça, instrumento do Legislativo, instrumento do Executivo. O poder é do povo que trabalha e paga a conta – assim eu entendo. Mas, como ia dizendo, de todo esse organograma, o mais importante é a célula, é o prefeito. O mais importante. Administrar a sua mãe, sua esposa, seus filhos, a cidade; só o Prefeito. E esta mulher... E tem ainda a vantagem de ser mulher, que é o sexo mais valoroso, mais decente, mais correto. Esse negócio de dizer que somos sexo forte é uma fraqueza nossa. Forte foi a mulher de Pilatos; forte foi Verônica; as três Marias; foram aquelas três que viram e anunciaram que Cristo ressuscitou. Forte é Rosalba, três vezes prefeita. Não três vezes prefeita, extraordinária prefeita. Daí o voo que ela deu. Ela não é nem tucana, mas voou. Voou lá da prefeitura para o Senado da República. Então essa é a experiência que V. Ex^a tem, de vitoriosa, de conhecedora da realidade administrativa nesse momento que estão aí apavorados milhares de prefeitos, sem rumo, porque não têm recursos. E V. Ex^a toca o ponto fundamental: a vaidade do Presidente da República. Não sei. Eu gosto do Lula. Votei no Lula na primeira vez – mas é porque é como Thomas Merton disse: “Nenhum homem é uma ilha”; ele não é uma ilha, mas ele é rodeado por aqueles aloprados que levam para ele a mentira. Olha, este País foi estruturado, tinha a LBA. Eu fui prefeito, e não havia nenhuma criança na rua, porque se criava creche. Era fácil se criar. Tanto é que, quando eu saí da minha prefeitura, fui Governador do Estado e tirei 93,84%, e não é porque sou melhor do que os outros, mas porque obedecia a Constituição que mandava dar 21,5% para os prefeitos. Hoje reduziram os impostos, criaram uma lei para dividir com o Estado e com os fundos constitucionais, nessas contribuições em que

o Município é garfado; sempre sobrando. V. Ex^a tem a ensinar a valorização deste agente que é o mais importante da democracia: o Prefeito. V. Ex^a está aí para nos ensinar e para dar melhores rumos ao Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Com a permissão de V. Ex^a, quero dizer que estamos aqui com a presença da Prefeita Maria de Fátima Rosado, conhecida como Fafá Rosado, Prefeita da cidade de Mossoró, que continua o trabalho que eu vinha realizando pela cidade, e também da Prefeita Maria Miriam da cidade de Tabuleiro Grande. Na minha eleição para o Senado, essas duas mulheres foram decisivas: na cidade de Mossoró, tive 84%; e, na cidade da Prefeita Maria Miriam, 88% dos votos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já é uma característica no Rio Grande do Norte a força do trabalho da mulher. O Estado é governado por uma mulher, a Governadora Wilma de Faria. Tivemos a primeira Deputada Estadual do Brasil; tivemos a primeira Prefeita do Brasil; e o primeiro voto feminino, que marcou essa luta e que foi um marco para que pudéssemos estar aqui. Isso porque, além de votarmos, foi possível sermos também votadas e, assim, contribuímos, com a nossa luta, com a nossa experiência e com a nossa sensibilidade, para, se Deus quiser, engrandecermos este País, fazendo com que, Senador Mão Santa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as nossas crianças tenham realmente a atenção e o respeito que lhes são devidos. E isso passa pelos caminhos da educação.

Sem educação e sem darmos às nossas crianças, desde o primeiro dia em que elas entram para o processo educacional – da creche para a escola –, toda a atenção e todo o apoio, com certeza não teremos condições de termos uma base educacional que fará com que essas crianças possam, no decorrer de toda a sua existência, engrandecer, com o seu talento e com a sua inteligência, a cidadania da paz, fazendo do Brasil um país forte e democrático como todos nós sonhamos e queremos.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – A Presidência dá as boas-vindas às ilustres Prefeitas do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges, registrando que esta é uma Casa que se orgulha de ter, entre os seus ilustres membros, Prefeitos do calibre do Senador Mão Santa, que foi, da sua cidade Parnaíba, um notável Prefeito; e, sem dúvida também, a Prefeita Rosalba Ciarlini.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, primeiro consulto qual a disponibilidade de tempo que este orador pode ter para se conter ou se expandir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 28 de março ocupei esta tribuna para chamar a atenção das autoridades quanto à paralisação que a Polícia Federal fazia naquele dia por todo o Brasil. Naquele momento, exibi, aos meus nobres Pares, cópia do documento assinado pelo então Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, comprometendo-se a pagar 60% de reajuste aos policiais federais, dividido em duas parcelas. Em junho de 2006, o Governo pagou a primeira parcela; a segunda, prevista para o mês de dezembro de 2006, não foi paga até agora.

Ontem, representantes de diversas categorias da Polícia Federal tomaram “chá de cadeira” de mais de duas horas no Ministério do Planejamento. O Ministro Paulo Bernardo simplesmente não os recebeu. Crime de responsabilidade! Crime de falta de aptidão para o cargo, pois uma greve do porte que podemos ter, da Polícia Federal, em todos os aeroportos, em todos os setores importantes da vida, da segurança nacional, da Federação, pode ter desdobramentos, e isso fere de morte a autoridade do Governo Federal, reflete diretamente no nosso líder maior do Poder Executivo nacional, do Governo Federal, o Presidente, ao qual damos sustentação política nesta Casa.

Não se pode tratar da forma como foi tratada, negligentemente, a questão da grave luta dos seis meses de apagões aéreos por todo o País. Negligência, falta de aptidão, falta de compromisso com uma crise que não deveria ter acontecido, mas aconteceu. E agora o Ministro acha que não pode receber diretores do segmento de segurança pública simplesmente porque está mal-humorado ou perdeu o apetite, o desejo de ser o que é, um Ministro de alta patente, com responsabilidades grandes.

Hoje, Sr. Presidente, o jornalista Claudio Humberto comenta, em seu prestigiado *site* que “o Governo parece querer greve na Polícia Federal”, e a colunista Dora Kramer, do jornal **O Estado de S. Paulo**, diz:

O Governo Federal leva a Polícia Federal em banho-maria, evitando cumprir o acordo salarial firmado há um ano com o então Ministro da Justiça, (o honrado ex-Ministro) Márcio Thomaz Bastos. A primeira parcela foi paga, faltam 30% dos 60% prometidos. Os policiais têm feito protestos e advertências na forma de operações-padrão pontuais, a insatisfação cresce e a carruagem vai andando pelo mesmo caminho que deu no motim dos controladores de voo. (Ao qual me referi minutos antes no meu pronunciamento.)

Então, Sr. Presidente, torno a alertar para o perigo dessa operação banho-maria, que não seria bem banho-maria, mas uma operação de irresponsabilidade, falta de apetite e de compromisso com o serviço público que está sendo adotada em relação à Polícia Federal e a outras instituições importantes deste País, em momento especialmente delicado da vida nacional, quando campeiam a violência e a insegurança urbana.

Não estou tão-somente defendendo reposição de perda salarial para uma categoria. Estou chamando atenção para o perigo de um documento assinado pelo Ministro da Justiça de nosso País não valer mais do que um risco n'água. Se não se pode confiar na assinatura de um Ministro, que fala por todo o Governo, em quem se há de confiar, Sr. Presidente? Se a perda de confiança já é profunda na sociedade amapaense, todos os Poderes estão em cheque, sem poder dar a resposta necessária para o desenvolvimento da Nação. Na área social, estamos em colapso: saúde, segurança pública, educação. Estamos em colapso.

Estamos em uma guerra civil, Sr. Presidente. A Polícia Federal, com a reputação que tem, com policiais devidamente concursados, treinados, aperfeiçoados, que garantem uma posição estratégica na segurança nacional, ameaça fazer greve? Então, abrem-se novas fronteiras de greve: Polícia Militar, Polícia Civil. Há uma desorganização completa. E a Nação não pode perder a credibilidade de maneira alguma.

Sr. Presidente, quero apelar novamente ao Presidente Lula, que esteve conosco na residência do Presidente da Casa em um encontro com a Base aliada e forte do nosso valoroso PMDB. Lá, o Presidente Lula estava, como sempre, convicto, simpático, determinado. Mas uma andorinha só não faz verão. É necessário um esforço coletivo, uma disposição dos colaboradores mais próximos do Presidente em gerir e em administrar as demandas importantes.

Como pode o Ministro do Planejamento ter um comportamento tão indelicado, mal-educado e irresponsável? Como? O que lhe custaria dar uma palavra a esse segmento importante, não só pelo mérito do compromisso assumido pelo Governo Federal, mas principalmente pelo que pode significar?

Quero chamar a atenção da direção nacional do segmento da Polícia Federal, que administra os interesses da corporação. Pode-se perceber que não funciona brincar de vaivém. Portanto, deve ser firme a decisão. Esperar com mais prudência para o último diálogo e então partir para o instrumento que defende os interesses da categoria e dos servidores. Sim, isso é muito importante. Precisamos de equilíbrio neste País.

Mão Santa, V. Ex^a está compenetrado nesta hora, observando um simples pronunciamento de alerta.

Sr. Presidente, sabe o que foi o apagão? Irresponsabilidade, falta de tino, de capacidade político-administrativa. Não poderíamos estar passando por essa vergonha, que, graças a Deus, está aparentemente sob controle.

Agora, imaginem o País com uma pauta de discussão nacional, todos os dias, na casa das famílias, aqui no Parlamento, nas ruas, nos logradouros públicos, em todos os cantos, com um único assunto: insegurança.

Imaginem greves desencadeadas por falta de um diálogo, por falta de responsabilidade de atendimento, Senador Mão Santa! Imaginem se todas as polícias começarem a cruzar os braços, porque, além de desaparelhadas, desassistidas e mal remuneradas, não têm o respeito de quem deveriam ter para o diálogo, para o cumprimento. Isso é um crime.

Compreendo que V. Ex^a, Senador Mão Santa, é o guardião do plenário. Só restamos nós dois – eu e V. Ex^a – e o Presidente, que, bravamente e com competência, administra esta sessão. V. Ex^a, neste momento, como já o conheço, dá alguns cochilos estratégicos, mas agora sabe que é preciso estar alerta.

V. Ex^a sabe o que aconteceu na Câmara, agora, o absurdo e a violência que fizeram com um representante do povo! Fizeram o Parlamentar, o Mão Branca, tirar o chapéu. Ora, é mais do que justo aquele homem, que veio do seio do seu povo, estar com o chapéu na cabeça – ele cumpriu o Regimento da Casa, vestindo terno e gravata –, simbolizando um segmento. O chapéu não ofende ninguém. Só se alguma coisa pudesse levantar o chapéu. Mas não é o caso do Deputado. Ele teria, Senador Mão Santa, o direito de usar o chapéu, porque já não vivemos como no século passado, em que o chapéu era moda e tirar o chapéu era um ato de reverência, de respeito. Mas não, o chapéu representa o vaqueiro.

V. Ex^a se lembra do seu colega que tinha o grupo Chapéu de Couro, no Piauí? Como era o nome do Governador?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam, V. Ex^a, com sua inteligência...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas quero saber, Senador Mão Santa, se V. Ex^a está solidário com o Deputado Mão Branca. V. Ex^a é o próximo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiro, quero prestar solidariedade a V. Ex^a pela preocupação com a greve iminente da Polícia Federal.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – E o desdobramento disso, Excelência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós vivemos no momento uma barbárie. Aqui está concorrendo em morte com o Iraque. É verdade, Senador Edison Lobão. No Rio de Janeiro, houve 596 homicídios em janeiro, 10% a mais do que no ano anterior. Quer dizer, o Gover-

no de nosso colega e amigo Sérgio Cabral conseguiu superar em 10% o número de assassinatos ocorridos no Governo de Rosinha Garotinho. Para que V. Ex^a tenha uma noção, no Iraque, em janeiro, morreram 1.800 pessoas. Agora, se somarmos o Rio de Janeiro com os outros Estados do Brasil, estaremos concorrendo com o Iraque. Neste momento de violência, a preocupação do Senador Gilvam Borges é sábia. É como Platão ensinou: “Seja ousado, mas não em demasia”. O Governo está sendo ousado em demasia, não respeitando esta instituição. Senador Gilvam Borges, admiro a formação cultural do Chile. Acho que é o País mais civilizado das Américas – em segundo lugar é o Canadá, em terceiro, os Estados Unidos e, em quarto, a Argentina. Quando lá nós andamos, o povo diz, Senador Edison Lobão: “A polícia daqui não é corrupta”. Qual a brasileira e o brasileiro que podem dizer isso? A Polícia Federal está salvaguardando nossa tranquilidade, pela sua formação, que tão bem o Senador Gilvam descreveu uma formação acadêmica e virtuosa, está mantendo a todo custo essa ordem e progresso. Se essa Polícia Federal parar, vamos acabar vencendo o Iraque, em número de assassinatos. Daí a preocupação de V. Ex^a. Também nos solidarizamos com o chapéu. Foi um momento intempestivo e de nervosismo da Câmara Federal, porque cada um tem de se respeitar. V. Ex^a mesmo tem o hábito de usar, por comodidade e por cultura, o seu chinelo, e todos nós admiramos e respeitamos a sua maneira. Então, se o cantor de forró eleito pelo povo é estereotipado com aquele chapéu de couro, para nós não significa cangaceiro. De maneira nenhuma! Significa o vaqueiro. Lembro-me, e o Senador Edison Lobão conhece, de que, no primeiro governo de Alberto Silva, a equipe de Governo chamava-se equipe do chapéu de couro, que simbolizava o Governo de Alberto Silva. Não vejo que isso diminua, pelo contrário, é uma tradição que simboliza e aproxima o vaqueiro, que traduz a nossa origem de homem trabalhador e do campo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a percebe que as minhas considerações nesta noite já começam a dar sinais de encerramento.

Queria que V. Ex^a me permitisse concluir meu raciocínio para dizer que são das pequenas centelhas que se fazem os grandes incêndios. E para uma grande caminhada, há um primeiro passo.

Não é importante uma avaliação imediata do momento, mas, sim, uma avaliação do futuro sobre o que um gesto como esse pode significar. O desdobramento tem uma instabilidade. Em algumas capitais ou na maioria das nossas capitais, das nossas cidades há um sentimento de guerra civil.

Daqui desta tribuna, 60% a 70% dos pronunciamentos e das proposições, neste primeiro semestre, tratam exclusivamente de segurança pública.

Faço um apelo ao Presidente Lula que ligue para o Ministro para que receba a categoria e diga simplesmente que não é possível cumprir o acordo, porque o Governo não tem recursos para o momento; mas que poderão assegurar os recursos a partir das arrecadações propostas para o segundo semestre.

Tenho certeza de que, pelo grau de responsabilidade com o País, há possibilidade de um entendimento concreto. Só que não pode ser mais avalizado por nenhum Ministro. Um próximo acordo terá de ser avalizado pelo próprio Presidente Lula.

Se o Presidente Lula tivesse gerenciado essa crise do apagão aéreo, se tirasse dois dias da agenda dele, não teria acontecido isso.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao Ministro Paulo Bernardo para que não faça isso. Isso é vergonhoso, isso é negligência, é falta de compromisso. Se está doente, se está com problema de coluna, se está com depressão, se está estressado, se está sobrecarregado – sei que a vida é grande, que as dificuldades são muitas, que as demandas são muitas – socorra-se da assessoria, peça uma licença de trinta dias para se tratar; mas não exponha o País a uma crise que pode acontecer. Pode acontecer, sim, uma crise profunda que já estamos vivenciando na segurança pública.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Mão Santa, que me prestigia nesta noite, que sei das suas travessuras da adolescência, quando aqui se referiu que cangaço fica realmente com estereótipo negativo. Mas V. Ex^a, quando era adolescente, – eu sei – tinha o sonho de seguir os passos de Lampião. Graças a Deus, desviou-se para o caminho do estudo, conseguindo, realmente, uma profissão que lhe credenciou a prestar um serviço ao seu amado povo do Piauí.

Ser cangaceiro, Senador Mão Santa, não é vergonha, sei que eram coisas da adolescência, V. Ex^a sempre sonhou ser um cangaceiro das caatingas do Piauí.

Encerro meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Sobre a Mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados.

É lido o seguinte:

SGM/P Nº 388/2007

Brasília, 29 de março de 2007

Senhor Presidente,

Em aditamento ao OF nº 168/2007-SGM/P, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os

membro dessa Casa que, em conformidade com o Ato Conjunto nº 2 de 2007, e de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, deverão compor a Comissão Mista Especial destinada a “acompanhar,

monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

TITULARES

SUPLENTE

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

DR. ADILSON SOARES
FERNANDO FERRO
IRAN BARBOSA
PAULO PIAU
REBECCA GARCIA
ROSE DE FREITAS

HOMERO PEREIRA
LELO COIMBRA
LEONARDO MONTEIRO
MOACIR MICHELETTI
PAULO TEIXEIRA
RICARDO BARROS

PSDB/PFL/PPS

AUGUSTO CARVALHO
EDUARDO GOMES
LUIZ CARREIRA

ANTONIO CARLOS MENDES THAME
JORGE KHOURY
MARINA MAGGESSI

PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN

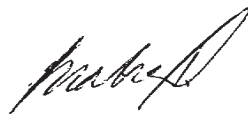
RODRIGO ROLLEMBERG
SEBASTIÃO BALA ROCHA

MARIA HELENA
PERPÉtua ALMEIDA

PV

SARNEY FILHO

FERNANDO GABEIRA


O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– A Presidência designa os Srs. Senadores Raimundo Colombo, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Valter Pereira e Joaquim Roriz para compor a Comissão Mista Especial criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2007, para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Passa-se à apreciação do requerimento do Senador Sérgio Zambiasi, lido no expediente, de autorização para desempenho de missão, Requerimento nº 340, de 2007.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a autorização solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo não investe tudo que deveria”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, de 6 de Janeiro de 2007.

A matéria destaca que mais uma vez o Governo Federal reteve em seus cofres no ano passado os recursos destinados à prevenção de desastres decorrentes das chuvas que todo início do ano assolam a Região Sudeste do País. A matéria cita que o Siafi, sistema de Acompanhamento Financeiro do Governo Federal, acusa a liberação de apenas 33,2% da verba destinada ao Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e desastres.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

DATA: 06/01/2007

DESCASO ■ Verba para prevenir desastres ficou retida Governo não investe tudo o que deveria

Sérgio Pardellas

■ BRASÍLIA. Descaso repetido, tragédias revividas. Mais uma vez, o governo federal reteve em seus cofres no ano passado os recursos destinados à prevenção de desastres decorrentes das chuvas que todo início de ano assolam a Região Sudeste do país.

De acordo com o Sistema de Acompanhamento Financeiro do Governo Federal (Siafi), em 2006 o Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres, responsável por realizar obras preventivas como a contenção de encostas e a canalização de córregos gastou apenas 33,2% da verba disponível no Orçamento. O levantamento foi feito pela associação Contas Abertas, a pedido do JB.

A dotação autorizada no Orçamento era de R\$ 110 milhões, mas só foram liberados R\$ 8,1 milhões. Considerados ainda os restos a pagar de anos anteriores, o valor retido sobe para R\$ 36 milhões, o que ainda é muito pouco diante das deficiências das cidades na preven-

ção de desastres causados por chuvas e outros fenômenos naturais.

A situação é precária a tal ponto que, nos quatro Estados da região Sudeste, 29 pessoas morreram nos últimos cinco dias.

Região mais afetada pelas chuvas, a Sudeste foi uma das que mais sofreram pela retenção do dinheiro em Brasília. Para Minas Gerais, do total de R\$ 2,1 milhões disponíveis para "Apoio a

A dotação no Orçamento era de R\$ 110 milhões, mas só foram liberados R\$ 8,1 milhões.

Obras Preventivas de Desastre", apenas R\$ 7 mil foram liberados. Em São Paulo foram aplicados apenas R\$ 2,8 milhões dos R\$ 13,8 milhões previstos no Orçamento. No Rio de Janeiro, municípios que mais sofrem nesta época do ano com a ação das chuvas não receberam um centavo sequer. É o caso de Petrópolis, Laje do Muriaé e Miracema. Iguaba

Grande só recebeu R\$ 975.

O Siafi mostra que, em 2006, o governo preferiu remediar a prevenir. Os programas "Respostas aos Desastres" e "Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres", que atuam nas emergências e no socorro às vítimas, liberou em 2006, do total de R\$ 181 milhões empenhados, R\$ 128 milhões. Sendo que R\$ 51 milhões saíram do Orçamento deste ano. O restante é referente aos chamados restos a pagar. Ou seja: dívidas acumuladas e não pagas em anos anteriores.

– Houve um duplo descuido: o primeiro, ao contingenciar os recursos. O segundo: há uma grande falta de preparo para analisar e resolver questões urgentes que são vistas como problemas de longo prazo, como o aquecimento global – criticou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), integrante de uma Comissão na Câmara que estudou, no último ano, os efeitos no país de fenômenos climáticos como o El Niño.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Bush em visita”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 09 de março de 2007.

A matéria destaca que, influenciada pelos interesses da comunidade cubana instalada nos Estados Unidos, a política de Washington para a região foi um misto de indiferença e imperícia. Ainda segundo a matéria, é a queda de barreiras e subsídios agrícolas e não o assistencialismo, a agenda que importa no combate à pobreza global.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bush em visita

A queda de barreiras e subsídios agrícolas, e não o assistencialismo, é a agenda que importa no combate à pobreza global

POR MUITO tempo a administração do presidente George W. Bush, que hoje visita São Paulo, reservou à América Latina uma diplomacia negligente. Influenciada demais pelos interesses da comunidade de origem cubana instalada nos Estados Unidos, a política de Washington para a região foi um misto de indiferença e imperícia.

São visíveis, porém, os sinais recentes de mudança na orientação que levou a Casa Branca, por exemplo, a apoiar uma tentativa de golpe na Venezuela em 2002. A nomeação do pragmático Thomas Shannon como chefe da diplomacia para a América Latina, em meados de 2005, deu início a essa transição.

Decerto a reorientação diplomática já merece críticas, como a visão de que a ascensão de regimes nacionalistas no hemisfério foi favorecida pela falta de assistência dos EUA aos pobres da região. Chega a ser patético, por exemplo, o “pacote” de ações assistencialistas, incluindo o envio de um navio-hospital e cursos grátis de inglês, com que Bush pretendeu brindar os latino-americanos antes de iniciar sua visita a cinco países da região.

Ainda assim, é muito melhor,

para a América Latina, estar diante de um interlocutor capaz de discernir entre Lula, Chávez, Fidel, Morales e Kirchner.

No caso do Brasil, a maior atenção dedicada pelo governo Bush não se explica apenas por considerações de ordem político-ideológica. Mais que um ator capaz de contrabalançar o radicalismo chavista, aos olhos de Washington o governo brasileiro tornou-se o representante de uma potência do agronegócio.

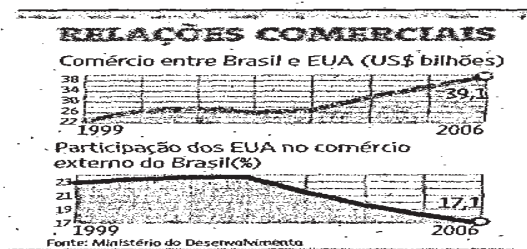
A pujança das exportações de produtos do campo (e da mineração) transformou o Brasil num grande fornecedor em escala global. Como o país ampliou e diversificou seus clientes pelo mundo, ficou menos dependente do

mercado americano, apesar de o comércio com os EUA ter dobrado nos últimos oito anos.

Ator global no agronegócio, o Brasil negocia diretamente com americanos e europeus na Rodada Doha de liberalização comercial. Do

mesmo modo, as atenções se voltam aos produtores brasileiros de álcool quando os EUA anunciam a mudança de sua matriz energética a favor dos biocombustíveis, como estratégia para depender menos do petróleo.

Tanto na agenda de Doha como na do álcool a hipocrisia do mundo rico se manifesta. A redução de barreiras e subsídios agrícolas no Primeiro Mundo é talvez o meio mais poderoso à mão para combater a pobreza no planeta. A política da esmola é preciso antepor a do desenvolvimento — e o Brasil tem um papel a cumprir nesse debate.



O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo derruba CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 21 de março de 2007.

A matéria destaca que o governo Lula derrotou a oposição e conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um recurso contra a instalação da CPI do apagão aéreo na Casa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GAZETA MERCANTIL

POLÍTICA

CÂMARA

Governo derruba CPI do Apagão Aéreo

*A oposição tem
retaliado bloqueando
as votações em
plenário; o PAC fica
em segundo plano*

REUTERS
BRASILIA

O governo derrotou a oposição e conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), nesta terça-feira, recurso contra a instalação da CPI do apagão aéreo na Casa. O placar da votação foi de 39 a 20. O recurso, que levou a oposição a obstruir as votações na Câmara, segue agora para o plenário.

“Vamos continuar obstruindo até a decisão do Supremo Tribunal Federal. Perdemos a batalha, mas não a guerra”, disse o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), referindo-se ao mandado de segurança no STF, reivindicando o direito da minoria de instalar a CPI.

Há uma semana a oposição recorre a manobras regimentais para impedir as votações no plenário e nas comissões da Casa, tentando adiar a decisão da

A disputa política nos últimos dias impediu a votação de matérias da chamada “agenda

positiva” do governo, entre elas medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) fez um discurso na CCJ pedindo tanto a oposição quanto ao governo para não transformar o assunto em divergências políticas. “É preciso parar de fazer jogo em torno de 154 mortos”, disse ele, referindo-se ao acidente com o Boeing da GOL, em setembro do ano passado, que acabou funcionando como estopim da crise do setor aéreo no País.

CCJ até que o Supremo julgasse o mandado de segurança. “Não dá nem para conversar com um clima desses. Enquanto a oposição atuar a base de gritos e tapas na mesa, dificilmente conseguiremos diálogo para alguma coisa”, disse o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) transformou-se no principal refém da disputa

política entre oposição e governo. O impasse sobre a criação da “CPI do apagão aéreo” pode atrasar a deliberação do programa em mais uma semana, avaliam lideranças políticas da Câmara.

“A semana está encrencada. Não sei se haverá brecha para votar nove medidas provisórias do PAC e um projeto de lei que tranca a pauta em caráter de urgência”, disse o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), nesta terça-feira.

Representantes do Palácio do Planalto no Congresso alegam que os adversários não estão interessados em apurar as causas da crise na aviação civil, mas em desgastar o governo.

Na segunda-feira, a oposição propôs um acordo: suspender na CCJ a votação do requerimento do governo aniquilando a CPI até que o STF analise o mérito do mandado de segurança. O governo recusou. Teme que a suspensão leve a Corte a deliberar em favor das legendas oposicionistas.

O PAC tem uma agenda longa e polêmica. Todas as MPs que integram o programa perdem a eficácia em 1º de junho. Alguns relatores ainda não finalizaram seu parecer, outro ingrediente que impede o avanço dessas propostas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PEC das agências preocupa o governo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 22 de março de 2007.

A matéria destaca que, a Proposta de Emenda Constitucional, PEC, aprovada no início do mês em primeiro turno pelo Senado, que insere na Constituição o princípio da autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira das agências reguladoras, não agrada o governo. Segundo a matéria, o Executivo não abre mão de definir os objetivos estratégicos do País nos

setores regulados, como telecomunicações, energia e transportes, e vai rediscutir a proposta.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B10 | ECONOMIA | QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

INFRA-ESTRUTURA

PEC das agências preocupa o governo

Para Paulo Bernardo, autonomia contida na proposta invade atribuições do Executivo

**Renata Veríssimo
Gerusa Marques**
BRASÍLIA

O governo está preocupado com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), aprovada no início do mês em primeiro turno pelo Senado, que insere na Constituição o princípio da autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira das agências reguladoras. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse, ao **Estado** que a PEC não agrada ao governo. Se-

gundo ele, o Executivo não abre mão de definir os objetivos estratégicos do País nos setores regulados, como telecomunicações, energia e transportes, e vai rediscutir a proposta.

A PEC – de autoria do senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE) – foi aprovada após acordo entre governo e oposição. Antes de ser encaminhada à Câmara, terá de ser aprovada em segundo turno no plenário do Senado.

A definição das atribuições de cada órgão é o grande embate do governo com as agências, segundo Paulo Bernardo. Para ele, quem traça os objetivos es-

tratégicos do País não é a agência, mas o Executivo. “É uma tarefa delegada ao presidente da República, que foi eleito. A agência vai fiscalizar, garantir que as políticas sejam implementadas de acordo com a lei, ver se o concessionário não presta um serviço de má qualidade.”

Paulo Bernardo disse que constitucionalizar a competência e autonomia, inclusive financeira, das agências seria o mesmo que tratá-las como “ente federativo separado, como se fosse um município”. O ministro chama atenção para o fato de que o governo define os recursos que devem ser repassados às agências, que, de acordo com a proposta, “não teriam que dar satisfação para ninguém”. “Isso precisa ser discutido de forma mais moderada.”

Quando foi fechado o acordo com a oposição, o governo deu sinais de que havia modificado sua posição em relação às agências, que, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passaram por um processo de fragilização, com interferências políticas e contingenciamento de verbas. A PEC foi saudada, inclusive por senado-

res da oposição, como um instrumento importante para garantir a segurança jurídica para os investimentos nos setores regulados.

A relação do governo Lula com as agências reguladoras sempre foi muito conturbada. As brigas entre agências e ministérios começaram logo em 2003, quando o então ministro das Comunicações, Miro Teixeira, criticou o reajuste das tarifas telefônicas calculado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Em 2004, o governo mandou ao Congresso um projeto de lei para reestruturar os órgãos reguladores que aumentava o controle do Executivo sobre as agências. As mais polêmicas transferiam aos ministérios a concessão de serviços públicos (telefonia e energia) e criavam um contrato de gestão condicionando a liberação de recursos para as agências ao cumprimento de metas. O projeto não foi votado, mas em janeiro foi reabilitado e incluído entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Voar não é com os dinossauros”, de autoria do senador Jorge Bornhausen do PFL de Santa Catarina, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 12 de fevereiro do corrente.

Em seu artigo, o senador analisa a crise aérea por que passa o país a cada feriado prolongado e responsabiliza a incompetência administrativa da Infraero dominada pela ideologia de militantes do PT, que tem

umas política estatizante e monopolista, considerados pelo Senador, “dinossauros pré-diluvianos”.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Voar não é com os dinossauros

A TÉ QUE havia dinossauros voadores. Nessa onda de idealização gráfica da Pré-História, nem sempre se sabe se as gravuras dos monstros alados são pura imaginação de desenhistas ou se obedecem a critérios científicos da reconstituição a partir de fósseis e de pegadas prodigiosamente preservadas.

É verdade que os dinossauros aparentemente apresentam formas muito aerodinâmicas, mas a fantasia é livre para fazê-los voar. Já não se pode dizer o mesmo dos dinossauros da economia, pelo menos no Brasil.

A atual crise do transporte aéreo é uma demonstração de que o anacronismo dos nossos pré-diluvianos, estatizantes e monopolistas contraria até seus remotos ancestrais —que deviam voar mal, porém voavam.

O apagão aéreo que se repete no país a cada fim de semana prolongado, com blecautes anunciados, e que se tornou ameaça permanente aos brasileiros é produto de uma radical recusa aos princípios da teoria econômica e da ranhetice de burocratas estatizantes, dinossauros redivivos.

Estamos diante de uma conjugação espantosa de erros que demonstram a incapacidade do Estado para gerir um sistema simples no seu enunciado.

Quando os instrumentos de que o Estado dispõe para intervenção direta no processo —Agência Nacional de Aviação Civil, o sistema de controle de vôos e a Infraero— se mostram impotentes, a sociedade está desamparada diante de uma mentalidade anacrônica e perversa.

A nova onda de vôos atrasados e cancelados está sendo anunciada com a fatalidade com que se espera, como no refrão da canção popular, “quando o Carnaval chegar”.

Por que uma atividade econômica tão complexa, tão exigente de capitais, tão tecnologicamente atualizada, tão necessária às operações fundamentais da produção e consumo, assim como do intercâmbio científico e cultural, da comunicação e do lazer torna-se refém do caos?

JORGE BORNHAUSEN

Seguramente, a culpa não é dos usuários, grandes vítimas.

Já não se pode dizer o mesmo do sistema, que é baseado em concessões do Estado.

Mas, quando se registram desastres —como a insanidade de construir aeroportos deixando de implantar concomitantemente pistas para pou-

O apagão aéreo de todo fim de semana prolongado é produto da ranhetice de burocratas estatizantes, dinossauros redivivos

sos e decolagens dos aviões, como aconteceu nas obras de modernização—, não temos só demonstrações de incompetência administrativa. Temos indicações da causa do colapso.

Com a Infraero dominada pela ideologia dos dinossauros, a empresa esquece seus fins e se torna refém da geração de cargos de confiança para seus aliados políticos e pelas concorrências milionárias de obras e serviços que animam a generosidade de potenciais contribuintes das campanhas de arrecadação de recursos, nem sempre destinados, como estimula a legislação, aos partidos e campanhas eleitorais.

Os dinossauros implantaram uma moderna e luxuosa estação de passageiros no antigo aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e só depois da inauguração lembraram —ou foram alertados pelo apagão do transporte aéreo nacional— que faltava construir as pistas de pouso e decolagem.

Moral da história: boa parte da capacidade de operação do novo aeroporto ficará prejudicada para que se construam, tardiamente, as novas pistas e se restaurem as antigas, que precisam ser atualizadas.

Todos os argumentos em defesa da Infraero como estatal —especialmente seu papel de Robin Hood, como dizem, de arrecadar dos ricos, os grandes aeroportos, e distribuir aos pobres, construindo e mantendo aeroportos em pequenas e médias cidades— caem por terra porque as concessões não são dadas em caráter gratuito, mas devem ser onerosas. Para que não falem ao Estado recursos para implantar sua política estratégica de desenvolvimento regional.

Raciocínios paralelos —e de igual simplicidade— se aplicam à questão da desmilitarização do sistema de controle de vôo. Se prevalecer a racionalidade sobre o corporativismo, a solução se apresentará limpa.

Também é esse o problema na Anac, cujo papel de regulação e aplicação de políticas públicas para o setor depende de competência técnica e da autoridade moral.

Naturalmente, essas são observações e apelos para uma discussão racional que não interessam a dinossauros.

JORGE BORNHAUSEN, 69, senador pelo PFL-SC, é o presidente nacional do partido. Foi governador de Santa Catarina (1979-82) e ministro da Educação (governo Sarney) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (governo Collor).

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Venho a esta tribuna para registrar o falecimento de John W. Backus, ocorrido a 17 de março, aos 82 anos, nos EUA. Líder de time de programação da IBM, criou na década de 50 a chamada linguagem Fortran: *Formula Translator* (tradutor de fórmulas) considerada um ponto chave na computação, tornando a programação de computadores acessível à compreensão do homem.

Backus nasceu na Filadélfia, em 1924. Por influência do pai, ingressou no curso de Química da Universidade da Virgínia, dedicando-se às questões teóricas do curso. Aveso aos trabalhos de laboratório acabou por abandonar a faculdade, ingressando no exército americano. Devido às notáveis aptidões demonstradas num teste realizado no exército americano foi indicado para um programa da pré-engenharia da Universidade de Pittsburgh e em seguida para a Faculdade de Haverford, onde deveria cursar medicina, ingressando em março de 1945 na Escola Médica de Nova York, sem contudo concluir o curso.

Após deixar o exército em 1946, ainda sem definição profissional, dedicou-se ao estudo de construção de rádios, ajudando seus instrutores com os cálculos matemáticos. Tal interesse levou-o a matricular-se no curso de matemática da Universidade de Columbia. Ao fazer uma visita ao IBM *Computer Center* interessou-se pelo projeto de desenvolvimento da SSEC (calculadora eletrônica de sequência seletiva), um dos primeiros computadores eletrônicos, incorporando-se de imediato ao grupo de desenvolvimento do projeto, onde criou uma linguagem chamada de **Speedcoding**.

Em 1953 esboçou o projeto de linguagem de programação para o novo computador da IBM, o 704 e a empresa estruturou um pequeno time de programadores e matemáticos para trabalharem sob sua liderança. Um ano depois o time concluía pela publicação do Relatório Preliminar de Especificações do Fortran (*"Preliminary Report, Specifications for the IBM Mathematical FORMula TRANslating System, Fortran"*). A previsão de concluí-lo em seis meses se estendeu por dois anos. Corrigidas as falhas, em 1957 o Fortran foi oficialmente anunciado.

O desafio maior de Backus foi o de permitir que as pessoas trabalhassem com computadores sem ter

que conhecer e aprender a linguagem do conjunto de instruções da máquina. O sucesso foi tamanho que o Fortran ainda é usado hoje, 50 anos após a sua introdução.

Em 1959 Backus também desenvolveu com Naur a "Forma Backus-Naur" ou BNF, a notação padrão para definição da sintaxe formal de linguagem de programação de computadores.

Entre outras condecorações, em 1976 recebeu a Medalha Nacional da Ciência dos EUA, em 1989 o título de doutor **honoris causa** da Universidade Henri Poincaré de Nancy, na França.

De acordo com Ken Thompson, criador do Sistema Operacional Unix, 95% dos programadores de nunca teriam condições de exercer sua profissão se não fosse pelo Fortran.

Sr. Presidente, pela relevante contribuição do trabalho de John Backus para a tecnologia mundial, requeiro a V. Ex^a o registro do meu pronunciamento nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez volto a esta tribuna para falar de violência, o tema de importância social mais relevante no momento em que a Nação vê seus filhos sofrendo crimes hediondos, seqüestros, assaltos e homicídios – de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

O aumento, em uma década, de mais de 50% no número total de homicídios, assim como o aumento de mais de 77% no número de jovens, vítimas de homicídio no mesmo período, faz o país parar e debruçar-se a estudar o assunto.

Não só as famílias perdem os seus jovens, como a sociedade perde também uma vida em desenvolvimento, o que pode representar perda econômica para a sociedade, já que dela o jovem recebeu recursos, pelos quais não poderá dar retorno, pois não terá vida economicamente produtiva.

O estudo Mapa da Violência nos municípios, publicado e divulgado em fevereiro de 2007 pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para Ciência, Educação e a Cultura propôs-se "descer até os indicadores municipais", para trazer a discussão ao território das cidades, um foco fundamental para adequação das políticas públicas. Porque as estatísticas mostram a di-

versidade do problema, representando grande desafio no enfrentamento desse flagelo.

Utilizando também os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do SUS – Sistema Único de Saúde, nós concluímos que a violência ainda necessita de dados mais precisos, para que se possa implantar estratégias eficazes.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública passou a compilar dados estaduais a partir de 2002, mas, no entanto, os critérios usados pelas secretarias estaduais não são uniformes.

Segundo o estudo Mapa da Violência nos municípios, a necessidade de descer aos indicadores municipais, apesar da dificuldade de trabalhar com os 5.560 municípios brasileiros, permitirá a sociólogos, antropólogos, psicólogos e políticos estabelecerem fórmulas adequadas a cada situação.

Nas cidades maiores, a droga se destaca na explosão da violência. A partir da migratória, nem todos que chegam são qualificados para absorção no mercado; e com o desemprego, a rede varejista de droga passa a ser alternativa de trabalho.

São vários tipos de situação em que se encontram as nossas cidades. Uma delas é a criação dos novos pólos de crescimento econômico que se instalam em cidades menores, fora das capitais e das regiões metropolitanas e que atraem populações à procura de emprego.

Enfim, Sr. Presidente, o estudo mostra que a violência é maior nas cidades que não têm infra-estrutura em segurança pública. E naquelas que contam com baixa assistência de saúde e de educação, onde as

taxas de abandono escolar chegam a 30% e o analfabetismo é de 18% ou mais, na metade das cidades. O Governo Federal tem tomado conhecimento e já está intervindo.

Nós não podemos deixar de reconhecer que será muito complexa a questão das diversas estratégias que a política nacional de segurança no nosso país devem adotar. Pois a pluralidade de situações e a diversidade dos problemas são de altíssimo grau.

Nós, parlamentares, temos que estar cientes, que as diferenças são grandes, de ponta a ponta em nosso país continental e que o crime terá que ser tratado também, de forma diferenciada, pluralizada.

Com os dados que já temos em mãos, torna-se mais fácil procurar as soluções cabíveis.

É válido também ressaltar que o Governo Federal está gastando quase oito bilhões de reais em segurança.

Portanto, creio que este é um momento em que coalizão é a palavra chave para que consigamos, todos, atingir nossos objetivos. E que venham à tona os projetos que possam trazer a paz à nossa Nação. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 57 minutos.)

**ATA DA 105ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2006**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 114, de 8 de julho de 2006)

RETIFICAÇÃO

Trecho de Ata, à página nº 23120, 2ª coluna, referente à publicação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006, que se republica em virtude de incorreção,

.....

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 82, DE 2006
(nº 6.142/2005, na origem)**

Modifica o art. 79 da Lei nº 5.764,
de 16 de dezembro de 1971.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo único. O art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre a cooperativa e seus sócios ou entre cooperativas associadas, bem como os atos complementares, quando vinculados às atividades dos sócios e sob a responsabilidade profissional destes, em cumprimento ao objeto social e à finalidade da sociedade.

Parágrafo único. Os atos praticados entre sócios e cooperativas não caracterizam operações de mercado nem contrato de compra e venda de produtos e serviços, e os negócios de mercado realizados por conta dos sócios não implicam para a cooperativa prestação de serviços a terceiros, receita, faturamento ou qualquer vantagem patrimonial.”(NR)

.....

Agenda do Presidente do Senado Federal

12/04/2007
quinta-feira

11:30 - Senhor Paulo Skaf, Presidente FIESP acompanhado do

Senhor John Engler, Presidente da National Association of Manufacturers; Embaixador Clifford Sobel, Embaixador dos Estados Unidos no Brasil; Senhor Thomas Catania, Vice-Presidente de Relações Governamentais da Whirlpool Corporation; Senhor Michael Lynch, Vice-Presidente para Assuntos Governamentais da Illinois Tool Works Inc.; Embaixador Rubens Barbosa, do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; Senhor Carlos Cavalcanti, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da FIESP; Senhor Bruce Williamson, Conselheiro Econômico da Embaixada Americana; Senhor Danny Devito, Conselheiro de Comércio Exterior da Embaixada Americana; Senhor Guilherme Cunha Costa, Representante da FIESP em Brasília

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15:50 - Prefeito João Paulo Lima e Silva, Prefeito Municipal de Recife/PE e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, acompanhado do

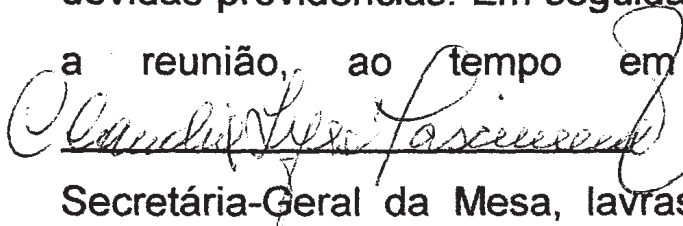
Prefeito Newton Lima, Prefeito Municipal de São Carlos/SP

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada

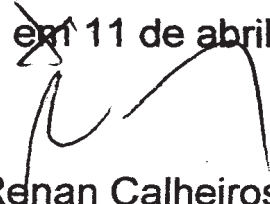
Plenário do Senado Federal

**Ata da 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 11 de abril de 2007**

Às 10 horas e trinta minutos do dia 11 de abril de dois mil e sete, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros, e com a presença dos Srs. Senadores Tião Viana, 1º Vice-Presidente, Efraim Moraes, 1º Secretário, Gerson Camata, 2º Secretário, César Borges, 3º Secretário e Magno Malta, 4º Secretário. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos membros da Mesa na seguinte ordem: **1) O Senador Tião Viana apresentou relatório favorável ao Requerimento (de informação) nº. 116, de 2007.** Submetido à votação, o requerimento foi aprovado, nos termos de seu relatório, e remetido à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **2) O Senador César Borges apresentou relatório favorável ao Requerimento (de informações) nº. 303, de 2007,** com alteração em sua redação. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado, nos termos de seu relatório, e remetido à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a

reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às 11 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata com os demais membros da Mesa.

Senado Federal, em 11 de abril de 2007.



Senador Renan Calheiros
Presidente



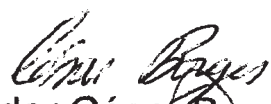
Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente



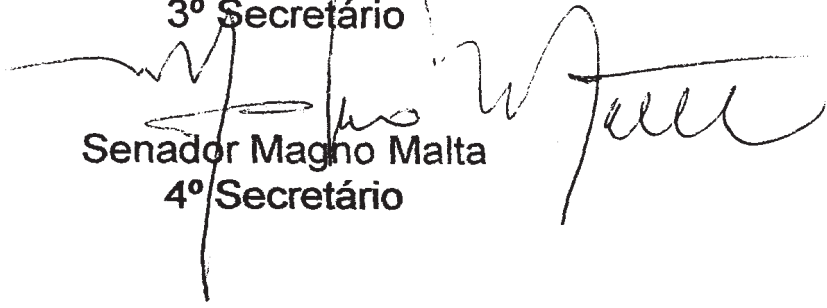
Senador Efraim Morais
1º Secretário



Senador Gerson Camata
2º Secretário



Senador César Borges
3º Secretário



Senador Magno Malta
4º Secretário

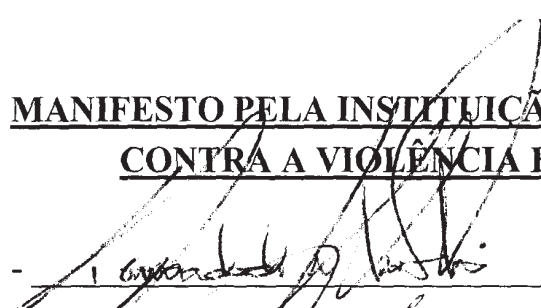
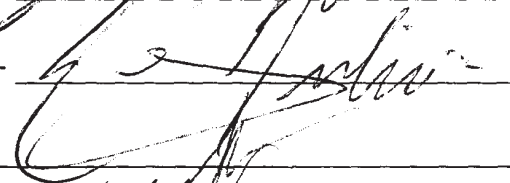
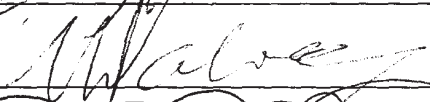
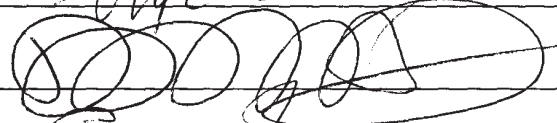
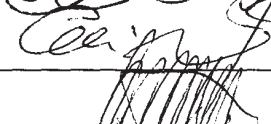
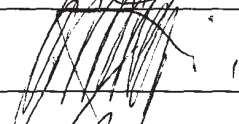
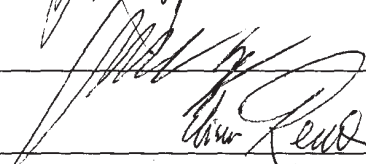
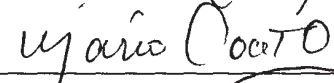
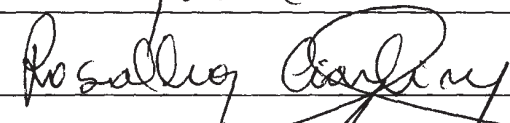
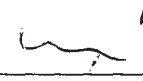
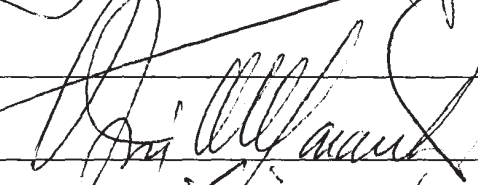
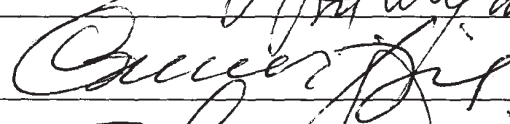
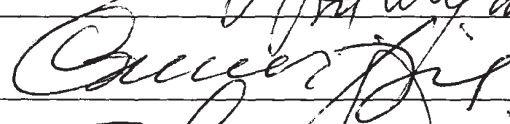
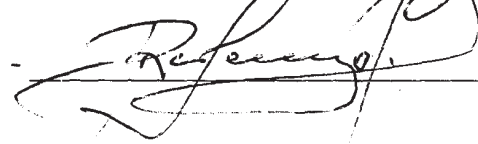
ATO DE CONSTITUIÇÃO

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e sete, os parlamentares abaixo assinados acordaram em instituir a FRENTE PARLAMENTAR CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA DEFESA DA VIDA, com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos vários segmentos da sociedade, visando propor soluções para a situação de violência que assola o País, conforme manifesto a seguir. Senado Federal, em doze de abril de dois mil e sete.

MANIFESTO PELA INSTITUIÇÃO DE FRENTE PARLAMENTAR CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA DEFESA DA VIDA

Venho propor aos nobres colegas a criação de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida, com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos vários segmentos da sociedade, com o objetivo de propor soluções à situação de violência que assola o país.

MANIFESTO PELA INSTITUIÇÃO DE FRENTE PARLAMENTAR
CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA DEFESA DA VIDA

- 1 -  (Flexa Ribeiro)
- 2 -  (Sérgio Zambiasi)
- 3 -  (W. Salgado)
- 4 -  (Antonio Carlos Valadares)
- 5 -  (AUGUSTO BOTELHO)
- 6 -  (Edison Lobão)
- 7 -  (Valdir Raupp)
- 8 -  (Eliseu Resende)
- 9 -  (Eliseu Resende)
- 10 -  (Ugo Cocco)
- 11 -  (Rosalba Carlini)
- 12 -  (Heráclito Fortes)
- 13 -  (José Agripino)
- 14 -  (José Maranhão)
- 15 -  (OSMAR DIAS)
- 16 -  (OSMAR DIAS)
- 17 -  Raimundo Colombo

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PFL-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



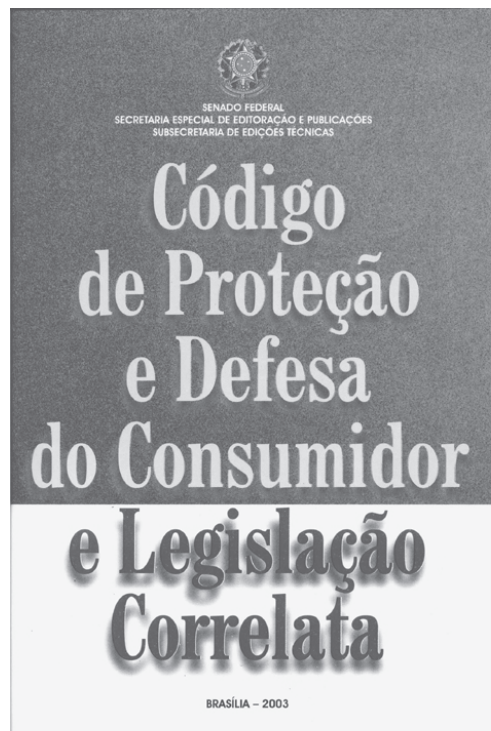
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS